

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ELIAS FERREIRA BENTO

O ROUBO DAS JOIAS IMPERIAIS:
Jornalismo, ficção e política nos rodapés da imprensa.

UBERLÂNDIA
2018

ELIAS FERREIRA BENTO

O ROUBO DAS JOIAS IMPERIAIS:
Jornalismo, ficção e política nos rodapés da imprensa.

Monografia apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel / Licenciado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Flávia Cernic Ramos

UBERLÂNDIA
2018

O ROUBO DAS JOIAS IMPERIAIS:
Jornalismo, ficção e política nos rodapés da imprensa.

Monografia aprovada para a obtenção do título de Bacharel / Licenciado no Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 28 de junho de 2018.

Profa. Dra. Ana Flávia Cernic Ramos

Profa. Dra. Daniela Magalhães da Silveira

Prof. Dr. Lainister de Oliveira Esteves

Ao meu querido pai, o Sr. João Bento filho,
com quem, ainda criança, aprendi a amar os
estudos de história.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Ana Flávia Cernic Ramos, pela orientação, dedicação, paciência, por suas excelentes e enriquecedoras aulas e por todos os esforços despendidos que contribuíram para minha formação e conclusão deste trabalho.

Ao meu pai, minha referência no caminho do conhecimento. Crescer vendo-o ler aqueles enormes livros nos dias de folga com certeza me trouxe até aqui.

Agradeço à minha querida mãe, Dona Nélia, meu exemplo de força e dedicação. Agradeço-a pelo amor e carinho em todos os momentos.

Agradeço à minha esposa Giovana Santos por fazer minha vida completa e feliz nos últimos doze anos. Obrigado por estar sempre ao meu lado.

Agradeço aos meus irmãos Eduardo e Willian, Léia e Érica. Aos meus sobrinhos Alexandre Elias (Xan-Xan), Maria Eduarda (Dudinha), Maria Fernanda (Nadinha) e Emanuel Ricardo (Manú). Sou muito mais feliz com todos vocês.

Agradeço ao meu tio Messias, que nos deixou esse ano, o nosso querido velhinho, uma pessoa da qual sempre me lembrarei com muito carinho por sua simplicidade, carisma e, principalmente, por sua alegria.

Ao meu sogro, Sr. Isaías, sempre pronto a orientar e ajudar. À minha sogra, Sandra, por ter me acolhido como um filho, obrigado pelo carinho de sempre.

Aos meus queridos cunhados Gina Evelyn e Marcos Winícius, pela companhia e pelos vários momentos de alegria.

Agradeço ao meu amigo Flávio Muniz, companheiro no curso de história, com quem tive e tenho a satisfação de estudar. Obrigado pelas agradáveis conversas, pelas dicas que me deu na reta final deste trabalho, obrigado por sua amizade.

Agradeço, enfim, a todos os professores do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia por proporcionarem a realização de um antigo sonho: ser um historiador.

“Uma história artificial pode ganhar vida, uma vez que se descobre que ela esconde outra, mais perversa, e as histórias dentro da história proliferam à medida que nos aprofundamos mais e mais no texto.”

(Robert Darnton, 2005, p. 63)

RESUMO

Em março de 1882 ocorreu na Corte brasileira um episódio que talvez tenha sido o maior escândalo envolvendo a família imperial: o roubo das joias da Coroa no Palácio de São Cristóvão, residência oficial do Imperador D. Pedro II. Por vários dias, muitos jornais fizeram a cobertura do caso. Algumas folhas publicavam os boletins sobre as diligências policiais, outras se aproveitavam do episódio para ridicularizar o Imperador, a polícia e algumas autoridades. Em busca de espaço no mundo das letras, o jovem Raul Pompéia chega à Corte em férias das aulas da Faculdade de Direito de São Paulo. Através de sua pena, as notícias sobre o roubo que até então circulavam nos editoriais dos jornais da Corte, vão parar no rodapé da *Gazeta de Notícias*. Pompéia publicou em folhetim o romance *As joias da Coroa*, recriando de forma ficcionalizada o caso do roubo, externando para seu leitor o seu ponto de vista sobre o caso, mas também o seu ponto de vista sobre a Monarquia enquanto modelo de governo. A proposta deste trabalho é analisar a articulação entre o espaço do folhetim com as outras colunas do jornal em que o romance foi publicado, bem como com as notícias veiculadas em outras folhas, para compreender as trocas entre noticiário e folhetim, bem como pensar a literatura enquanto espaço de discussão política.

Palavras-chave: Imprensa. Literatura. Monarquia.

RESUMEN

En marzo de 1882 ocurrió en la Corte brasileña un episodio que tal vez fue el mayor escándalo envolviendo a la familia imperial: el robo de las joyas de la Corona en el Palacio de São Cristóvão, residencia oficial del Emperador D. Pedro II. Por varios días, muchos periódicos hicieron la cobertura del caso. Algunos diarios publicaban los boletines sobre las diligencias policiales, otros se aprovechaban del episodio para ridiculizar al Emperador, a la policía y algunas autoridades. En busca de espacio en el mundo de la literatura, el joven Raul Pompéia llega a la Corte en vacaciones de las clases de la Facultad de Derecho de São Paulo. A través de su pluma, las noticias sobre el robo que hasta entonces circulaban en los editoriales de los periódicos de la Corte, van a parar al pie de la página de la Gazeta de Notícias. Pompéia publicó como folletín la novela “As joias da Coroa”, recreando de forma ficcionalizada el caso del robo, expresando a su lector su punto de vista sobre el caso, pero también su punto de vista sobre la Monarquía como modelo de gobierno. La propuesta de este trabajo es analizar la articulación entre el espacio del folletín con las otras columnas del periódico en que la novela fue publicada, así como con las noticias transmitidas en otros diarios, para comprender los intercambios entre noticiario y folletín, así como pensar la literatura como espacio de discusión política.

Palabras clave: Prensa. Literatura. Monarquía.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: "Roubo, lama e mistério!"	35
Figura 2: Questão para lamentar.....	36
Figura 3: As joias da príncipe Obá	37

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – O escândalo do roubo das joias da Coroa brasileira nos jornais da Corte.....	21
“O grande fato do dia”	21
O roubo das joias nas páginas da imprensa	25
A imprensa ilustrada	28
Diário do Brazil: em oposição à oposição	38
Jornal do Commercio: Jornalismo comedido	42
A Gazeta de Notícias	46
CAPÍTULO 2 - As joias da Coroa: ficção e política no rodapé da Gazeta de Notícias.....	57
Raul Pompéia: o roubo das joias e a oportunidade de fazer-se conhecido no mundo das letras.....	57
O fazer literário como forma de fazer política.....	61
Sátira ao trono: As joias da Coroa	64
Favores que escravizam	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	97
Fontes.....	97
Bibliografia	97

INTRODUÇÃO

O poder está alicerçado em uma série de ritos e símbolos que lhe atestam a legitimidade. “Se qualquer sistema político carrega consigo esse tipo de dimensão, é talvez na monarquia que se concentra, de maneira mais formalizada e evidente, o uso de símbolos e rituais como alicerce do poder”¹. De acordo com Peter Burke, a imagem real era uma produção coletiva, cuja representação contava com o suporte de cabeleireiros, alfaiates, professores, mestres cerimoniais que, por exemplo, cuidavam das entradas reais e de outras cerimônias. Segundo Burke, o ritual, a arte e a arquitetura são, para o monarca, importantes instrumentos de afirmação do poder². “A monarquia se servirá, desse modo, do ritual de maneira oficial e cotidiana. Era por meio do ritual que o rei multiplicava sua imagem, estendia seu poder, impunha sua representação”³.

No Brasil, uma grande figura que se destaca como representante da monarquia é a do Imperador D. Pedro II, que “governou o Brasil de 23 de julho de 1840 a 15 de novembro de 1889. Foram 49 anos, três meses e 22 dias, quase meio século”⁴, de longe o governo mais longo de nossa história. Desde a abdicação do pai, o Imperador D. Pedro I, em 1831, D. Pedro II passou a ser educado para assumir os rumos do país. Em *As barbas do Imperador*, Lilia Schwarcz discorre sobre a criação de uma monarquia nos trópicos e como a elite, nesse esforço criador, se utilizou à larga de ritos e símbolos para a afirmação do regime imperial⁵. No mesmo sentido, em *D. Pedro II*, José Murilo de Carvalho disserta sobre a fabricação de um príncipe perfeito, idealizado pelas elites, que se refletia na educação de D. Pedro II, no esforço de criar um rei justo, caridoso, austero na condução da coisa pública e amado por todos⁶.

Aos poucos, a imagem de D. Pedro II foi sendo erigida e alicerçada na forte e constante presença de ritos e símbolos que lhe conferiam legitimidade perante seus súditos. No imaginário popular, D. Pedro II era visto como um pequeno deus europeu, comparado ao menino Jesus numa terra de índios, escravos e mestiços. A representação que se fazia do Imperador tornava-se maior que ele próprio, uma vez que a idealização sobrepunha a própria

¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 27.

² Cf. BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, pp. 58-77.

³ SCHWARCZ, 1998, *op. cit.*, p. 29.

⁴ CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 9.

⁵ Cf. SCHWARCZ, 1998, *op. cit.*, p. 35-43.

⁶ CARVALHO, 2007, *op. cit.*, pp. 26-33.

realidade. Assim, segundo Schwarcz, D. Pedro II se tornará um mito mesmo antes de ser rei⁷. De acordo com Roderick Barman,

Sua conduta, cultura e preocupação com o bem público tornaram D. Pedro II tudo aquilo que um ‘cidadão comum’ deveria ser. O comportamento exemplar de D. Pedro II, sua sabedoria e dignidade pessoal realmente ‘fizeram que todos o estimassem e respeitassem’ como seu governante⁸.

Ainda, segundo Barman, “D. Pedro II tornou-se cada vez mais um exemplo perfeito da nação tanto local quanto internacionalmente. Ele assegurava que o Brasil acabaria se tornando o que ele, seu cidadão modelo, incorporava”⁹. O Imperador passava a ser importante como “o líder sacramentado do país, uma fonte de autoridade legítima e aquele que incorporava a identidade nacional”¹⁰.

Em 1882, a monarquia brasileira ganharia as páginas da imprensa em um caso que certamente ajudou no processo de dessacralização da figura de D. Pedro II. Somando-se a tantas outras críticas que circulavam sobre a monarquia, o roubo das joias da Coroa fez coro a uma série de ataques à figura do rei e ao sistema político que vigia no Brasil. Tendo em vista que o século XIX foi, por excelência, o século da imprensa escrita¹¹, todo o caso vai parar nas páginas dos principais jornais do país. É em torno deste fato histórico que se concentram as análises desta monografia. Mais precisamente versa sobre as notícias veiculadas na imprensa periódica sobre o roubo de várias joias da Coroa ocorrido dentro do palácio de São Cristóvão, residência do Imperador D. Pedro II, na noite de 17 para 18 de março de 1882. Segundo a historiadora Lilia Moritz Schwarcz, esse talvez tenha sido “o maior escândalo político da época [...] que ficou conhecido como ‘o roubo das joias da Coroa’.”¹² O acontecimento não ruiu, mas, com certeza, abalou a imagem de D. Pedro II e, conseqüentemente, da Monarquia.

O Imperador havia se tornado vítima de um roubo dentro de seu próprio império, em um de seus palácios, cercado de guardas, vigiado vinte e quatro horas por dia. Como isso foi possível? Quem teria praticado crime tão audacioso contra a figura máxima da nação, em um de seus palácios, dentro de um de seus quartos? As perguntas, quase que naturalmente

⁷ Cf. SCHWARCZ, 1998, *op. cit.*, pp. 21 e 519.

⁸ BARMAN, Roderick J. *Imperador Cidadão*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.170.

⁹ *Ibidem*, p. 179.

¹⁰ *Ibidem*, p. 94.

¹¹ Cf. ALONSO, Almudena Mejías; COELHO, Alicia Arias. *La prensa del siglo XIX como medio de difusión de la literatura hispanoamericana*. Revista General de Información y Documentación, v. 8, 1998, pp. 241-257, p. 241.

¹² SCHWARCZ, 1998, *op. cit.*, p. 425.

surgiam por todos os lados. Identificou-se posteriormente, mediante investigação policial, que o crime havia sido praticado por criados do próprio Paço. Na noite de 27 de março de 1882 todas as joias que haviam sido roubadas foram localizadas enterradas no quintal da casa de um dos acusados; o principal suspeito, Manuel Joaquim de Paiva, que não só confessou o crime, como acompanhou a polícia até o local onde havia escondido as joias. Pobre homem. Sendo autor confesso de crime tão grave, ele e seus comparsas pegariam uns bons anos de cadeia, quem sabe até com trabalhos forçados¹³, era o que supunha a opinião pública. No entanto, para o espanto de todos, o caso seria encerrado de outra forma.

O fato é que, não se sabia por qual motivo, após a recuperação das joias todos os envolvidos foram colocados em liberdade. O Imperador tornar-se-ia vítima novamente, dessa vez da maledicência dos opositores de seu regime, principalmente aqueles situados no campo da imprensa. O público tinha respostas para suas primeiras inquietações, sabia-se quem havia roubado as joias, mas a não punição dos envolvidos deixava outra incógnita: sabendo-se dos responsáveis confessos do crime, por que não prendê-los? Por que não puni-los? Por que tamanha benevolência por parte do Imperador com pessoas que haviam desrespeitado sua augusta figura?

Na grande imprensa da Corte começaram a circular insinuações de que a soltura do principal suspeito devia-se a fato de que aquele tinha íntimas relações com o Imperador e que, talvez, ele fosse seu alcoviteiro. Segundo as publicações de alguns periódicos, aquele suspeito arranjava mulheres, às vezes adolescentes, para os anseios libidinosos do monarca. Aquele acontecimento que começara como um simples caso policial, acabou por atingir como uma flecha o coração da Monarquia. Segundo Roderick Barman,

Muito mais séria como uma ameaça ao regime era a imprensa popular, que passara a proliferar, em particular na capital nacional. Dependentes das vendas nas ruas, esses jornais e periódicos não demonstravam nenhuma reverência ao Imperador ou à monarquia como tal, e eram ágeis em descobrir e explorar cada escândalo e cada falha associada ao regime. [...] ela realmente sujeitava o regime ao descrédito e à perseguição¹⁴.

D. Pedro II era exposto da pior maneira nos mais destacados jornais da Corte. Ainda, também na imprensa, apareceram dois romances, *As joias da Coroa*, de Raul Pompéia,

¹³ Segundo a *Gazeta de Notícias*, diante das evidências apuradas pela polícia, o crime deveria ser punido nos termos do artigo 269 do Código Criminal do Império. De acordo com jornal, o citado artigo previa para aquele tipo de crime “8 anos de galés [trabalhos forçados] no máximo, de um ano no mínimo”. In: “Roubo no Paço”, *Gazeta de Notícias*, 29/03/1882, p. 1.

¹⁴ BARMAN, 2012, *op. cit.*, p. 435.

publicado na *Gazeta de Notícias*, e *A ponte do Catete* de José do Patrocínio, publicado na *Gazeta da Tarde*. Na *Gazetinha*, foi publicada uma peça escrita por Artur Azevedo, intitulada *Um roubo no Olimpo*. Todas essas obras têm como ponto de partida o roubo ocorrido na Casa Imperial. As produções são sátiras a ridicularizar o ocorrido e principalmente o Imperador, aproveitando-se do fatídico caso para tecer críticas ao sistema monárquico como um todo. Em *A ponte do Catete*, Leocádio de Bourbon é um Imperador que, com o auxílio de seu ajudante Manoel, se envolve com uma jovem recém-casada. Manoel é responsável por arrumar essa e outras garotas para Bourbon, levando recados, marcando e acompanhando-o aos encontros. No entanto, o elemento servil está fortemente presente na obra de José do Patrocínio através da personagem Mônica, escrava da jovem amante de Bourbon que, por ter descoberto o segredo de sua senhora e do nobre, acaba sendo vendida para servir no pesado trabalho de uma fazenda. Mônica torna-se vítima dos desvios morais de Leocádio de Bourbon e sua amante. Este romance ficou inacabado, tendo sido interrompido quando José do Patrocínio deixou a Corte rumo a algumas províncias do norte para tratar de temas relacionados à escravidão¹⁵.

Um roubo no Olimpo, do jornalista, romancista e teatrólogo Artur Azevedo, é um roteiro de peça teatral publicado no editorial da *Gazetinha*, jornal de propriedade do próprio Artur Azevedo. A história, dividida em cinco atos, publicada em cinco dias corridos, entre 31 de março e 5 de abril de 1882, se passa no Olimpo, que é governado por Júpiter, o Deus dos deuses, representando o Imperador D. Pedro II. Manuel de Paiva era representado por Mercúrio, encarregado de arrumar mulheres para o todo poderoso Júpiter. Na peça, Mercúrio é chamado por Júpiter de “alado mensageiro dos meus amores”¹⁶. Aproveitando-se de sua função, Mercúrio rouba todas as joias que encontra em um armário nos aposentos de Júpiter. Preso, Mercúrio diz a Júpiter que se este não o soltar, a língua ele solta. Por fim, Mercúrio é libertado mesmo tendo confessado a autoria do roubo. A peça de Artur Azevedo foi escrita com muita comicidade. O que o autor faz é acenar para os leitores da *Gazetinha* que toda a história do roubo das joias imperiais não só conta com o conhecimento como com a

¹⁵ No dia 10 de outubro de 1882 a *Gazeta da Tarde* faz duas publicações em seu editorial que tratavam sobre a viagem de Patrocínio. A primeira era uma carta do próprio Patrocínio informando sobre a viagem e que a folha ficaria sob os cuidados de Tristão de Alencar Araripe Júnior. Na segunda, a *Gazeta da Tarde* informava que havia embarcado no vapor Ceará, rumo às províncias do norte o redator-chefe e proprietário daquela folha, José do Patrocínio. O romance *A ponte do Catete*, ainda seria publicado até o dia 12 de outubro de 1882. Cf. *Gazeta de Notícias*, 10/10/1882, p. 1.

¹⁶ “Um roubo no Olimpo”, *Gazetinha*, 31/03/1882, p. 1.

condescendência do Imperador para a soltura dos criminosos, talvez preocupado com algum escândalo envolvendo suas amantes.

Já o romance escrito por Raul Pompéia, objeto central desta monografia, foi uma das obras que mais ganhou repercussão sobre o caso. Importante, contudo, é observar, nesse movimento literário, como as obras produzidas por esses jornalistas e escritores se apossaram do caso do roubo da Casa Imperial para criticar o Imperador. Ligando seus personagens e suas tramas aos eventos ocorridos na Corte, esses literatos faziam críticas contundentes à monarquia, evidenciando a literatura como fonte de entretenimento sim, mas, também, como um importante lugar para se discutir política.

O caso do roubo das joias da Coroa ainda foi pouco explorado pela historiografia, sendo difícil encontrar publicações que façam menção àquele fato histórico singular. É verdade que alguns poucos autores abordaram o assunto, mas nenhum que tivesse por finalidade entender as ações, em particular, dos órgãos de imprensa na cobertura do roubo imperial, nem das relações entre as notícias veiculadas e a literatura produzida a partir delas. Geralmente o caso aparece dentro de uma obra maior com a finalidade de demonstrar uma das várias situações constrangedoras pela qual passou a Monarquia rumo à extinção. Em sua obra *A República consentida*, Maria Tereza Chaves de Mello, em quatro páginas, discorre sobre os acontecimentos entre o desaparecimento das joias e a publicação dos dois folhetins e da peça teatral. Em seu capítulo 1, “*No olho da rua: valorização e ampliação do espaço público do rio de Janeiro na década de 1880*”, o que a autora pretende demonstrar é como a rua vai se tornando palco de ação daqueles que se encontravam marginalizados em relação ao poder oficial e como aquele espaço passa a representar um importante local para se fazer política, entre outros através da ficção e do humor. O caso do roubo das joias, segundo Mello, como tantos outros, causavam o riso na rua e aos poucos a dessacralização da figura do monarca e a aceitação de novos rumos para o país sem o poder imperial¹⁷.

Sérgio Góes de Paula aborda de forma mais detida aqueles acontecimentos em *Um monarca da fuzarca*, recontando os fatos e citando inúmeros jornais coetâneos aos eventos. O autor publica neste livro os dois romances-folhetins e a peça teatral que circularam na *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde* e *Gazetinha*, que parodiavam o roubo das joias. É um trabalho

¹⁷ Cf. MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur) 2007, pp. 45-48.

muito importante por dar um panorama das várias folhas que se debruçaram sobre o caso, portanto, ajudando na identificação de possíveis objetos de pesquisa. Mas não foi preocupação de Góes de Paula entender as diferentes posições em que se colocaram os jornais. O foco maior é em o quão ridícula foi aquela situação para a Monarquia, como o Imperador foi desnudado naquela ocasião, o que, de alguma forma, reforça o argumento de Mello sobre a dessacralização do monarca¹⁸. Roderick Barman também tratou do caso em sua obra *Imperador cidadão*. Nas três páginas que utiliza para falar do assunto, Barman quer demonstrar como a negligência com a etiqueta e a pompa levou a instituição monárquica ao descrédito, vista por diplomatas estrangeiros como desleixada e empobrecida. Para o autor, é a indiferença do Imperador ao seu ofício que deu motivo ao escândalo do roubo das joias imperiais¹⁹.

Em *Folhetim: um a história*, Marlyse Meyer faz um excelente trabalho sobre a história do folhetim desde o seu surgimento na França na década de 1830, criado por Émile Girardin, sua introdução no Brasil, tornando-o já cotidiano no *Jornal do Commercio* entre os anos de 1839 e 1842, e mostrando também como, ao longo do século XIX, o folhetim passou a ser o grande atrativo dos periódicos do país. Segundo Meyer, o folhetim não se furtava em fazer troça dos assuntos do cotidiano, tornando-se um divertimento para o público consumidor. A autora ainda esclarece que a escrita do folhetim poderia tratar da vida anônima e insignificante de algum brasileiro, bem como da destacada figura do Imperador, que Meyer exemplifica referindo-se, em página única, ao roubo das joias imperiais. O caso é utilizado apenas para demonstrar como qualquer tipo de assunto, preferencialmente os capazes de causar maior comoção, poderiam ser apropriados e transcritos literariamente para o rodapé das folhas²⁰.

A única obra dentre toda a bibliografia pesquisada que se ocupa exclusivamente do caso do roubo das joias imperiais é o trabalho de Ricardo Japiassu Simões, intitulado *O escândalo do roubo das joias*²¹. Constatou-se, no entanto, que o método adotado por Simões não responde a questões consideradas primordiais, levantadas no presente trabalho

¹⁸ Cf. GÓES DE PAULA, Sérgio. *Um monarca da fuzarca: três versões para um escândalo na Corte*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, pp. 7-32.

¹⁹ In: BARMAN, 2012, *op. cit.*, pp. 440-442.

²⁰ Cf. MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 309.

²¹ SIMÕES, Ricardo Japiassu. *O escândalo do roubo das joias: o Imperador e a Condessa de Barral em folhetins cariocas*. 2001. 245. f. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade São Paulo. São Paulo, 2001.

monográfico. Uma primeira constatação é a de que o trabalho de Simões não comporta em seu corpus documental os jornais onde foram publicadas as obras de Artur Azevedo, José do Patrocínio e Raul Pompéia, bem como nenhuma outra folha que publicou notícias sobre o caso do roubo imperial. Apesar de se referir a diversos jornais em seu trabalho, as notas ao final de cada capítulo, assim como as referências ao final da pesquisa, indicam a inexistência desse tipo de fonte naquele trabalho. Outro indicativo é o fato de Simões asseverar que a obra de Artur Azevedo, *Um roubo no Olimpo*, é um dos romances-folhetins publicados²², quando na verdade trata-se de uma peça teatral e não foi publicada em folhetim, mas no editorial da *Gazetinha*²³, como já comentado.

A proposta de Simões é analisar os procedimentos adotados pelos romancistas ao comporem suas obras. O argumento central do autor é o de que aqueles escritores, aproveitando-se do caso do roubo das joias, escreveram suas obras no intuito de expor uma experiência privada da Corte, notadamente as aventuras extraconjugais do Imperador. Em sua conclusão, Simões afirma que os periodistas, jornalistas e literatos, atingiram o alvo desejado, desmascarando um Governo que “estava nas mãos de um Imperador que apenas desejava dedicar-se a aventuras amorosas”²⁴, o que mostra que o autor do estudo acabou, ao final, aderindo – talvez acriticamente – às teses apresentadas nas obras literárias e fontes históricas que consultou. Essas acusações de que o Imperador possuía amantes não foram desencadeadas com o roubo. Na verdade tais insinuações eram já recorrentes. O que aqueles romancistas fazem é - apropriando-se do caso de roubo, das afirmações de infidelidade do Imperador, bem como de outros deboches que recorrentemente eram veiculados ao seu respeito na imprensa -, discutirem politicamente os rumos da nação, abordando temas com, no caso do romance de Raul Pompéia, a necessidade do fim do trabalho servil, a implantação de um modelo social baseado no mérito e não na lógica de distribuição de cargos e títulos até então vigentes. Os escritos de Pompéia apontam também as suas visões sobre a Monarquia, pois, em seu romance procura evidenciar para o seu leitor a obsolescência do governo de D. Pedro II, bem como a inviabilidade de um Terceiro Reinado sobre o comando de D. Isabel e seu marido, o conde d’Eu, demonstrando, a partir daí, sua filiação ao modelo republicano de governo.

²² Cf. *Ibidem*, p. 10.

²³ Cf. “Um roubo no Olimpo”, *Gazetinha*, 31/03/1882, p. 1.

²⁴ SIMÕES, 2001, *op. cit.*, pp. 232-233.

Em várias passagens de sua obra, Simões refere-se à imprensa como um corpo único, afirmando, inclusive, que “havia uma união entre os periódicos naquele momento”²⁵ para a desaprovação do desfecho do caso. O autor não faz distinção entre os jornais. Ocorre que nem todos queriam o fim da Monarquia, nem todos eram infensos às ações do Estado. No desenrolar do caso do roubo, esses jornais abordaram os fatos e os sentidos políticos dos acontecimentos de diferentes formas, enfatizando questões que deveriam ser lembradas ou esquecidas, na conformação de uma opinião que se alinhasse às suas aspirações no jogo do poder. Mesmo entre aqueles que eram declaradamente opositores do regime não há uniformidade na crítica, pois tratam de atacar de diferentes modos o “inimigo” em comum. O que se verifica nessa monografia é a existência de uma imprensa composta por agentes diversos e que estava longe de ser homogênea e harmônica.

Segundo Lilia Schwarz, “o episódio em si não parece merecer muita consideração, entretanto sua forte repercussão é um sinal poderoso de como as críticas e dúvidas acerca da Monarquia eram maiores do que as certezas”²⁶. O fato em si poderia não ter causado tanta comoção, mas causou, e o que importa a partir daí é captar as diferentes vozes que surgiram na imprensa, tantos nas notícias jornalísticas como no espaço destinado à literatura, o folhetim, considerando que “um evento transforma-se naquilo que lhe é dado como interpretação”²⁷. Discorrendo sobre o caráter teatral existente nas relações sociais, Thompson assevera que em toda sociedade apresenta-se um duplo componente: o controle político e o protesto. A teatralização, para Thompson, está nas demonstrações majestáticas de riqueza e justiça dos donos do poder. Por outro lado, os aliçados do poder encenam seu contrateatro, protestando nas ruas, atuando, principalmente, por meio do ridículo²⁸. Esse foi justamente o método utilizado pela imprensa opositora no caso do roubo imperial. Empreenderam-se ataques desqualificadores e vexatórios à figura do Imperador, trazendo à tona questões que, sequer, estavam relacionadas ao caso do roubo das joias, mas que tiveram no evento uma oportunidade de serem veiculadas para a detração da figura do monarca e, conseqüentemente, da Monarquia como um todo.

²⁵ In: *Ibidem*, p. 233.

²⁶ SCHWARCZ, 1998, *op. cit.*, p. 425.

²⁷ SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990, p. 7. Podemos ainda pensar as práticas de representação a partir das considerações de Roger Chartier, segundo o qual aquelas “jamais são neutras, que estão sempre indissociavelmente ligadas as questões, estratégias e conflitos específicos, que se pode apreender, de uma certa maneira, as práticas representadas e conduzir sobre elas uma análise, difícil e instável”. Cf. CHARTIER, Roger. *A Verdade entre a Ficção e a História*. In: SALOMON, Marlon (org.). *História, Verdade e Tempo*. Chapecó: Argos, 2011, p. 353.

²⁸ THOMPSON, E. P. *Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. 2ª. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012, pp. 238-239.

As fontes históricas podem ter em si características de forma, conteúdo, suporte, dentre outras, que as distinguem, mas possuem em comum a capacidade de dar muitas respostas ao historiador quando devidamente interrogadas. A fonte literária está inclusa nessa consideração e tem muito a contribuir, podendo demonstrar aspectos socioculturais do período em que foi produzida, mesmo não tendo sido esta a intenção precípua de seu autor. A utilização da literatura como fonte amplia os horizontes de análise sobre o passado, uma vez que sua produção está intrinsecamente ligada à estrutura social, ao espaço e ao tempo em que foi criada. Assim, traz em seu bojo, mesmo que sem intenção explícita, as tensões de seu tempo, conflitos cotidianos, aspirações e projetos para o futuro, pois está situada no processo histórico, cabendo ao historiador fazer-lhes os questionamentos pertinentes para que seja possível perceber para além do que ela inicialmente se propunha a mostrar. Para os historiadores Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira, “refletir sobre literatura na perspectiva da história social significa, já de início, adotar um pressuposto necessariamente materialista de análise”²⁹. Isto significa que este tipo de fonte pode fornecer elementos importantes para uma análise do tempo histórico em que foi produzida, especialmente se não for tratada como mera ficção.

Mas, para além de saber a importância de se utilizar literatura como fonte, devemos nos perguntar, do mesmo modo, como utilizá-la? Essa é também uma questão levantada por Chalhoub e Pereira, quando questionam: “como pensar a literatura, a ficção, como evidência nesse sentido? Como fazê-lo, se a própria noção de ficção já parece pressupor a negação da ideia de “evidência objetivamente determinada?”³⁰. A esse questionamento Chalhoub e Pereira responderão, primeiramente, que não é a questão ficcional dos testemunhos o mais importante, mas a especificidade contida em cada testemunho, que deve ser minuciosamente analisada, cabendo ao historiador descobrir e detalhar, com a mesma dedicação que dispensaria a outras fontes, as condições em que foi produzida a obra. Segundo os autores:

Cabe o mesmo interrogatório sobre as intenções do sujeito, sobre como este representa para si mesmo a relação entre aquilo que diz e o real, cabe desvendar aquilo que o sujeito testemunha sem ter a intenção de fazê-lo, investigar as interpretações ou leituras suscitadas pela intervenção (isto é, a obra) do autor; enfim, é preciso buscar a *lógica social do texto*³¹.

²⁹ CHALHOUB, S.; PEREIRA, L. A. M. *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 07.

³⁰ *Ibidem*, p. 08.

³¹ *Ibidem*.

A segunda questão, para Chalhoub e Pereira, diz respeito à necessidade de se inserir autores e obras literárias específicas em processos históricos determinados, e para isso propõem o seguinte questionamento: “De que literatura se está falando? Quais as suas características? Como determinado autor – escola – concebe sua obra? Consideram este um ponto de partida obrigatório para se tomar a literatura como testemunho histórico. Para os autores, literatura e literatos, por estarem inserido em sua contemporaneidade, são sujeitos e personagens da história que contam, “são acontecimentos datados, historicamente condicionados, valem pelo que expressam aos seus contemporâneos”³². No caso em análise, o principal insumo para a produção da obra literária é a realidade social. É a partir das notícias veiculadas nos jornais que surgem aquelas obras tão singulares, demonstrando quão tênues eram as fronteiras entre realidade e ficção, jornalismo e literatura. O que esta análise mostra é que a literatura não conta o contrário do real, mas uma outra forma de se contar o real que não comporta restrições em sua criação, o que transforma-a em um poderoso instrumento de intervenção política.

O presente trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro pretende-se compreender como diferentes periódicos veicularam as notícias do roubo das joias imperiais. A análise foi feita cotejando-se as notícias veiculadas nos seguintes jornais: *Diario do Brazil*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Commercio*, *O Mequetrefe* e a *Revista Illustrada*. O objetivo principal é apreender como cada folha abordou o caso e que tipo de críticas surgem, ou não, a partir daí. O segundo capítulo foi desenvolvido a partir da leitura, no rodapé da *Gazeta de Notícias*, do romance publicado por Raul Pompéia, *As joias da Coroa*. A intenção é captar como o literato se apropria do caso do roubo das joias imperiais, exaustivamente veiculado no jornal onde publicará seu romance, quais suas visões sobre a Monarquia e que tipo de discussão política aparece em sua obra a partir do intrincado caso.

³² *Ibidem*, p. 09.

CAPÍTULO 1 – O escândalo do roubo das joias da Coroa brasileira nos jornais da Corte

“O grande fato do dia”

Os acontecimentos ocorridos entre os dias 17 para 18 de março de 1882 trouxeram consequências fatídicas para a família imperial brasileira. Naquela noite, várias joias da Coroa foram roubadas de dentro do Palácio Imperial de São Cristóvão, sede da monarquia no século XIX. Em seu editorial, o jornal *Gazeta de Notícias* noticiou o que chamou de “o grande fato do dia”³³. O evento causou espanto e tomou conta da cidade, tornando-se assunto obrigatório na imprensa, nos cafés e nas ruas. Só se falava disso, para grande desagrado das autoridades que, sobre essas coisas, sempre preferem discrição.

O roubo teve grande repercussão na imprensa, tornando-se mote para discussões sobre política, polícia, poder imperial e até mesmo sobre a vida privada do Imperador. Tamanha repercussão na imprensa deu, por fim, origem a dois romances folhetins que faziam pilhérias com o caso, ridicularizando tanto a monarquia quanto a figura do Imperador, sobre o qual disseram coisas terríveis. Exposta pelo roubo, através da literatura, a Monarquia brasileira passa a ser alvo de críticas contundentes de célebres literatos e jornalistas daquele momento. Os romances publicados foram *As joias da Coroa*, de Raul Pompéia, que saiu na *Gazeta de Notícias* entre 30 de março a 1 de maio de 1882 e; *A ponte do Catete*, de José do Patrocínio, que saiu na *Gazeta da Tarde* entre os finais de março e 12 de outubro do mesmo ano³⁴. Surgidos a partir das notícias veiculadas nos jornais esses romances evidenciam a

³³ “Roubo no Paço de S. Christovão”, *Gazeta de Notícias*, 19/03/1882, p. 1.

³⁴ Sobre a data de publicação do romance de José do Patrocínio, Sérgio Góes de Paula, em sua obra *Um monarca da fuzarca*, afirma que “*A ponte do Catete* apareceu na *Gazeta da Tarde*, de 30 de março a 12 de outubro de 1882 [...]”. Ocorre que a primeira edição da *Gazeta da Tarde* disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (in: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>) no ano de 1882 é a de 1º de abril, nº 73. Nesta edição o romance de Patrocínio já está no 4º fascículo, faltando, portanto, os fascículos 1, 2 e 3. O fato é que as publicações dos fascículos do folhetim ocorriam em um intervalo de um dia ou mais. Se a publicação do dia 1º de abril corresponde ao 4º fascículo, e supondo que os outros três foram publicados nos três dias anteriores, teríamos, para início da publicação do romance, no mínimo o dia 29 de março de 1882; e caso as publicações dos três primeiros fascículos não tenham ocorrido em três dias sequenciais, como 29, 30 e 31, teríamos uma data ainda mais recuada, ou seja, anterior ao dia 29. Para que a data informada por Góes de Paula esteja correta seria necessário que o jornal tivesse publicado nos dias 30 e 31 de março os outros três folhetins que faltam, o que é pouco provável, pois, a última publicação do folhetim disponível na Hemeroteca Digital é a do dia 12 de outubro de 1882, cujo fascículo é o de nº 93, sendo que nos números anteriores disponíveis não houve publicação de mais de um fascículo em uma mesma edição. Pela imprecisão das informações disponíveis, optou-se por não adotar uma data específica, mas aproximada. Cf. GÓES DE PAULA, 1993, *op. cit.*, p. 31, e; “A ponte do Catete: romance da atualidade”, *Gazeta da tarde*, 1º de abril a 12 de outubro de 1882, edições 73-234.

confluência, ou, a “porosidade”³⁵ entre literatura e imprensa, ou, a inter-relação entre editorial e rodapé. Também, apropriando-se das notícias do roubo na imprensa, foi publicada, no editorial da *Gazetinha*, uma peça intitulada *Um roubo no Olimpo*, atribuída a Artur Azevedo, entre os dias 31 de março e 5 de abril de 1882, definida pelo autor como “Opereta-buffa-mitológica, escrita por um Melhac do morro do Nheco, e posta em música por um Offenback (sic) de Mata-Porcos”³⁶. Este trabalho monográfico, no entanto, centrar-se-á apenas na análise do romance de Raul Pompéia, objeto da abordagem do capítulo 2, sendo este capítulo 1 dedicado à análise das notícias que diferentes jornais veicularam sobre o caso do roubo.

As notícias publicadas nos dias seguintes ao roubo dão conta de que, após participar de um cortejo em outro palácio da cidade, a Imperatriz Teresa Cristina retirou as joias que usava na ocasião e as entregou a um criado para levá-las ao Paço de São Cristóvão, retirando-se em seguida para Petrópolis. Segundo os relatos publicados nos grandes jornais, o criado se deu conta de que não possuía as chaves do cofre onde deveriam ser depositadas as joias, resolvendo por isso acondicioná-las em um armário situado nos aposentos do Imperador. Na noite do dia 17 de março foram então subtraídas as joias pertencentes à Imperatriz, à Princesa Isabel e à Baronesa Fonseca da Costa, dama de companhia de Teresa Cristina. Curiosamente, conforme relata a imprensa, alguns objetos valiosos do Imperador, que estavam entre as joias, não foram levados. Os ladrões teriam usado puas (ferramenta utilizada para furar madeira) para arrombar e acessar as joias e, segundo a polícia, teriam se pendurado em uma das janelas utilizando-se de uma corda, através da qual teria hipoteticamente se dado a fuga. Tudo isso foi minuciosamente relatado nos jornais, atiçando a curiosidade do público leitor. Ao tomar conhecimento do caso, o Imperador tratou de pedir uma investigação, que foi então confiada ao Desembargador Chefe de Polícia, o Sr. Ovídio Fernandes Trigo de Loureiro³⁷.

Iniciadas as investigações, ficava cada vez mais evidente a participação de pessoas conhecedoras da rotina do Paço e, dois dias após o ocorrido, em 20 de março, a *Gazeta de Notícias*, que fazia a cobertura jornalística, diria: “apenas são mais justificados os motivos

³⁵ Sobre as relações entre literatura e imprensa conferir: LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política*. 2015. 177. f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2015, p. 4.

³⁶ “*Um roubo no Olimpo*”, *Gazetinha*, 31/03/1882, p. 1.

³⁷ O constante neste parágrafo foi relatado de forma breve no *Jornal do Commercio* In.: “Roubo na casa imperial”, *Jornal do Commercio*, 19/03/1882, p. 1. A *Gazeta de Notícias* também deu as primeiras notícias, mas com maior riqueza de detalhes, o que pode ser visto In.: “Roubo no Paço de S. Christóvão”, *Gazeta de Notícias*, 19/03/1882, p. 1. Em uma pequena publicação a *Gazetinha* também informou o que se deu no paço, mas em tom jocoso In.: “*Gazetinha*”, 19/03/1882, p. 2.

para se acreditar que pessoa não estranha ao paço deve ter sido o autor do roubo”³⁸. E foi o que se verificou, pois quatro dias após o roubo três funcionários do Paço acabariam sendo presos: José Virgílio de Tavares, criado do quarto do Imperador, Francisco de Paula Lobo, empregado particular do Imperador e, por fim, Manuel de Paiva, definido em publicação do *Jornal do Commercio* como sendo um “empregado de mau procedimento e suspeito de ter sido autor de desaparecimentos de outras joias e dinheiros, dispensado do serviço do Paço, porém, continuando a residir na quinta da Boa-Vista”³⁹. Em publicação do dia 27 de março a *Gazeta de Notícias* noticiava:

À última hora fomos informados de que um dos indivíduos que se achava na casa de detenção escrevera ao Sr. desembargador Chefe de Polícia, pedindo-lhe uma conferência em particular. Dizem-nos, que já tarde, foram encontradas algumas das joias roubadas, dentro de uma pequena lata, que estava enterrada em local próximo da quinta Imperial. À hora em que recebemos estas informações não nos permitiu averiguar até que ponto elas são verdadeiras. Publicamo-las, pois, com toda reserva⁴⁰.

A informação de fato era verdadeira e fazia com que a história cada vez mais ganhasse aspectos folhetinescos, embora fosse real. O autor da carta era Manuel de Paiva, ex-criado do Imperador, que escrevia ao Chefe de Polícia solicitando a tal conferência, tudo minuciosamente narrado nos jornais. A *Gazeta de Notícias* relatava que “o Chefe de Polícia, animado de uma perspicácia sem igual, desde logo decidiu prestar inteiro crédito à informação”⁴¹. O que se deu após o recebimento da carta foi digno de comédia teatral, de puro caráter rocambolesco. A *Gazeta de Notícias* trazia estampado em seu editorial uma longa matéria detalhando a burlesca diligência, relatando que após receber aquela carta o Chefe de Polícia disfarçou-se com barbas postiças, chapéu e casacão e, juntamente com seu ajudante, não menos disfarçado, Tenente Lyrio e o suspeito Manuel de Paiva, que foi retirado da prisão para essa missão, foram localizar as joias enterradas no quintal da casa do suspeito⁴².

Tudo parecia resolvido, uma vez que as joias haviam sido encontradas. Pressupunha-se, então, que os envolvidos, já identificados, seriam punidos. Entretanto não foi o que aconteceu. Para estorpecimento do público carioca, se, por um lado, apareceram as joias, por outro desapareceram os criminosos. Em posse das joias, o Chefe de Polícia, Trigo de Loureiro, foi ao encontro de várias autoridades políticas para apresentar o resultado de seu

³⁸ *Gazeta de Notícias*, 20/03/1882, p. 1.

³⁹ “Roubo no paço imperial”, *Jornal do Commercio*, 22/03/1882, p. 1.

⁴⁰ “Roubo no Paço”, *Gazeta de Notícias*, 27/03/1882, p. 2.

⁴¹ “Roubo no Paço de S. Christovão”, *Gazeta de Notícias*, 28/03/1882, p. 1.

⁴² *Ibidem*.

trabalho. No dia seguinte, foi a Petrópolis dar as boas novas ao Imperador e devolver-lhe os objetos resgatados. Quanto aos criminosos, bem, não havia criminosos, foi o que concluiu finalmente o Chefe de Polícia, que solicitou ao juiz a liberdade de todos os envolvidos⁴³. Como prova de gratidão pelos bons serviços prestados à monarquia, menos de uma semana depois do encontro das joias, o Chefe de Polícia foi agraciado com a Comenda da Rosa e o tenente Lyrio, seu companheiro na operação, com o grau de cavaleiro⁴⁴. Enquanto isso, a imprensa em geral, em especial a opositora, ia ao delírio com tal desfecho do caso. Iniciava-se, então, longa polêmica nos jornais cariocas sobre o roubo, na tentativa de dar sentido para o que acabara de acontecer.

O público parecia ter apenas uma certeza sobre o caso: embora se soubesse quem eram os culpados, eles estavam livres. Tal constatação suscitou uma série de questionamento na imprensa tais como: teria o Chefe de Polícia seguido orientações do Imperador ao soltar os envolvidos porque estes poderiam eventualmente saber de segredos palacianos ou sobre a vida privada do Imperador? O que teria motivado a soltura? Quem estaria por trás dela? Embora as joias tivessem sido encontradas, a história parecia não se concluir⁴⁵.

Em um contexto no qual vários grupos competiam por uma versão de poder que se queria ver mantida ou modificada e, tendo em vista o papel da imprensa nesses conflitos como um dos mais importantes espaços de explicitação dos ideais desses grupos⁴⁶, se faz imprescindível uma análise desses jornais para a identificação dos diferentes discursos que

⁴³ Em suas “Chronicas Fluminenses”, a *Revista Illustrada*, também recontando todo o caso, questionava: “Mas como explicar a cousa, sem desvendar o mistério, e, sobretudo sem comprometer os culpados: Começa então a comédia”. In.: “Chronicas Fluminenses”, *Revista Illustrada*, 01/04/1882, p. 2. Na única crítica que fez a respeito do caso, o *Jornal do Commercio* questionava se a questão era só reaver as joias ou punir os culpados também, pois o encontro daquelas na casa de um dos suspeitos só faziam evidenciar sua culpa. In.: “Roubo no paço imperial”, *Jornal do Commercio*, 29/03/1882, p. 1. *O Mequetrefe*, por seu turno, perguntava se a coisa poderia passar assim como brincadeira, exigia saber quem foi o autor do roubo das joias. In.: “As joias imperiais”, *O Mequetrefe*, 29/03/1882, pp. 2-3. A *Gazeta de Notícias*, dirigiu publicação ao Chefe de Polícia perguntando-lhe: “deve não procurar encontrar os autores do roubo?”. In.: “Roubo no Paço de S. Christovão”, *Gazeta de Notícias*, 28/03/1882, p. 1.

⁴⁴ Cf. GÓES DE PAULA, 1993, *op. cit.*, p. 17.

⁴⁵ A respeito das acusações de envolvimento do Imperador no desfecho do caso, cf. “Roubo, lama e mistério”, *Revista Illustrada*, 26/03/1882, p. 7 e; “Croquis à brocha”, *O Mequetrefe*, 11/04/1882, p. 6. As discussões a respeito do caso vão parar também na Câmara dos Deputados e no Senado, constantes nas edições de nº 91, 104 e 105 do *Jornal do Commercio*, com datas respectivas de 1º, 15 e 16 de abril; o Deputado Fernandes de Oliveira e o Senador Silveira Martins solicitam informações a respeito do desfecho do caso. A *Gazeta de Notícias* publicou esses pedidos de informação nos dias 1º de abril na edição nº 90, e nos dias 15 e 16 de abril, nas edições de nº 103 e 104.

⁴⁶ Segundo Nelson Werneck Sodré, a imprensa foi “instrumento necessário da prática política, atuando contra e a favor do Estado, movimentando-se entre os diversos grupos, facções, partidos e manifestações, dentro do espaço da discursividade nacional”. In: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 356.

reverberaram no caso do roubo das joias. O objetivo aqui é demonstrar como cada jornal, em sua singularidade, abordou o caso, o que cada um privilegiou em sua crítica ao tratar de tema tão delicado e caro para a imagem pública da Monarquia. Pretende-se aqui demonstrar também como jornalismo e literatura são confluentes, como produzem zonas fronteiriças entre ficção e realidade no que diz respeito especialmente ao modo de narrar tais acontecimentos. Utilizando o conceito de porosidade, Lucas de Castro Lamonica discorre sobre o processo de composição diária e coletiva no qual ocorrem trocas entre os romances e seus suportes, a imprensa, que acaba por afetar tanto o conteúdo como a forma daqueles⁴⁷. Essa simbiose também deixa marcas nas notícias do jornal, como na *Gazeta de Notícias*, quando aquela adota em suas notícias um tom folhetinesco, atraindo o público para suas páginas em torno de um assunto que se inicia no editorial e termina no rodapé da folha no espaço destinado à literatura. É o ficcional e o real tratando do mesmo assunto.

Para esta abordagem foram analisadas edições dos jornais *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Commercio*, *Revista Illustrada*, *Diário do Brazil* e *O Mequetrefe*, cujas publicações a respeito do roubo nos permitem apreender a heterogeneidade da notícia nesses corpos de informação e formação social. “Ora, o que mais se fazia, naquela fase, era precisamente discutir, pôr dúvida, analisar, combater. Combater a pretensa sacralidade das instituições: da escravidão, da monarquia, do latifúndio”⁴⁸. E, segundo Sodré, isso é possível porque a imprensa “atuou nas diferentes posições do confronto”⁴⁹.

Assim, vamos ver aqui que o caso do roubo das joias não se encerrava em si, mas abria um grande precedente para outras discussões em torno da figura do Imperador e do regime monárquico. Logo, faz-se necessário identificar e lançar luz sobre o que cada jornal expõe neste painel de comunicação que se tornou o roubo na imprensa carioca naqueles idos de 1882.

O roubo das joias nas páginas da imprensa

A imprensa àquela época foi o campo de atuação de muitos daqueles que não ocupavam espaço nas casas de poder, incorporando “valores, princípios envolvidos na construção do Estado, projetando-se como agente ativo no processo político; equiparando-se

⁴⁷Cf. LAMONICA, 2015, *op. cit.*, *loc. cit.*

⁴⁸SODRÉ, 1999, *op. cit.*, p. 233.

⁴⁹*Ibidem*, p. 356.

em representatividade pública, ao parlamento”⁵⁰. Segundo Nelson Werneck Sodré, aqueles eram tempos de agitação “que revelava o aprofundamento das contradições da sociedade brasileira”⁵¹, que conseqüentemente suscitavam reformas que passaram a ser propostas e discutidas com maior frequência. Ainda, segundo Sodré, “essas questões e reformas refletiam-se na imprensa e esta ampliava a sua influência, ganhava nova fisionomia, progredia tecnicamente, generalizava seus efeitos – espelhava o quadro que o país apresentava”⁵².

Segundo Ana Luiza Martins, “no país de fraco poder aquisitivo, o gênero periódico figurou como suporte fundamental do impresso no Brasil ao longo do século XIX”⁵³, que afeitos às predileções políticas de seus proprietários deu conformação ao que Lavina Madeira Ribeiro chamou de “jornalismo de bandeiras”⁵⁴, mobilizado como instrumento de luta para a afirmação de princípios que pretendiam consolidar. Naquele período, “a abolição, o federalismo, o reformismo liberal, as questões militares e religiosas, o republicanismo, foram as bandeiras que fomentaram a continuidade histórica do jornalismo como instrumento de luta política”⁵⁵. A partir de meados do século XIX, as peculiaridades de cada folha foram ficando cada vez mais evidentes. Para Marialva Barbosa, esses grupos ocupavam lugares privilegiados, pois “o poder simbólico daquele que sabe verbalizar os sentimentos pode, através dos jornais, transformar-se em poder de fato”⁵⁶, com a capacidade de atingir, inclusive, os iletrados que compunham a maior parte da população. Os consumidores de notícias, muitas vezes, reuniam-se para leituras em grupo nas praças ou nos locais de venda e impressão das folhas. Nos locais de venda dos periódicos não era difícil ter a leitura facilitada caso assim o cliente desejasse. Mesmo em um país escravista “havia cruzamentos e interseções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas”⁵⁷, ocupando a leitura em voz alta lugar de destaque para a disseminação da notícia. Segundo Marco Morel,

⁵⁰ RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e Espaço Público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004, p. 81.

⁵¹ SODRÉ, 1999, *op. cit.*, p. 223.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa em tempos de império*. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015, p. 57.

⁵⁴ RIBEIRO, 2004, *op. cit.*, p. 91.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, p. 57.

⁵⁷ MOREL, Marco. *Os primeiros passos da palavra impressa*. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015, p. 39.

[...] a leitura [...] não se limitava a uma atitude individual e privada, mas ostentava contornos coletivos. Nesse sentido, a circulação do debate político ultrapassava o público estritamente leitor, embora sua produção impressa fosse monopolizada por um conjunto de redatores heterogêneos⁵⁸.

Já para Martins, “era o prenúncio do sensacionalismo que atraía leitores e vendia jornal”⁵⁹, e este sensacionalismo não se limitaria às notícias do cotidiano, ele permearia qualquer parte do jornal pela qual o público leitor tivesse afinidade, como aquela reservada à literatura. Para Barbosa, “a valorização do sensacionalismo leva a apresentar até mesmo os folhetins com a roupagem das notícias policiais”⁶⁰, e no caso do roubo das joias da Coroa é lá, no folhetim, que vamos encontrar toda a discussão que surgem inicialmente nos espaços de notícias dos jornais.

A veiculação de tragédias do cotidiano, a falha moral, a mancha infame na reputação de alguém são promotores da popularidade dos jornais, que “ampliam o público desses impressos a níveis impensáveis anteriormente”⁶¹, quanto mais se tratar-se a “vítima” de figura pública e destacada. Segundo Barbosa, “em função desse poder de difusão, esses diários passaram a ser dotados de um poder real e simbólico, transformando seus proprietários em verdadeiros *Donos do Rio*”⁶², expressão que a autora utiliza metaforicamente para designar tanto os dirigentes quanto os próprios periódicos. Barbosa assevera que

respeitados e temidos, os donos dos matutinos são responsáveis pela idolatria ou pelo descrédito de figuras públicas e notórias. Através das duras campanhas que promovem nos seus periódicos podem demolir reputações, derrubar ministros ou nomear políticos. [...] são de fato os ‘donos do dia’⁶³.

Os embates se davam entre indivíduos situados no mesmo campo, a imprensa, onde o que “sobressai é o exagero retórico e teatral das diferenças e oposições”⁶⁴, num esforço de demonstrar para o público leitor o caráter individual do seu ponto de vista. E melhor ainda se tiver como ação a polêmica, esta que fazia as delícias do público.

O episódio do roubo das joias foi uma grande oportunidade de litígio para os opositores da monarquia, atraindo para si os olhares de toda a imprensa num frenesi de

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ MARTINS, 2015, *op. cit.*, p. 63.

⁶⁰ BARBOSA, 2000, *op. cit.*, p. 139.

⁶¹ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 118.

⁶² BARBOSA, 2000, *op. cit.*, p. 5.

⁶³ *Ibidem*, p. 115.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 168.

informações e contestações que deram uma emoção especial às páginas dos jornais por cerca de um mês ininterruptamente. Dentre os jornais e revistas analisados encontramos diferentes abordagens e periodicidade quanto à veiculação de informações referentes ao roubo. *O Mequetrefe*, por exemplo, que fazia forte oposição a Dom Pedro II e a seus ministros⁶⁵, ocupou-se do caso do roubo das joias em apenas três edições, dos dias 21 e 29 de março e 11 de abril de 1882. Na *Revista Illustrada* temos, entre os dias 19 e 22 de março de 1882, oito publicações abordando o caso entre textos e charges. No *Diário do Brasil* é possível encontrar informações sobre o roubo em 16 publicações que vão do dia 19 de março a 16 de abril de 1882. O *Jornal do Commercio* abordou o assunto em 23 publicações entre os dias 19 de março e 16 de abril de 1882. Já a *Gazeta de Notícias* foi a folha que mais se deteve sobre o tema, tratando do roubo em cerca de 35 edições publicadas entre os dias 19 de março e 17 de abril de 1882. Mas não foi só em quantitativo, a *Gazeta de Notícias* também foi a folha que mais ocupou os espaço de suas páginas sobre o roubo das joias com longos textos no editorial, informando em um primeiro momento e, posteriormente, questionando os rumos que aquela misteriosa investigação tomou⁶⁶. Nos subitens seguintes será apresentado como cada folha, particularmente, tratou o caso e que apropriações fizeram a partir do mesmo.

A imprensa ilustrada

No Brasil, a imprensa ilustrada ganhou força a partir da segunda metade do século XIX. As folhas ilustradas, geralmente semanais, se multiplicavam, multiplicando também o número de leitores, pois aquele tipo de jornalismo caía cada vez mais no gosto do público. A imprensa ilustrada ia para além dos limites da tradicional, reproduzindo com rapidez e qualidade variados tipos de imagens, utilizando a nova técnica da litografia. Em um país sem a tradição da leitura, esse tipo de jornalismo permitia a assimilação imediata da mensagem que se pretendia transmitir, principalmente pelo uso da ilustração, mas também por possuir escrita pouco carregada, para uma leitura rápida⁶⁷. Segundo Martins,

⁶⁵ Em publicação de 1875, respondendo a questionamentos feitos à folha, *O Mequetrefe* dirá, entre outras coisas, quais seus objetivos enquanto veículo de comunicação ao externar: “Armamo-nos contra todos os excessos, isso sim; combatemos, por exemplo, o poder pessoal, que é um excesso da monarchia constitucional [...]”, em clara declaração de oposição a Dom Pedro II, que combateria à larga até a queda da monarquia em 1888. In.: “Ao Sr. D. J. R. P. A. Saldanha”, *O Mequetrefe*, 15/04/1875, p. 2.

⁶⁶ As publicações a respeito do roubo aparecem na *Gazeta de Notícias* em espaços diversos como: editorial do jornal; publicações a pedido; nos espaços dedicados às casas de poder (senado e câmara dos deputados) e também no rodapé do jornal com o folhetim *As joias da Coroa* de Raul Pompeia, sendo que este último tratará do assunto no jornal até o dia 1º de maio de 1882.

⁶⁷ Cf. BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Ângelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2009, p. 23 e; MARTINS, 2015, *op. cit.*, pp. 63-64.

[...] um gênero de revista sobressaiu-se no quadro da imprensa do Império, representação daquele tempo cultural diverso: as revistas ilustradas de caricatura, que, valendo-se do humor e do chiste, espalharam o cotidiano do país e vincaram nossa formação. Foi essa modalidade que logrou enorme sucesso nas terras de fracas letras, população escrava e incipiente mercado⁶⁸.

O humor também era um recurso poderoso que informava e formava fazendo rir. As notícias, muitas vezes, vinham em tom dissimulado, permeadas de subtendidos, com pouca clareza nas palavras, mas que comunicavam com perfeição o que se pretendia. Segundo Marcelo Balaban, “não era fácil enfrentar inimigos tão espirituosos, cujas ferramentas, a pena e o lápis, eram armas poderosas”⁶⁹. Dom Pedro II sofreu como ninguém o combate desse gênero jornalístico, pois, para os opositores do regime monárquico, nada mais coerente do que atacar seu representante máximo. O Imperador era “celebrizado ora na recorrente afirmação *Já sei, já sei...*, ora dormindo no trono, ora perdido na visão das estrelas, trazendo a legenda *Pedro Caju*, por seu perfil prognata ou *Pedro Banana*, como definiam seu detratores”⁷⁰. Segundo Balaban, essas revistas

Utilizando-se dos recursos da sátira visual, que se fundavam na ideia de apontar, pelo exagero, os defeitos, o ridículo, o grotesco, além dos vícios das pessoas e das situações, buscavam legitimar-se por meio de um discurso a que atribuía uma função moral. Tal ideia, contudo, é logicamente datada. Para compreendê-la nos termos da época, é necessário analisar não somente a formulação dessas noções em cada folha, mas ainda as polêmicas que giravam em torno da questão [...] ⁷¹.

O Mequetrefe e a *Revista Illustrada* faziam esse gênero de jornalismo e registraram os acontecimentos desencadeados pelo roubo das joias da Coroa. Empreendimento de Pedro Lima e Eduardo Joaquim, surge *O Mequetrefe* em janeiro de 1875. Jornal satírico, cujas publicações ocorriam em um decurso de oito a treze dias, apostava no humor como forma de combater a monarquia, provocando o riso, atuando pelo ridículo e pelo grotesco, pretendia dessa forma punir poderosos e criticar hábitos sociais⁷². A *Revista Illustrada* foi sem dúvida uma das maiores folhas de caricatura do século XIX, dirigida pelo italiano Ângelo Agostini “que se tornou referência na imprensa satírica brasileira na segunda metade do século XIX pela forma como utilizou seu ofício na exposição dos conflitos sociais existentes”⁷³, tendo

⁶⁸ MARTINS, 2015, *op. cit.*, p. 64.

⁶⁹ BALABAN, 2009, *op. cit.*, p. 23.

⁷⁰ MARTINS, 2015, *op. cit.*, p. 66.

⁷¹ BALABAN, 2009, *op. cit.*, p. 66.

⁷² Cf. CAPELOTTI, João Paulo; LOBO, Judá Leão. *Humor e Liberdade de imprensa em O Mequetrefe*. Revista Direito de Práxis, vol. 5, n. 9, 2014, pp. 176-206.

⁷³ PIRES, Maria da Conceição Francisca. *Centenário do traço: o humor político de Ângelo Agostini na Revista Illustrada (1876-1888)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. 2010, p. 11.

como tema central de sua produção os acontecimentos políticos. Nascido na província de Vercelli na Itália em abril de 1843, Agostini se mudou para o Brasil em 1859 onde atuou como desenhista por mais de quatro décadas e foi contemporâneo de marcantes acontecimentos como a Guerra do Paraguai, a abolição, a queda da Monarquia e a instituição da república como novo sistema de governo⁷⁴. Após colaborar em vários periódicos e revistas em São Paulo e no Rio de Janeiro, Agostini, “em 1876, inicia o seu mais importante projeto: a *Revista Illustrada*”⁷⁵. Publicação semanal, a *Revista Illustrada* tinha no humor de caráter político sua forma de expressão para a conformação da opinião pública que se afeiçoasse a uma nova ordem social, livre do escravismo e republicana⁷⁶. Vejamos a seguir como cada uma dessas duas folhas atuou no intrincado caso do roubo das joias imperais.

No episódio do roubo das joias a participação de *O Mequetrefe* foi breve. Como mencionado anteriormente, foram apenas três publicações, em um período de vinte e quatro dias, tratando do assunto devido às especificidades editoriais da folha. Em sua primeira publicação a respeito do roubo, dizia *O Mequetrefe*:

Os Srs. Gatunos não respeitam a ninguém, nem mesmo às pessoas que estão colocadas na esfera dos anjos. S. M. a Imperatriz, uma senhora tão boa, tão amável, tão virtuosa, tão santa, sofreu há bem poucos dias um roubo no valor de duzentos contos de réis, em joias. S. M. teve um formidável choque e só não chorou porque *noblesse oblige*. Boa e santa senhora! ela é muito capaz de perdoar ao ladrão, se por acaso for encontrado, e ainda fazer-lhe presente dos valores roubados. Ladrões! gatunos! larápios! eu durmo com as minhas portas abertas todas as noites; quando vocês quiseram, venham roubar-me duzentos contos, eu os desafio que o façam, canalhas!⁷⁷

O tom irônico do jornal bem que poderia passar despercebido a um leitor dos tempos atuais ao deparar-se com o texto. Mas para o leitor coevo estava claro que cada adjetivo utilizado para descrever Sua Majestade a Imperatriz queria dizer exatamente o contrário; implícito está o sarcástico e desdenhoso tom com que historicamente *O Mequetrefe* se referia

⁷⁴ Cf. OLIVEIRA, Gilberto Maringoni de. *Ângelo Agostini ou impressões de uma viagem da Corte à Capital Federal (1864-1910)*. 2006. 335 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, pp. 73-74.

⁷⁵ Para Marcelo Balaban, é na *Revista Illustrada* que Agostini fará longa campanha pela abolição e instalação da república, comunicando aos que não sabem ler através dos desenhos, por isso sendo sim, entre todos os outros, o mais importante projeto da carreira de Agostini. In.: BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: a trajetória de Ângelo Agostini no Brasil imperial – São Paulo e Rio de Janeiro – 1864-1888*. 2005. 361 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2005, p. 18.

⁷⁶ Segundo Cláudia Lago e Richard Romancini, “de fato, num país com muitos analfabetos dever ter muita relevância um jornal ilustrado que, com humor, denunciasse os crimes da escravidão e a decadência política do império”. In: LAGO, Cláudia; ROMANCINI, Richard. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007, p. 63.

⁷⁷ “O roubo dos duzentos contos”, *O Mequetrefe*, 21/03/1882, p. 2.

aos membros da Monarquia. Apesar da enorme repercussão que teve o evento, não se vê nada de extraordinário nas publicações do jornal como edições especiais ou chamadas em locais de destaque da folha. A charge, uma peculiaridade do jornal, não foi empregada em nenhuma das edições. Na publicação seguinte *O Mequetrefe* noticiava que,

foram finalmente encontradas as joias da família imperial, graças a uma carta anônima, que foi dirigida ao Sr. Trigo de Loureiro. O Sr. desembargado chefe de polícia, logo que teve a denuncia, vestiu-se de princez, juntamente com o tenente Lyrio, dirigiram-se ao lugar onde dizia a carta que as joias estavam enterradas (na chácara de Manoel Paiva), e lá, como de fato, encontraram todas as joias, com propriedades de biscoitos, perfeitamente bem acondicionadas dentro de latas de (sic) ditos. Que bons biscoitos! O Sr. Trigo de Loureiro quase teve um desmaio de alegria. – São elas mesmo! dizia ele, as joias das minhas entranhas! Não podemos deixar de nos congratularmos com a coroa, com a Sra. baronesa da Fonseca Costa, a quem parte das joias pertenciam; com o Sr. Trigo de Loureiro, com o Sr. ministro da justiça e com todos, sobre quem caíam terríveis pontos de interrogação. Mas nós nosso turno perguntamos: - A coisa pode passar assim como brincadeira? – Quem foi que roubou as joias? Nem ao menos se procura saber quem fez a coroa passar por aquele susto? Depois de tanto trabalho o Sr. Trigo de Loureiro mandou por em liberdade a Paiva e aos mais detentos, como se nada houvera acontecido. O Sr. chefe de polícia foi para Petrópolis descansar das fadigas que lhe deixou a empresa das joias. O Paiva e seus companheiros gozam de plena liberdade à sombra do trono e das arvores da quinta de S. Christovão. A família imperial está de posse dos seus brilhantes, no valor, segundo os peritos, de mais de 400 contos. Está tudo quieto, nos seus eixos... não há nada como tudo o mais é história⁷⁸.

O jornal anuncia que as joias foram finalmente encontradas, mas que tal se deu não pelos esforços da polícia, mas sim graças a uma carta anônima. O jornal está desmerecendo o trabalho da polícia à qual ridiculariza dizendo que o que teve que fazer o Chefe de Polícia foi apenas vestir-se de princez (pessoa com disfarce), bem como seu ajudante e resgatar as joias no quintal do criminoso confesso. Sabendo do desfecho do caso, o que *O Mequetrefe* quer é questionar o motivo como quem diz: como assim não há criminosos? O jornal deixa nas entrelinhas que o trono é conivente com aquela situação. Na edição seguinte, já em 11 de abril de 1882, a folha evidenciará seu ponto de vista em relação ao que explica os entraves para a punição daqueles que confessamente foram os autores do roubo das joias. Para *O Mequetrefe*, a explicação estava nas relações espúrias entre D. Pedro II e Manuel de Paiva, culminando na absolvição deste último mesmo com todas as evidências que pesavam sobre ele. O jornal tratava das relações amorosas do Imperador franqueadas com os serviços de Paiva, e assim descrevia o Imperador:

⁷⁸ “As joias imperiaes”, *O Mequetrefe*, 29/03/1882, pp. 2-3.

É um dom Juan da força. Ninguém será capaz de acreditar que este homem com suas barbas apostólicas e cara de caju-banana, santarrão, vestido com desalinho [...] seja capaz de tanto. Ele é um homem de gosto. Tem um paladar muito delicado, gosta dos acepipes finos. É doido por um caldinho de franga [...] Afirma o Paiva, seu confidente, amigo e companheiro, nas misteriosas correrias noturnas; que ele é o ente de maior coração que conhece [...] Ele tem, além de outras virtudes, um talismã que o torna irresistível para as mulheres. Não há uma só que suporte um olhar sem ficar logo com o bicho carpinteiro. Ficam doidinhas por ele, doidinhas de amor, coitadas! Mas ele é um só e elas são tantas!⁷⁹

O Mequetrefe colocava, assim, o Imperador em uma situação desconcertante, vexatória, afirmando que ele e Paiva eram amigos, confidentes. As misteriosas correrias noturnas seriam o elo entre os dois e o aval de Paiva para, em caso de ser apanhado pelo roubo, não ser alcançado pela lei. A folha desejava mostrar um D. Pedro galanteador, lascivo, “doido por um caldinho de franga”, que se relacionava, inclusive, com garotas pubescentes, contrastando com a imagem de rei pudoroso orgulhosamente aceita por muitos de seus súditos. *O Mequetrefe* foi o único entre os jornais pesquisados que resolveu adentrar no assunto de possíveis encontros amorosos do Imperador no espaço dedicado às notícias, pois, essa afirmação também comporá o enredo do romance de Raul Pompéia, *As joias da Coroa*, portanto, no espaço destinado à literatura, o que evidencia diferentes estratégias editoriais frente um mesmo assunto.

Se *O Mequetrefe* se ocupou dos assuntos libidinosos, a *Revista Illustrada* se encarregou de pintar o cenário dos acontecimentos. Em publicação do dia 19 de março de 1882 da *Revista Illustrada*, a charge na última página daquela edição ilustra de forma jocosa os últimos acontecimentos da política. Entre aquelas charges é possível ver uma que chama a atenção, na qual dois homens carregam apressados uma coroa real enquanto um terceiro lhes aponta a direção que devem seguir. Logo abaixo dessa charge lê-se: “A gatunagem já se estendeu até S. Christovão. Roubaram a Coroa! Não serão republicanos?”⁸⁰. Em um momento no qual ainda não havia informações mais precisas sobre como se deram os fatos do roubo, a revista se limita a informar o ocorrido, sem perder a oportunidade de fazer um gracejo com o antagonismo entre monarquia e república.

Se na primeira edição que trata do roubo o assunto aparece de forma quase despercebida, na segunda a revista diz-se compelida a falar do assunto pela dimensão que aquele acontecimento tomou, dizendo: “de que posso eu falar-vos hoje senão d’esse roubo

⁷⁹ “Croquis à brocha (Pedro de Alcantara)”, *O Mequetrefe*, 11/04/1882, p. 6.

⁸⁰ *Revista Illustrada*, 19/03/1882, p. 7.

que há oito dias traz tão alvoroçadas a polícia e a curiosidade pública?”⁸¹. Em meio a temas destacados naquele momento e que suscitavam debates e alimentavam publicações surge o caso do roubo das joias da família imperial e ocupa o topo dos assuntos obrigatórios nos diversos espaços sociais. “Não se fala de outra coisa”⁸², continua o texto, “a direção do balão, o discurso do Sr. Ferreira Vianna por Venus, a Martinhada política, tudo foi esquecido pelo roubo dos duzentos contos de brilhantes”⁸³. Ainda nessa publicação, o autor demonstra ter esperança de que a polícia solucionará o caso e punirá os envolvidos, quando diz: “os ladrões propõem, mas a polícia dispõe; e parece que brevemente, os fascinados dos brilhantes imperiais estarão compenetrados d’este mandamento: Sétimo não furtarás”⁸⁴. O intrigante é que nessa mesma edição, na última página a conclusão sobre o caso é outra.

A sétima página daquela edição é inteiramente tomada por uma charge, como geralmente ocorria naquele espaço, que conta em pequenos quadros os acontecimentos desde o recebimento da carta anônima pelo Chefe de Polícia, a soltura dos envolvidos e devolução das joias à família real. No primeiro quadro lê-se: “Não há quem deixará de concordar que o negocio das joias imperiais faz ter saudades do Corsário”⁸⁵, referindo-se ao jornal *Corsário*, propriedade de Apulco de Castro, considerado por muitos o mais agressivo dos pasquins em críticas à figura do Imperador e outras autoridades como Trigo de Loureiro. O *Corsário* estava com suas atividades suspensas devido aos excessos que cometia em suas publicações⁸⁶. E continua a publicação da *Revista Illustrada*:

⁸¹ “Chronicas Fluminenses”, *Revista Illustrada*, 26/03/1882, p. 2.

⁸² *Ibidem*.

⁸³ Por aquela época de fato esses eram assuntos recorrentes nos jornais. O inventor Júlio Cesar Ribeiro de Souza tentava descobrir um meio para a dirigibilidade dos balões. Assunto importante para uns, como a *Gazeta de Notícias* que disponibilizava em sua folha uma coluna intitulada “Navegação Aérea”, na qual Julio Cesar discorria sobre a importância da navegação aérea para a humanidade e fazia explanações sobre sua nova teoria e sistema de navegação, como no artigo publicado em 02 de fevereiro de 1882. Para a *Revista Illustrada* o assunto era motivo de chacota, publicando várias charges nas quais ridiculariza os esforços de Júlio Cesar, não sendo difícil encontrá-las nas diversas edições de 1882, como na de nº 291, de 19 de março. A passagem do planeta Vênus também foi motivo de muitos debates na imprensa. O *Jornal do Commercio* dizia que dependia apenas da aprovação da câmara a liberação da verba pedida para o estudo do que chamou de “um dos mais importantes phenomenos scientificos que é dado observar no século atual: a passagem de Venus sobre o disco solar”. In.: “Passagem de Venus”, *Jornal do Commercio*, 06/03/1882, p. 1. A passagem de Vênus também era diuturnamente criticada pela *Revista Illustrada*. Por fim, o que a revista chama de “Martinha política” refere-se às ações políticas de Martinho Campos, presidente da câmara dos deputados, a quem fazia ferrenha oposição.

⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁵ *Ibidem*. p.7.

⁸⁶ Nas palavras de Magalhães Júnior, Apulco de Castro ganha o título de aquele “que usou, como ninguém, a linguagem mais sórdida, do vocabulário mais contundente e abusivo em toda a imprensa do Império”. In.: MAGALHÃES JÚNIOR. R. *O império em chinelos*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira S/A, 1957, p. 209. À época do roubo das joias o *Corsário* encontrava-se suspenso, consequência das inimizades que colecionava por conta de suas publicações. Sem atividades desde 31 de Dezembro de 1881, retomará suas atividades somente

O Exmo Chefe de policia, dando a conhecer a carta que lhe revelou o esconderijo das joias, mostrou simplesmente ser um tolo. Mais tolo ainda em disfarçar-se, ele e o seu ajudante pondo barbas postiças, com receio de alguma cilada. Se o Chefe receasse que lhe fossem ao pelo, ter-se-ia feito acompanhar por toda a guarda urbana. Mas S. Ex^a entendeu que as barbas brancas produziriam mais efeito em seus inimigos, e que estes recuariam submissos. Mas é que S. Ex^a sabia com certeza que não encontraria ninguém. Para que as barbas então? Que grande palhaçada! Felizmente ninguém quis atentar contra a preciosa vida de S. Ex, e o grande Chefe pode à vontade meter-se na lama e descobrir as joias metidas em latas de manteiga. S. Ex na sua expansão, pôs logo em liberdade o preso M. Paiva que o acompanhara, e carregou triunfante as preciosas latas de manteiga para a casa do Sr. ministro da justiça. De onde saiu logo ordem de soltura para todos os indigitados no imperial roubo. A vista de semelhante proceder a Imprensa fluminense soltou um grito de indignação!⁸⁷

Na sequência, a revista mostra um burrinho com os olhos vendados e com um cabresto que é conduzido por uma mão cujo dono não se pode identificar. No corpo do burro está escrito policia e no texto abaixo é possível ler: “toda essa história é uma farsa; e a policia representa um bem triste papel, obedecendo cegamente à vontade de um poder oculto e misterioso”⁸⁸. A posição da revista em relação àqueles acontecimentos resumia-se na tríade roubo, lama e mistério, pelo crime que aconteceu (o roubo), pela lama que se refere tanto ao local onde foram ocultadas as joias roubadas, como pelos acordos sujos que imaginou ter se dado para a solução daquele impasse, e o mistério por não se ter uma resposta sobre os motivos de tais ordens, mas que acreditava ser coisa da Coroa. A publicação é encerrada dizendo que “a policia diz ter retirado os brilhantes da lama, mas lá deixou ficar a justiça”⁸⁹, e na charge vemos a figura feminina que representa a justiça deitada na lama com sua venda, balança e espada, e um pouco acima desta uma coroa real envolta por um véu transparente. Concluindo a revista diz: “o véu do mistério não é bastante espesso para que através dele não se veja um poder que a opinião pública julga, justa ou injustamente, envolvido nesse triste negócio”⁹⁰. Para a *Revista Illustrada*, o desfecho do caso se deu por vontade da Casa Imperial.

em 03 de Setembro de 1882, conforme publicação do mesmo jornal na referida data. Cf. “Corsário”, *Corsário*, 03/09/1882, p. 2.

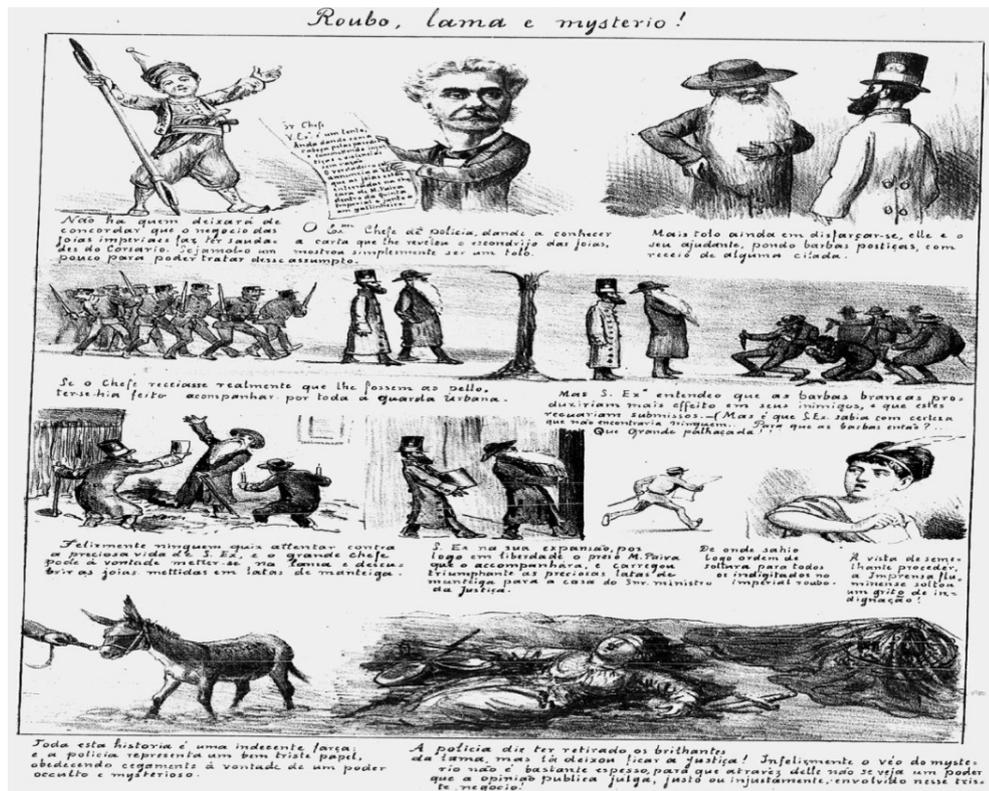
⁸⁷ “Roubo, lama e mistério!”, *Revista Illustrada*, *op. cit.* p. 7.

⁸⁸ *Ibidem*.

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ *Ibidem*.

Figura 1: "Roubo, lama e mistério!"



Revista Illustrada, 26/03/1882, p. 07. ed. 292.

Na edição seguinte, a revista retorna ao assunto das joias dizendo que “se ainda se não achou a direção do balão nem o ladrão das joias imperiais, acharam-se todavia as próprias joias imperiais”⁹¹, recontando de forma irônica todos os acontecimentos do caso, segundo informações veiculadas na imprensa. Na charge da última página podemos ver políticos do Senado e da Câmara dos Deputados interrogando o Chefe de Polícia, dizendo que “o parlamento quer saber do Sr. ministro da justiça qual a razão e sobre qual lei se fundou o Chefe de Polícia para soltar os criminosos autores do roubo das joias imperiaes”⁹², e fazendo um trocadilho diz que “o negócio tornou-se uma questão parlamentar, ou antes, para lamentar!”⁹³. Na sequência vê-se uma charge do Imperador varrendo o chão e um texto dizendo que “papai Peter tratou logo de varrer a sua testada”⁹⁴, referindo-se a uma publicação da casa imperial, feita dois dias antes pelo Mordomo-mor, Sr. Barão de Nogueira da Gama, em nome do Imperador declarando que este sempre autorizou toda e qualquer diligência e que

⁹¹ “Chronicas Fluminenses”, *Revista Illustrada*, 01/04/1882, p. 2.

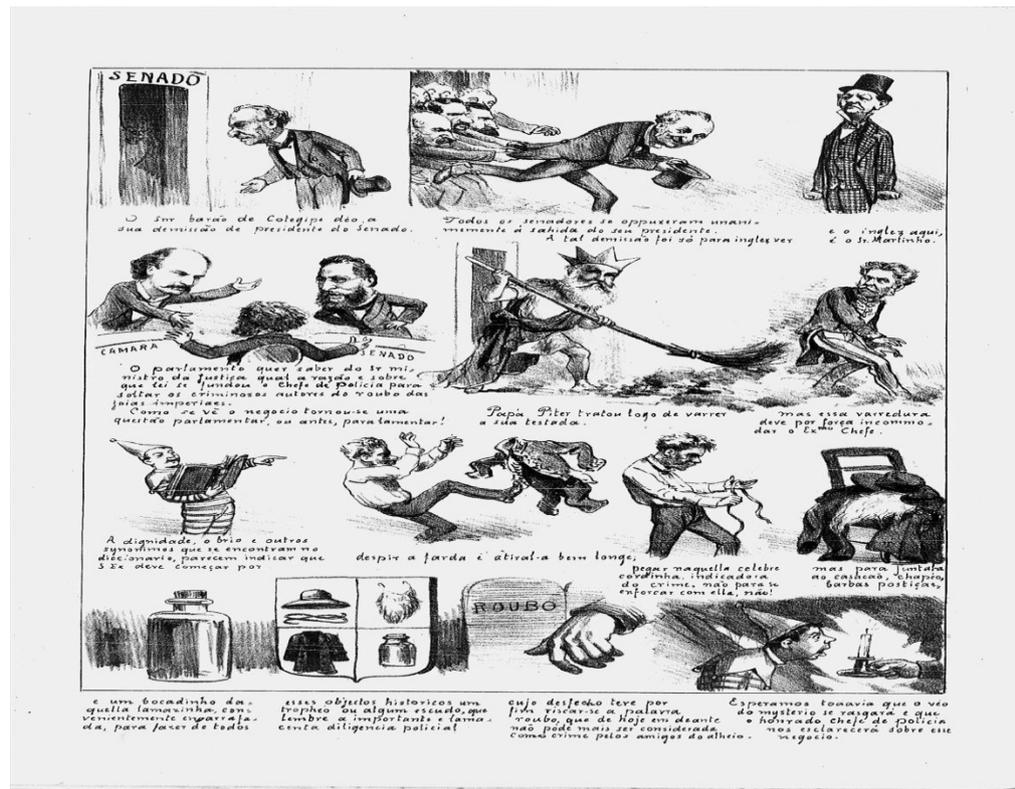
⁹² *Ibidem*. p. 7.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ *Ibidem*.

jamais interveio nos trabalhos da polícia⁹⁵. A *Revista Illustrada* ainda sugere que o Chefe de Polícia pegue todos os objetos de sua diligência (chapéu, casacão, barbas postiças, a corda que estava pendurada à janela e mais um pouco da lama onde estavam enterradas as joias), e faça um troféu ou escudo para lembrar “a importante e lamacenta diligência policial cujo desfecho teve por fim riscar a palavra roubo”⁹⁶ da lei.

Figura 2: Questão para lamentar



Revista Illustrada, 01/04/1882, p. 7. ed. 293.

Já no dia 22 de abril, na coluna “*Echos da Semana*”, a revista diz que depois das joias da Coroa, agora as joias do Príncipe Obá⁹⁷ haviam sido furtadas quando ele voltava do

⁹⁵ A declaração do mordomo-mor apareceu na mesma data nos jornais *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Commercio* na coluna “Publicações a Pedido” com o seguinte teor: “Declaro, de ordem de Sua Majestade o Imperador, que o mesmo Augusto Senhor autorizou sempre o chefe de policia a todas e quaisquer diligências para o descobrimento de quem tenha subtraído as joias de Sua Majestade a Imperatriz, de Sua Alteza a Princesa Imperial e da Sra. Baronesa da Fonseca Costa, e que jamais interveio direta ou indiretamente no procedimento do mesmo chefe”. Cf. “Publicações a pedido: Casa Imperial”, *Gazeta de Notícias*, 30/03/1882, p. 2 e; “Publicações a pedido: Casa Imperial”, *Jornal do Commercio*, 30/03/1882, p. 2.

⁹⁶ *Revista Illustrada*, 01/04/1882, p.7.

⁹⁷ Cândido da Fonseca Galvão, príncipe Obá, ou Dom Obá II d’África, era um negro livre, nascido em Lençóis, na Bahia, que se tornou oficial do exército brasileiro na Guerra do Paraguai. O pai de Galvão foi um rei africano posteriormente vendido como escravo para o Brasil, no entanto Galvão nasceu livre e após a morte do pai autoproclama-se Obá II, herdeiro de Obá I. In.: BORBA, Lilian do Rocio. *Escrita e comportamento social: Dom Obá II nas páginas dos jornais cariocas do século XIX*. Filologia e Linguística Portuguesa, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 447-472, jul/dez. 2015, pp. 448-458.

Paço onde fora cumprimentar o Imperador. Aproveitando a deixa, a *Revista Illustrada* encerra a publicação fazendo chacota com o caso do roubo das joias imperiais dizendo ser aquela “mais uma ocasião para a polícia dar-nos uma pequena mascarada; a *Gazeta da Tarde* um romance, e a de *Notícias* outro”⁹⁸. Na charge da última página, na mesma edição, vê-se uma pedra sobre uma folha de papel na qual se lê: “roubo das joias do paço [...]”, seguida de um texto dizendo que “o inquérito sobre o negócio das joias parece estar definitivamente concluído em (sic) bem da moralidade. Ainda bem!”⁹⁹. Nos quadros seguintes da charge vemos o príncipe Obá de pé em frente um baú vazio como que dizendo que dali foram levadas suas joias e, ainda, outra imagem onde Obá conversa com o Chefe de Polícia já vestido com o seu famoso disfarce (o chapéu, o casacão e as barbas), então, o diálogo da revista com seu leitor segue assim:

Outra vítima de um roubo de joias, o Príncipe Obá. S. A. de volta do paço onde fora cumprimentar S. M. deu pela falta de seu relógio, pincenez, etc. Estão caiporas os príncipes! Dizem que S. A. Obá declarou ao Chefe, que se ele puser outra vez as barbas postiças e descobrir o roubo, ele se compromete a perdoar aos ladrões. S. Ex. não pode mais hesitar¹⁰⁰.

Figura 3: As joias da príncipe Obá



Revista Illustrada, 22/04/1882, p. 7. ed. 296.

A revista brinca com o caso do primeiro roubo, prevendo para o furto a Obá o mesmo desfecho, com publicação de romances e mais uma atuação inusitada da polícia, cuja garantia para que se resolva o caso é a de que os ladrões sejam perdoados tal como no roubo

⁹⁸ “Echos da Semana”, *Revista Illustrada*, 22/04/1882, p. 3.

⁹⁹ *Ibidem*. p. 7.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

das joias da família imperial. Essa foi a última publicação da *Revista Illustrada* sobre o caso do roubo das joias no paço de São Cristóvão de um conjunto de publicações que procurou verbalizar para o público que é a condescendência da Coroa que dá ao caso uma versão que não se sustenta, não convence.

Diario do Brazil: em oposição à oposição

O jornal *Diario do Brazil* surgiu em 1881. De pequeno porte, continha quatro páginas com cinco colunas cada. Praticamente não há trabalhos específicos sobre este periódico, e pouco é possível saber sobre seu (s) proprietário (s), por exemplo. Em 21 de junho de 1881, o jornal *O Liberal* publicou a seguinte notícia: “Distribuiu-se o primeiro número do *Diario do Brazil*, propriedade dos donos da *Revelação e Revolução*, que terminaram a sua publicação para se fundirem naquele órgão diário”¹⁰¹. No episódio do roubo das joias da Coroa, o *Diário do Brazil* posicionou-se na defesa dos trabalhos do Chefe de Polícia e do Imperador, tecendo críticas a seus colegas de imprensa pelas publicações que defendiam o contrário.

Em suas primeiras publicações o *Diario do Brazil* parece querer demonstrar para seu público leitor como é um jornal correto, comprometido com a verdade e dedicado ao trabalho de informar. Em quase todas suas publicações ver-se-á afirmações de seu empenho no desenvolvimento do seu trabalho de imprensa. Já em sua primeira matéria a respeito do caso, em 19 de março de 1882, o jornal adverte o leitor: “fizemos os maiores esforços para conseguirmos pormenores relativos a este fato [...]”¹⁰². Na edição seguinte, em 21 de março, o jornal diz que “os colegas de imprensa, entre outras coisas, reproduziram as informações publicadas no dia anterior [no *Diario do Brazil*] sobre o ‘extraordinário roubo praticado no paço de S. Christovão’.”¹⁰³ Na mesma edição o jornal ainda relatava que “ontem na rua do Ouvidor não se falava em outra coisa senão no boletim do DIARIO DO BRAZIL relativo ao roubo no Paço [...]”¹⁰⁴. Em um momento no qual todos os espaços sociais da corte e a imprensa estão convulsionados pelo fato de ter se dado um roubo na sede da Monarquia, o *Diario do Brazil* quer fazer parecer que é por ele que os demais órgãos de imprensa se informam e que na rua do Ouvidor só se fala de suas notícias. O jornal ainda quer mostrar

¹⁰¹ *O Liberal*, 21/01/1881, p. 2.

¹⁰² *Diario do Brazil*, 19/03/1882, p. 3.

¹⁰³ “Correio do Brazil”, *Diario do Brazil*, 21/03/1882, p. 2.

¹⁰⁴ “A cidade”, *Diario do Brazil*, 21/03/1882, p. 3.

como é escrupuloso e correto não publicando certas informações para não atrapalhar os trabalhos da polícia¹⁰⁵.

Com o avanço das investigações surtindo alguns resultados, como a prisão dos suspeitos, o jornal defende o trabalho da polícia. Fala sobre a tentativa de dissimulação do roubo, quando os indivíduos usaram tinta vermelha em um vidro quebrado no chão para fazer crer que quem quebrou o vidro havia se cortado, e não tendo nenhum dos suspeitos a mão ferida, não poderiam ser autores do crime. Segundo o jornal, “o Sr. desembargador Trigo de Loureiro no modo porque seguiu a pista do crime e tratou de colher todas as provas, tem denotado bastante perspicácia, atividade e zelo”¹⁰⁶.

Se por um lado sobravam elogios à polícia, por outro, o *Diario do Brazil* criticava o trabalho dos colegas de imprensa. O jornal inicia um extenso artigo que publicou, intitulado “Atividade Jornalística”, dizendo que “um dos primeiros deveres de uma empresa jornalística é desenvolver a maior atividade, caprichando em dar notícias que reúnam a mais palpitante atualidade e mais escrupulosa exatidão”¹⁰⁷. Continua criticando a demora que alguns órgãos de imprensa tiveram para relatar o caso do roubo das joias, dizendo ter feito seu trabalho com o maior critério e respeitando “os justos escrúpulos do imperante”¹⁰⁸ e evitando revelações que pudessem atrapalhar o trabalho da justiça. Sobre os outros jornais diz: “alguns dos mais conceituados entre eles só terça-feira e ontem foram dando, pouco a pouco, e de envolta com muitas conjecturas, os pormenores constantes do referido boletim”¹⁰⁹. O boletim a que o *Diario do Brazil* se refere é o seu boletim, publicado dias antes. O jornal, sobre outros órgãos de imprensa, diz: “é de esperar que hoje andem mais espertos, reproduzindo os pormenores que ontem demos”¹¹⁰. Não parece que de fato o *Diario do Brazil* estivesse preocupado com um certo atraso dos órgãos de imprensa, mas sim em destacar o seu trabalho. O fato é que os dois maiores jornais da corte, o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias*, fizeram suas primeiras publicações ainda no dia 19, mesmo dia do referido boletim do *Diario do Brazil*, bem como a *Gazetinha* de Artur Azevedo. O jornal *O Globo* fez sua primeira publicação

¹⁰⁵ Cf. “O roubo no Paço”, *Diario do Brazil*, 21/03/1882, p. 3.

¹⁰⁶ “Roubo no Paço”, *Diario do Brazil*, 22/03/1882, p. 3.

¹⁰⁷ “Atividade Jornalística”, *Diario do Brazil*, 23/03/1882, p. 2.

¹⁰⁸ *Ibidem*.

¹⁰⁹ *Ibidem*.

¹¹⁰ *Ibidem*.

ainda no dia 18, ou seja, no dia em que ocorreu o roubo¹¹¹. O *Diario do Brazil* encerra seu artigo dizendo: “o público julgará o nosso procedimento e mostrará se está contente com os esforços que fazemos para servi-lo devidamente”¹¹².

Quando da localização das joias na casa de Manuel de Paiva, o *Diario do Brazil* limitou-se a informar as peças que foram encontradas, bem como sobre a ida do Chefe de Polícia a Petrópolis para entregá-las ao Imperador. Dizia o jornal que a respeito da forma com que foi feita a descoberta das joias corriam várias versões e que por sempre fazer timbre de escrupulosa exatidão, preferia não comentar o caso¹¹³. O fato é que não corriam várias versões, mas uma só: o Chefe de Polícia havia utilizado um disfarce para ir ao local onde as joias estavam enterradas, segundo a carta anônima que recebera. Enquanto o *Diario do Brazil* preferiu não entrar no mérito das circunstâncias do encontro das joias, a *Gazeta de Notícias* expunha toda a situação ridicularizando a ação do Chefe de Polícia em publicação do mesmo dia. No dia seguinte foi publicada pelo *Diario do Brazil* uma suposta carta de um leitor parabenizando o jornal por seu trabalho:

Aceite a ilustrada redação do DIARIO DO BRAZIL os nossos cordiais parabéns não só pela atividade que tem desenvolvido afim de pôr os seus leitores ao par dos pormenores mais interessantes do extraordinário roubo no paço de S. Christovão, como também e ainda mais pelo critério de que deu prova, negando-se a iludir os seus leitores com a historia da carochinha que foi impingida às outras folhas relativamente à descoberta das joias. Continue o DIARIO assim, e não lhe faltará o apoio do público que quer noticias frescas, minuciosas e sobre tudo *verídicas*. *Muitos Leitores*¹¹⁴.

A essa publicação o jornal responde: “agradecemos aos nossos estimáveis correspondentes, lhes prometemos continuar a esforçar-nos por bem servir o público”¹¹⁵. Mais uma vez o jornal critica as publicações que saíam em outras folhas e enaltece seu trabalho, podendo ter sido o próprio jornal o autor dessa carta, conduta recorrente na imprensa daquele período. Mas ainda nesta edição, o jornal é questionado por um leitor se de fato o Chefe de Polícia e o tenente Lyrio usaram disfarces para ir ao encontro das joias roubadas. A isso, o periódico responde que por não saber da exatidão dos fatos preferiu não publicá-los. O *Diario do Brazil* não fez naquele momento e nem fará posteriormente qualquer juízo a respeito dos

¹¹¹ Cf. “Roubo na casa imperial”, *Jornal do Commercio*, 19/03/1882, p. 1; “Roubo no paço de S. Christovão”, *Gazeta de Notícias*, 19/03/1882, p. 1; *Gazetinha*, 19/03/1882, p. 2; e “Roubo no Paço”, *O Globo*, 18/03/1882, p. 1.

¹¹² “Atividade Jornalística”, *Diario do Brazil*, 23/03/1882, p. 2.

¹¹³ Cf. “O roubo no paço”, *Diario do Brazil*, 28/03/1882, p. 2.

¹¹⁴ “Opinião Pública”, *Diario do Brazil*, 29/03/1882, p. 2.

¹¹⁵ *Ibidem*.

disfarces do Chefe de Polícia e do tenente Lyrio. Para a folha, tudo estava dentro dos conformes e o Chefe de Polícia não merecia outra coisa senão congratulações pelo seu trabalho.

A última publicação do jornal a respeito do roubo das joias vem em tom de desabafo, intitulada “*A última palavra sobre o crime no paço imperial*”¹¹⁶, deixando claro seu posicionamento quanto aos acontecimentos dos últimos dias. O jornal inicia aquela publicação dizendo que, primeiramente, é preciso falar a verdade. Segundo o *Diario do Brazil*, pelas circunstâncias em que se deu o crime não se esperava que fossem encontradas as joias e nem os criminosos, mas que o Chefe de Polícia conseguiu as duas coisas, por isso merecia homenagens. Mas,

em vez disso, os levianos e os mal intencionados, que nesta quadra querem de tudo fazer um escândalo, ousam censurar um sucesso tão esplêndido e tão completo, obtido por meios que só revelam habilidades. É lastimosa a tendência que mostram certos órgãos de imprensa para converter tudo em escândalo [...]”¹¹⁷.

O jornal critica toda a repercussão que os opositores do regime deram em suas folhas, acusando-os de tudo fazer escândalo, e nisso tinha razão. Aquela foi a uma grande oportunidade para os inimigos da Coroa que em tudo colocava maledicências, “não querendo deixar passar aquela oportunidade de desfazer a imagem de rei culto e recatado fervorosamente acolhida pelos acólitos e aceita com grande orgulho”¹¹⁸ pelos brasileiros. Para o *Diario do Brazil*, ninguém teria o direito de invadir a vida privada do Imperador, devassando-a. Além das publicações de *O Mequetrefe* e da *Revista Illustrada*, que já foram citadas, as quais colocam o Imperador em posição vexatória, a essa altura já estava em circulação na *Gazeta de Notícias* o folhetim de Raul Pompéia, o folhetim de José do Patrocínio na *Gazeta da Tarde*, e a peça de Artur Azevedo na *Gazetinha*, todos tendo como pano de fundo para o roubo as infidelidades do Imperador.

Para o *Diario do Brazil* o caso estava encerrado, e bem encerrado. Este mesmo artigo, “*A última palavra sobre o crime no paço imperial*”, foi publicado no *Jornal do Commercio*, na íntegra, dois dias após a publicação do *Diario do Brazil*. De fato foi a última palavra da folha sobre o assunto, enquanto a *Gazeta de Notícias*, por exemplo, trataria do caso

¹¹⁶ “A última palavra sobre o crime no paço imperial”, *Diario do Brazil*, 02/04/1882, p. 2.

¹¹⁷ *Ibidem*.

¹¹⁸ GÓES DE PAULA, 1993, *op. cit.*, p. 7.

por mais quinze dias em suas colunas de notícias e por mais 28 dias no espaço reservado à literatura.

Jornal do Commercio: Jornalismo comedido

Em 1827, o francês Pierre René François Plancher de La Noé fundou o *Jornal do Commercio*. Era um jornal apartidário, tinha um caráter mais informativo e menos de opinião, mas isso não o impedia de tecer críticas, ainda que moderadas, sobre os acontecimentos políticos de seu tempo¹¹⁹. Segundo Ribeiro, “politicamente, o jornal optou por uma linha editorial isenta do passionalismo e da agressividade. Isso lhe valeu o atributo de jornal conservador, moderado e governista”¹²⁰. Foi um dos mais importantes, se não o mais importante periódico da corte no século XIX¹²¹. Ainda, segundo Ribeiro, o *Jornal do Commercio*

passou à historiografia como o periódico mais tradicional da imprensa fluminense, lugar de resistência às forças políticas críticas aos ministérios no poder do período imperial. A chamada ‘sisudez’ do seu jornalismo político, opinativo e analítico conseguiu, entretanto, conviver, nas décadas finais do século XIX, com os folhetins, com o crescimento dos textos informativos, dos anúncios e com o jornalismo literário¹²².

No caso do roubo das joias da Coroa, o *Jornal do Commercio* foi mais circunspecto em suas abordagens, não adotou o tom do ataque e da difamação, de fato mais informou do que opinou. Seu tom contrasta muito com o da *Gazeta de Notícias*, *O Mequetrefe* e a *Revista Illustrada*. No dia 19 de março de 1882 publicou sua primeira notícia a respeito do roubo, que só apareceu, de forma tímida, no final da sétima coluna da primeira página¹²³. A publicação relatava que ao voltar de Petrópolis o Imperador foi informado sobre o roubo das joias em um de seus aposentos e que o valor superava os 200 contos. Mas antes, a folha tratou dos assuntos políticos e dos mais triviais para só depois falar sobre o caso que escandalizava as ruas e outras folhas¹²⁴.

Na edição seguinte, na sexta coluna da primeira página, vê-se uma pequena publicação relatando que o Chefe de Polícia continuou no dia anterior as diligências para

¹¹⁹ RAMOS, Paula da Silva. *O Jornal do Commercio e as representações sobre a Argentina na crise do Brasil Império (1870-1889)*. Faces da História, Assis – SP. V. 2, n. 1, p. 143-158, jan/jun., 2015, pp. 147- 148.

¹²⁰ RIBEIRO, 2004, *op. cit.*, p. 119.

¹²¹ Segundo Balaban, o *Jornal do Commercio* era o mais antigo diário da cidade. In.: BALABAN, 2005. *op. cit.* p. 17.

¹²² RIBEIRO, 2004, *op. cit.*, p. 119.

¹²³ As edições do *Jornal do Commercio* saiam geralmente com seis e oito páginas contendo oito colunas cada.

¹²⁴ Cf. “Roubo na casa imperial”, *Jornal do Commercio*, 19/03/1882.

encontrar os autores do roubo das joias e que interrogou guardas que estavam em serviço no dia do crime e alguns criados e que não havia resultados, mas, apenas indícios. A publicação é pequena e se perde em meio às outras, não está em destaque, não chama a atenção¹²⁵. Na edição do dia 21 o *Jornal do Commercio* faz uma extensa publicação entre a oitava coluna da primeira página e a primeira coluna da segunda página relatando que colheu informações de diversas fontes e que acreditava “terem sido coroadas de feliz êxito as diligências do Sr. desembargador Chefe de Policia”¹²⁶, para descobrir os autores do roubo. Segundo o jornal,

Não há ainda provas materiais contra os indiciados, pois não foram apreendidos os objetos roubados; mas parece não restar duvida de que um criado do palácio imperial e um ex-empregado do mesmo, mancomunados, praticaram o crime. O ex-empregado reside, com a família, na quinta da Boa-Vista, n'uma casinha, que generosamente lhe foi dada por Sua Majestade¹²⁷.

O ex-empregado é Manuel de Paiva e a casinha citada pelo jornal é a mesma onde foram encontradas as joias. E continuando, o *Jornal do Commercio* relata que na noite de 18 de março os indivíduos foram até o palácio e se apoderaram facilmente das joias, pois conheciam todos os aposentos e que o criado estava em posse das chaves do guarda-roupa onde se encontravam as joias. Para despistarem, segundo a matéria, os indivíduos arrombaram portas, quebraram vidros, fizeram buracos com puas e prenderam na grade de uma janela uma corda, da qual se esqueceram de apertar o nó e machucar a eira, não convencendo que por ali poderia ter fugido o suposto ladrão, como queriam. Após o crime o criado ficou no paço e os ex-empregado, que o jornal não cita o nome, mas é Manuel de Paiva, seguiu para sua residência de onde saiu bem cedo para dar destino às joias. O jornal ainda relata que “diversos empregados da casa imperial afirmam que o ex-companheiro é homem de maus precedentes e pouco honesto, e que o outro é muito hipócrita”¹²⁸. O jornal conclui a publicação dizendo que espera que “o digno Sr. Desembargador Trigo de Loureiro terminará gloriosamente os seus esforços, dando conta dos objetos roubados”¹²⁹.

Na edição de 22 de março o jornal informa a prisão dos suspeitos, sendo Francisco de Paula Lobo, José Virgílio de Tavares e Manuel de Paiva. A edição seguinte, em 23 de março, informa que foram feitas diligências e rigorosas buscas na Quinta da Boa-Vista para localizar as joias, que, tendo sido interrogada uma sentinela que estava de guarda no dia do

¹²⁵ Cf. “Roubo na casa imperial”, *Jornal do Commercio*, 20/03/1882, p. 1.

¹²⁶ “Roubo no paço Imperial”, *Jornal do Commercio*, 21/03/1882, p. 1.

¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ *Ibidem*.

¹²⁹ *Ibidem*. p. 2.

roubo, disse que um indivíduo que se identificou como criado do Imperador deu entrada a outro indivíduo que a sentinela reconheceu como sendo Manuel de Paiva. O Jornal relata que era sabido que Paiva estava muito endividado e que tinha que pagar uma letra no valor de 8:000\$000 (oito contos de réis)¹³⁰. Em 24 de março, na segunda coluna da segunda página, o jornal publicou novas evidências que faziam reforçar o envolvimento de Paiva no caso, fruto das diligências da polícia. Segundo o jornal, um major intendente do palácio comunicou ao Chefe de Polícia que em um dos quartos da casa de Manoel de Paiva, que ficava dentro da Quinta da Boa Vista, em terreno cedido pelo Imperador, encontrava-se trancado. O 3º delegado, Macedo de Aguiar, compareceu ao local e mandou arrombar a porta onde encontrou um pedaço de corda que se ligava perfeitamente àquela que havia sido pendurada em uma das janelas do palácio por onde se queria fazer acreditar que os ladrões escaparam. Em novo interrogatório, relata o jornal, o Desembargador Chefe de Polícia apurou que Paiva e Tavares convenceram um negro de nome Raphael a pernoitar fora do paço, tendo Paiva e Tavares oferecido comida a ele e à filha que o visitava, dizendo a Raphael que fosse jantar com a filha e que não seria necessário retornar ao palácio, o que Raphael aceitou de boa fé.

Então, já no dia 28 de março, o jornal noticiou o encontro das joias relatando que há dois dias o Desembargador Chefe de Polícia recebeu uma carta anônima que dizia, entre outras coisas:

A polícia andas às tontas, jogando a *cobra-cega*, e culpando inocente. Não conhece o verdadeiro autor do roubo dos brilhantes imperiais, o qual é o mesmo indivíduo que escreve esta carta, etc. As 8 horas da noite de hoje, dirija-se à Quinta da Boa Vista, procure a casa de Manoel Paiva e debaixo de duas palmeiras, próximas de um galinheiro por onde passa um regato, encontrará enterradas duas latinhas, uma de manteiga e outra maior. Essas pequenas latas contém as joias roubadas; mande cavar e as achará. Não continue a perseguir as pessoas que acredita indiciadas; a polícia não sabe que está fazendo etc¹³¹.

Segundo o jornal, a carta continha mais algumas palavras de pouco caso dirigidas ao Chefe de Polícia e que na hora especificada na carta, disfarçando-se o Chefe de Polícia e o oficial que lhe acompanhou seguiram para São Cristóvão, mas antes passaram na casa de detenção para levar consigo Manuel de Paiva, para facilitar a localização das joias. Chegando na Quinta, Paiva mostrou o local e o Chefe de Polícia mandou dar início às escavações e que,

¹³⁰ Cf.: “Roubo no paço imperial”, *Jornal do Commercio*, 23/02/1882, p. 1.

¹³¹ “Roubo no paço imperial”, *Jornal do Commercio*, 28/03/1882, p. 1.

após algum tempo, localizou duas latas de manteiga contendo as joias roubadas¹³². Segundo o jornal:

Concluídas as diligências que fizera, o Sr. Desembargador Trigo de Loureiro, julgou acertado por logo em liberdade Manoel Paiva e requisitou, ontem, do Sr. Juiz substituto do 10º distrito criminal, contramandados a favor do mesmo indiciado e de Francisco de Paula Lobo e José Virgílio de Tavares. Foram postos em liberdade os dois primeiros, continuando ainda detido o último¹³³.

A respeito da soltura dos envolvidos após essa diligência, o jornal não fez questionamentos quanto à conduta do Chefe de Polícia, o que ocorrerá de forma fervorosa na *Gazeta de Notícias* nesse mesmo dia em publicação que ocupa quase todo o editorial, o que veremos mais adiante.

O *Jornal do Commercio* pareceu mesmo querer ficar mais no campo da informação, não entrou no mérito da questão e nem se utilizou do caso do roubo das joias para tecer outros tipos de crítica, isso fica bem evidente, não era sua intenção. Mas mesmo assim criticou de forma genérica o caso, sendo pontual, sequer citou nomes de possíveis culpados por procedimentos indevidos e, em todo esse tempo publicando notícias sobre o caso, fez isso uma única vez, na edição do dia 29 de março, na qual dizia:

Confessamos não compreender absolutamente nada neste procedimento da polícia. Em que é que a descoberta das joias veio alterar a posição dos indiciados presos? Pelo contrário, o achado não podia senão corroborar as suspeitas que sobre ele pesavam. Como, pois, soltá-los sem mais nem menos? Tratava-se apenas de reaver as joias, ou também de punir um roubo? Na perseguição de um crime publico o perdão particular não pode deter a ação da justiça. Provocada esta, o seu braço cai inexorável, ferindo quem dever ferir. A restituição da propriedade pode satisfazer o espoliado, mas não as exigências da moral da sociedade¹³⁴.

Na opinião do jornal, os envolvidos deveriam continuar presos e a localização das joias na casa de um deles só reforçava a culpa pelo roubo. O jornal conclui dizendo que a polícia foi eficiente na restituição dos bens às vítimas, mas ineficiente e imoral na punição dos autores. Como se vê, o *Jornal do Commercio* não pede explicações, não reclama publicamente à figura do Chefe de Polícia como fazia a *Gazeta de Notícias*, são diferenças evidentes. Como toda bibliografia pesquisada a respeito do *Jornal do Commercio* para este trabalho afirma, este de fato se abstém da polêmica, especialmente quando a situação envolve

¹³² *Ibidem*.

¹³³ *Ibidem*.

¹³⁴ “Roubo no paço imperial”, *Jornal do Commercio*, 29/03/1882, p. 1.

o nome do Imperador, do Chefe de Polícia, do Ministro da Justiça e outras autoridades. O *Jornal do Commercio* sai de cena afastando-se de qualquer comentário que pudesse caminhar para o rumo do embate político.

Tendo transcrito “A última palavra sobre o crime do paço imperial”¹³⁵, título que deu o *Diário do Brazil* à sua matéria, o *Jornal do Commercio* só publicou algo relacionado ao roubo das joias após onze dias, em 15 de abril, na coluna que fazia um resumo da sessão do Senado, cuja publicação tratava do pedido de informação que Silveira Martins fez ao Ministro da Justiça solicitando ao Chefe de Polícia esclarecimentos sobre os fundamentos legais em que se baseou para pedir a soltura dos indiciados no caso do roubo¹³⁶. No dia seguinte o jornal publicou, agora na seção “Senado”, a fala do mesmo político pedindo as mesmas informações sobre o Chefe de Polícia¹³⁷. Do editorial do *Jornal do Commercio* nenhuma publicação mais saiu sobre o assunto, na verdade desde o dia 29 quando fez seu único juízo de valor sobre o caso.

A Gazeta de Notícias

A *Gazeta de Notícias* surgiu no Rio de Janeiro em 02 de agosto de 1875, fundada por Ferreira de Araújo, Henrique Chaves, Manoel Carneiro e Elísio Mendes¹³⁸, e suas atividades se estenderam até o ano de 1956. A *Gazeta de Notícias* deu o pontapé inicial para um processo de massificação da informação a partir do momento em que passou a ter interesse comercial, empresarial, e não simplesmente servir a partidos políticos. Para Leonardo Pereira, referindo-se à essa reconfiguração dos meios de comunicação,

O marco dessa virada se deu com o surgimento da Gazeta de Notícias [...]. Fundada por Ferreira de Araújo, ela imprimiu um novo ritmo à imprensa carioca. Atento à necessidade de aumentar a circulação do jornal, visto não pretender chegar apenas a alguma camada específica da sociedade, Ferreira de Araújo inaugurou o sistema de vendas avulsas pela cidade – pois até então as folhas eram vendidas apenas em livrarias e casas de comércio frequentadas pela pequena parcela da população que era interessada pelas letras. Uma última e fundamental inovação marcava, ainda, o caráter popular que se tentava dar ao jornal: o preço, mais barato do que de costume devido ao bom aproveitamento publicitário da folha¹³⁹.

¹³⁵ “A última palavra sobre o crime no paço imperial”, *Jornal do Commercio*, 04/04/1882, p. 2.

¹³⁶ Cf. “Assembleia Geral”, *Jornal do Commercio*, 15/04/1882, p. 1.

¹³⁷ Cf. “Senado”, *Jornal do Commercio*, 16/04/1882, p. 1.

¹³⁸ BARBOSA, 2000, *op. cit.*, pp. 43-44.

¹³⁹ PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 39.

A *Gazeta de Notícias* era um periódico popular “vendido por toda a cidade, nos quiosques, nas pontes de barcas, nas estações de bondes em todas as estações da estrada de ferro D. Pedro II”¹⁴⁰, de forma avulsa por garotos que gritavam pelas ruas a oferecê-lo. Com uma tiragem diária de 24 mil exemplares por dia em 1882 a folha era uma das maiores da Corte e também noticiou os acontecimentos do roubo das joias imperiais.

A forma como a *Gazeta de Notícias* atuou em sua cobertura jornalística a respeito do roubo no Paço de São Christovão tem duas faces, sendo um divisor de águas o dia 27 de março de 1882. Entre os dias 19 de março e 27 de março de 1882, a *Gazeta de Notícias* dedicou total atenção ao evento do roubo em suas páginas. A primeira publicação vem na primeira coluna da primeira página com as letras do título em caixa alta, “ROUBO NO PAÇO DE S. CHRISTOVÃO”, o que imediatamente chama a atenção do leitor para o evento. Nesse aspecto, a folha destoa de todas as outras aqui comentadas. A *Gazeta de Notícias* queria que seu leitor se atentasse àquelas notícias, diferentemente das publicações do *Jornal do Commercio* que, apesar de muitas virem na primeira página, não são facilmente identificadas com uma corrida de olhos, pois se perdiam ao longo de suas oito colunas, e informavam o mínimo possível. Num primeiro momento a *Gazeta de Notícias* ocupou-se apenas de informar aos seus leitores o desenrolar das investigações. Não se vê a princípio nenhuma crítica a qualquer autoridade ou membro da família real, até a publicação do dia 27 na qual noticiava que:

À última hora fomos informados de que um dos indivíduos que se acha na casa de detenção escrevera ao Sr. desembargador Chefe de Polícia, pedindo-lhe uma conferência em particular. Dizem-nos, que já tarde, foram encontradas algumas das joias roubadas, dentro de uma pequena lata, que estava enterrada em local próximo à quinta imperial. À hora em que recebemos estas informações não nos permitiu averiguar até que ponto elas são verdadeiras. Publicamo-las, pois, com toda a reserva¹⁴¹.

A partir da publicação seguinte a *Gazeta de Notícias* abandona o tom comedido e formal que vinha adotando e assume um misto de contestação e escárnio, fica, então, o tom, cômico e folhetinesco. O motivo é que corria por toda a cidade a forma como as joias tinham sido recuperadas e o destino que o Chefe de Polícia havia dado aos criminosos. O que isso vai desencadear é uma mistura de discurso jornalístico e folhetinesco nas páginas do periódico.

¹⁴⁰ BARBOSA, 2000. *op. cit.* p. 44.

¹⁴¹ “Roubo no Paço”, *Gazeta de Notícias*, 27/03/1882, p. 2.

Já na primeira notícia após a localização das joias, a *Gazeta de Notícias* diz que “para atingir-se a esse resultado, foi preciso que um elemento estranho, até agora conservado em impenetrável mistério, se apresentasse a secundar os esforços e os talentos de nossa polícia”¹⁴². A folha relatava que o Chefe de Polícia recebeu a carta anônima que indicava o local das joias e que mesmo tendo sido escrita em tom desrespeitoso àquela autoridade, “o Chefe de Polícia, animado de uma perspicácia sem igual, desde logo decidiu prestar inteiro crédito à informação anônima”¹⁴³. O jornal continua relatando que após receber a carta anônima o Chefe de Polícia disfarçou-se com umas barbas postiças e roupas que não eram de seu uso diário; que então, aquela autoridade dirigiu-se à Quinta Imperial. No caminho, segundo o jornal, o Chefe de Polícia, por inspiração divina, resolveu passar na casa de detenção e levar consigo Manuel de Paiva, rumando em seguida para a casa deste, que o jornal por ironia diz ser um local “pantanosos, encharcado d’água”¹⁴⁴. Sarcasticamente, o jornal relata que chegando à casa de Paiva,

o ativo e disfarçado Sr. Chefe de Polícia, com os seus companheiros, não menos disfarçados, nem menos perspicazes atiraram-se então a um trabalho extraordinariamente fatigante, eles próprios, empunhando instrumentos pesados, entraram a fazer escavações, e pouco depois a sua perspicácia e atividades recebeu o justo prêmio de tão árduo e pesado labor¹⁴⁵.

Segundo o jornal, referindo-se ao momento do encontro das joias, “Colombo gritara um dia: Terra! Aristóteles (sic) dissera Eureka! O Sr. Chefe de Polícia limitou-se modestamente a afirmar – Cá estão!”¹⁴⁶. O Jornal relata ainda que após o ocorrido o Chefe de Polícia colocou os suspeitos em liberdade, “pois, uma vez encontradas as joias não havia mais interesse em encontrar os ladrões”¹⁴⁷. Na sequência levanta algumas questões assim dizendo:

Agora uns comentários que não são nosso, mas do público. O Sr. Dr. Chefe de Polícia, tão orgulhoso pela diligência que efetuou, não parece ter motivos sérios para disso orgulhar-se. Encaminhado por uma carta anônima, S. Ex apenas teve o trabalho de ir buscar Paiva para indicar-lhe o lugar já designado na carta aludida; de sorte que melhor andou como Chefe de Polícia aquele que tão modestamente se ocultou: o autor da carta anônima¹⁴⁸.

Ao contrário do que se vê na publicação do *Diário do Brazil*, “a última palavra sobre o crime no paço imperial”, e que também foi publicada no *Jornal do Commercio* em 4 de

¹⁴² “Roubo no paço de S. Christovão”, *Gazeta de Notícias*, 28/03/1882, p. 1.

¹⁴³ *Ibidem*.

¹⁴⁴ *Ibidem*.

¹⁴⁵ *Ibidem*.

¹⁴⁶ *Ibidem*.

¹⁴⁷ *Ibidem*.

¹⁴⁸ *Ibidem*.

abril, a *Gazeta de Notícias* toma por ridícula a atuação do Chefe de Polícia, dizendo inclusive que o autor da carta se saiu melhor como Chefe de Polícia do que o próprio Chefe de Polícia, merecendo os créditos pela localização das joias. A *Gazeta de Notícias* questiona o que chama de “parte mais misteriosa do mistério”¹⁴⁹, dizendo que diante das evidências colhidas pela própria polícia como a corda encontrada na casa de Paiva, as joias encontradas enterradas na casa do mesmo e em sua presença, as informações do negro Raphael, só lhe restava informar ao seu leitor sobre “as particularidades que parecem prender-se ao verdadeiro criminoso e lhe dão a segurança de que a justiça para ele, mais que para ninguém, terá sempre os olhos vendados”¹⁵⁰. O jornal encerra esta matéria com a seguinte questão: “agora resta sabermos do Sr. Chefe de Polícia: as joias foram roubadas e foram encontradas. Foi só até aí que S. Ex teve ordem de proceder? Deve não procurar encontrar os autores do roubo?”¹⁵¹. Nessa publicação que ocupa quatro colunas do editorial, vê-se uma clara insinuação de que o Chefe de Polícia procedeu conforme ordens superiores, poder-se-ia estar insinuando que ordens da Casa Imperial.

No dia seguinte, 29 de março, o jornal fez uma série de publicações a respeito do roubo das joias, com a primeira ocupando as colunas de um a três do editorial. Inicia dizendo que esta questão só “mostra que no Brasil não há legalidade”¹⁵² e faz uma longa discussão à luz dos Códigos Criminal e de Processo Criminal sobre a prisão e soltura dos acusados, concluindo esta matéria com os seguintes dizeres: “bem diz um distinto literato nosso: ‘O Brasil é uma folia organizada’”¹⁵³. Uma segunda publicação trata do retorno do Chefe de Polícia de Petrópolis. Ainda há na primeira página uma terceira publicação, esta muito curiosa, na qual o jornal relata ter recebido uma carta anônima com o seguinte conteúdo:

Srs. Redatores da Gazeta de Notícias. — Entre os comentários ao artigo com que VV. noticiaram o desfecho do Roubo do Paço, ha referências á minha pessoa, que não posso deixar correr mundo sem reparo. Sou o autor da carta anônima no Sr. chefe de polícia, e se me não descubro ainda, é que me tolhem interesses de alta monta e escrúpulos de valia. Vai em tudo isto um mistério que a tempo desvendarei, pois já me pesa encampar responsabilidades, presenciando mudo a cenas que fariam rir, senão fizessem chorar e corar e correr. Enquanto não se encontrar o pequeno diamante que falta às joias, pouco podarei dizer. A pequena pedra preciosa me põe por ora uma mordça: é nela que está a chave do enigma. Ao depois de ela emergir, como as demais, revelarei a história

¹⁴⁹ *Ibidem.*

¹⁵⁰ *Ibidem.*

¹⁵¹ *Ibidem.*

¹⁵² “Roubo no Paço”, *Gazeta de Notícias*, 29/03/1882, p. 1.

¹⁵³ *Ibidem.*

da ponte do Catete, que é mesmo muito interessante. Até lá, peço a VV. Que não se dignem de falar em mim, mesmo em anônimo, que eu sou um anônimo muito acanhado e receoso de me comprometer. Lembre-se, porém, do aforismo de Jackal, ainda uma vez corroborado. Explicarei também o motivo por que o Sr. Chefe de Polícia pôs barbas brancas e o Sr. Lyrio serviu de cocheiro, e, sobretudo, porque S. Ex. procurou o senador Dantas. Com a publicação destas linhas muito obrigarão VV. A um dos seus leitores, que, por estar anônimo, não deixa de ser um pobre desgraçado, que não usa barbas brancas nem sabe onde se oculta o pequeno diamante que falta às joias imperiais. Corte, 26 de março de 1882¹⁵⁴.

O curioso é que as declarações contidas na carta não coadunam com as informações já veiculadas na *Gazeta de Notícias* e em outros órgãos, como por exemplo, o fato de o autor da carta ser um anônimo, pois a própria *Gazeta de Notícias* na edição do dia anterior se referia à “carta anônima referendada por Paiva”¹⁵⁵, ou seja, subscrita por Manuel de Paiva. O jornal não fará nenhuma publicação dizendo que Paiva enviou uma carta àquela redação. A carta ainda diz que falta um pequeno diamante às joias, também contrariando a mesma publicação da *Gazeta de Notícias* do dia anterior, quando esta dizia que “todas as joias achavam-se, pois aí, em poder do Sr. Chefe de Polícia, inteiras, completas”¹⁵⁶, fazendo inclusive relação de tudo que foi encontrado. No mesmo dia anterior o *Jornal do Commercio* também dizia que “não faltava nenhuma joia”¹⁵⁷ e que “lavrou-se o auto de achada e exame dos objetos, assinando-o os peritos Nicolao Farani, Domingos Farani e Manoel Joaquim Valentim, na presença do Sr. Desembargador Chefe de Polícia”¹⁵⁸, sendo em seguida restituídas ao Imperador. Uma hipótese é que o próprio jornal publicou a carta¹⁵⁹. Aquela foi endereçada à *Gazeta de Notícias* e não aparece em outros órgãos de comunicação, então fica a pergunta: por que a *Gazeta de Notícias*? O fato é que no dia seguinte começaria a circular o romance-folhetim de Raul Pompéia, *As joias da Coroa*, e a carta pode ter sido forjada pelo jornal com o intuito de fazer propaganda para o romance que estrearia.

¹⁵⁴ *Ibidem*

¹⁵⁵ Naquele momento o jornal detalhava o encontro das joias dizendo: “E seguindo as indicações da carta anônima, referendada por Paiva, caminhou mais para diante e, dirigindo melhor os trabalhos, dentre em pouco, encontrou uma lata quadrada, grande, onde o restante das joias haviam sido guardadas”. Cf. “Roubo no Paço de S. Christovão”, *Gazeta de Notícias*, 28/03/1882.

¹⁵⁶ *Ibidem*.

¹⁵⁷ “Roubo no paço imperial”, *Jornal do Commercio*, 28/03/1882.

¹⁵⁸ *Ibidem*.

¹⁵⁹ O trabalho de Ana Luiza Martins talvez nos ajude a entender um pouco mais sobre o que seria uma tendência da *Gazeta de Notícias* para seduzir seus leitores. Segundo a autora, “curiosos e instigantes eram as seções “A pedidos”, que mediante pagamento veiculavam reclamações dos leitores, de ordinário voltadas contra o governo. O espaço de livre colocação se tornara chamariz para o jornal, pela atração exercida sobre os consumidores para ali se posicionarem sobre assuntos variados. Sabe-se que mesmo não havendo encomenda de pedidos, os jornalistas se encarregavam de inventá-los, a ponto de haver pessoas especializadas em assumir a autoria dos ataques pessoais”. In. MARTINS, 2015. *op. cit.* p. 63.

Na edição seguinte, em 30 de março de 1882, uma nova carta é publicada. Naquela o misterioso remetente comunicava ao jornal que não faltava uma, mas sim três pedras de brilhantes nas joias da Imperatriz. Diante dessa nova afirmação, o autor anônimo desafiava:

E quem o duvidar, o Sr. Chefe de Polícia inclusive, vá escavar o terreno a dois metros à direita do lugar onde forma achadas as joias, e aí encontrará muitos objetos ricos e preciosos, que, sem terem asas, desde 30 anos fogem da quinta imperial, sem licença de ninguém, mas talvez de *alguém*. O carro que ontem à noite levou os dois vultos a S. Cristóvão não ia vazio: creio, Srs. Redatores, que ainda hão de trazer gente e preciosidades¹⁶⁰.

O leitor, a essa altura, encontrava na folha notícias sobre o roubo, nas quais a *Gazeta de Notícias* tripudiava do desfecho e das autoridades envolvidas no caso; encontrava também o romance de Raul Pompéia, que literariamente propôs se a tratar do roubo, de onde, supostamente, poderia vir alguma resposta que o público não encontrava nos espaços de notícias dos jornais e; as cartas de um anônimo que afirmava ter colaborado com a localização das joias e que logo mais revelaria os meandros do caso, desvendando o enigma que até ali os leitores não conseguiam entender. O que a *Gazeta de Notícias* fazia era colocar ainda mais dúvidas em seus leitores, misturando notícias jornalísticas com literatura e, possivelmente, notícias falsas que prendiam a atenção do público e faziam-no retomar o número seguinte da folha na intenção de achar sentido para o roubo das joias da Casa Imperial.

É preciso pensar, antes de mais nada, que jornais como a *Gazeta de Notícias* eram empreendimentos comerciais que visavam o lucro, portanto, é preciso que levemos em conta o que Ribeiro definiu como “intencionalidades comerciais”¹⁶¹. Segundo a autora os jornais estavam “estruturados como empreendimentos financeiros, dependentes da venda avulsa, das assinaturas e da publicidade [...]”¹⁶². É Martins quem lembra a importância comercial dos folhetins, cujos romances lá publicados “aos jornais interessavam comercialmente como atração de primeira página”¹⁶³. Ainda, Segundo Martins, “a característica de seriação, instigando a leitura seguinte, garantia o consumo da publicação enquanto lá se encontrasse, de

¹⁶⁰ *Gazeta de Notícias*, 30/03/1882, p. 1.

¹⁶¹ RIBEIRO, 2004, *op. cit.*, p. 148.

¹⁶² *Ibidem*, p. 139. Em Magalhães Júnior, encontramos uma crítica de Carlos von Kozeritz afirmando que no Brasil o ideal da imprensa seria o de ganhar público e vender muitos jornais, sendo todos os esforços das folhas orientados neste sentido. In: MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, *op. cit.*, p. 68. Lucas de Castro Lamonica mostra como a personagem fictícia Filomena Borges, criada por Aluísio Azevedo e a *Gazeta de Notícias*, era utilizada para atizar a curiosidade do público que procurava saber de quem se tratava a tal mulher. Segundo Lamonica, a misteriosa senhora era utilizada para vender roupas e também para promover festas, nas quais o jornal dizia que Filomena estaria presente. In: LAMONICA, 2015, *op. cit.*, p. 24.

¹⁶³ MARTINS, 2015, *op. cit.*, p. 70. Marlyse Meyer considera que no Brasil havia um público consumidor de folhetins em suficiente número para fazer desse consumo elemento favorável à venda dos jornais. In: MEYER, Marlyse, 1996, *op. cit.*, p. 33.

suspense em suspense, o enredo instigante com os lances rocambolescos pertinentes”¹⁶⁴. É importante percebermos como a característica do folhetim se manifesta nas colunas da *Gazeta de Notícias*. Na publicação que antecedeu o surgimento do romance de Raul Pompéia, em específico, é perceptível a provocação que instigava a leitura seguinte, a que se referiu Martins, pois, o suposto autor da carta anônima dizia que explicaria “o motivo por que o Sr. Chefe de Polícia pôs barbas brancas e o Sr. Lyrio serviu de cocheiro, e, sobretudo, porque S. Ex. procurou o senador Dantas”¹⁶⁵, sem falar no enigma, no caráter polêmico que tal revelação poderia trazer. Mas o tal mistério não foi revelado, pelo menos mediante nova carta e nas colunas de notícia. Coube ao romance de Pompéia criar um enredo que justificasse o desfecho do caso, ou seja, a ficção se propôs a dar respostas ao caso real, tal qual a promessa da carta misteriosa. Por fim, quanto à possibilidade de produção de informações falsas para chamar a atenção para o jornal, é esclarecedor o que assinalou Martins:

Curiosas e instigantes eram as seções “A pedidos”, que mediante pagamento veiculavam reclamações dos leitores, de ordinário voltadas contra o governo. O espaço de livre colocação se tornara chamariz para o jornal, pela atração exercida sobre os consumidores para ali se posicionarem sobre assuntos variados. Sabe-se que mesmo não havendo encomenda de pedidos, os jornalistas se encarregavam de inventá-las, a ponto de haver pessoas especializadas em assumir a autoria dos ataques pessoais¹⁶⁶.

Em 30 de março, além de uma publicação sob o título “Roubo no Paço”, estrearia, como já dito, o romance-folhetim *As joias da Coroa*. O romance é uma paródia feita a partir e sobre as notícias veiculadas nos jornais, e ao mesmo tempo em que fazia pilhérias com o roubo, utilizava o episódio para ridicularizar e criticar a monarquia brasileira.

No dia 9 de abril, a *Gazeta de Notícias* publicou um artigo de Carlos Bernardino de Moura, redator do jornal *A Pátria*. Tratava-se de um longo texto que ocupava três colunas, no qual o autor refletia sobre os problemas político e moral do país naquele período. Naquela publicação, o redator fazia a seguinte consideração:

Chego mesmo a pensar hoje que realmente vai dar-se, no presente ano, e não muito distante talvez, o mais grave de quantos acontecimentos tenham assoberbado o nosso país desde sua organização ou autonomia constitucional, ou a maior de suas crises políticas [...] o fato característico,

¹⁶⁴ *Ibidem*. Marlyse Meyer discorre sobre como a publicação seriada dos folhetins tornou-se o grande e mágico chamariz do público. Cf. MEYER, 1996, *op. cit.* p. 30-31.

¹⁶⁵ “Roubo no Paço”, *Gazeta de Notícias*, 29/03/1882, p. 1.

¹⁶⁶ MARTINS, 2015, *op. cit.*, p. 63.

fundamento racional para a externalização de um tal juízo, é – o roubo das joias da Quinta de S. Christovão [...]”¹⁶⁷.

Para o redator de *A Pátria*, o desfecho do roubo teve por intenção “servir-se a Majestade sacrificando o império da lei e da moral e justiça”¹⁶⁸, ainda critica o redator do jornal *Diário do Brasil* dizendo ser aquele o único que sustenta o atual governo. O redator de *A Pátria* conclui seu texto dizendo que “se a redação da *Gazeta de Notícias* der lugar a estas reflexões, penhorará, de coração, o seu admirador e irmão de trabalho”¹⁶⁹. A *Gazeta de Notícias* franqueava o espaço de sua folha para jornais¹⁷⁰ que como ela eram contrários à Monarquia ou, pelo menos, ao desfecho do caso do roubo, estendendo ao seu leitor, para além de suas folhas, as opções de espaços de crítica ao escandaloso roubo das joias.

As publicações ficariam cada vez menos constantes na *Gazeta de Notícias*. Ainda no dia 14 de abril o editorial da folha publicou a seguinte informação: “O Ministro da Justiça declarou ao Chefe de Polícia da Corte que aguarda o resultado das averiguações em que prossegue para o descobrimento e punição dos autores do roubo de joias no Paço de S. Christovão. Não será isso para inglês ver?”¹⁷¹. Nos dias 15 e 16 de abril só se vê pedido de informação do senador Silveira Martins sobre os procedimentos do Chefe de Polícia para a soltura dos envolvidos no roubo. A última publicação a respeito do roubo das joias do Paço ocorreu no dia 17 de abril, na verdade a comunicação de um outro roubo que ironiza o primeiro, dizendo que

consta-nos que o Sr. diretor da Casa de Correção foi roubado em suas joias, no valor de alguns contos de réis. Não sabemos, porém, se já foi participado o fato à polícia, nem quem está incumbido de escrever a carta anônima que há de levar à descoberta de mais estas joias roubadas¹⁷².

Diante do que foi exposto e discutido até aqui acerca de cada folha, fazem-se necessárias algumas considerações. O que fica evidente no caso do jornal *O Mequetrefe* é que o crime em si foi uma grande oportunidade de ridicularizar a figura da Imperatriz e difamar a figura do Imperador, quando levanta como questão as possíveis aventuras amorosas do monarca em conluio com seu protegido Manuel de Paiva. A mensagem do jornal a seu leitor é

¹⁶⁷ “Publicações a Pedido”, *Gazeta de Notícias*, 09/04/1882, p. 3.

¹⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁷⁰ Diz-se jornais porque na edição do dia 05 de abril a *Gazeta de Notícias* anuncia a publicação do jornal *O Binóculo*, informando que na página central é possível ver “uma chistosa alegoria ao roubo das joias do paço imperial”. Cf. *Gazeta de Notícias*, 05/04/1882, p. 1. Conferir também: “Diamantes da Coroa”, *O Binóculo*, 01/04/1882, p. 4.

¹⁷¹ *Gazeta de Notícias*, 14/04/1882, p. 1.

¹⁷² *Gazeta de Notícias*, 17/04/1882, p. 1.

no sentido de que as aventuras amorosas do Imperador são o motivo da não punição dos criminosos confessos. A *Revista Illustrada*, assim como *O Mequetrefe*, vê na Coroa a responsável pelo desfecho que chama de misterioso e lamacento. A charge do dia 26 de março com a justiça enterrada na lama e a coroa que se pode ver através de um véu transparente, comunica ao leitor que os motivos de as autoridades terem passado por cima da lei, ou antes, da justiça, não se pode esconder, que é possível ver através daquele emaranhado que se cumpriram ordens da Casa Imperial. O *Diario do Brazil* não vê problemas na atuação das autoridades, mas somente na atuação de seus pares. Sai em defesa da polícia e do Imperador, sem deixar de se aproveitar do caso para promover-se diante do seu público, acreditando adotar os procedimentos mais cabíveis como órgão de imprensa.

A situação fica bem mais contrastante entre os dois maiores jornais da Corte, ou seja, a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Commercio*, na maneira como cada um destes abordou o caso do roubo do paço imperial em suas páginas. Ambos os jornais publicaram as primeiras notícias sobre o roubo no dia 19 de março e já nelas ficavam evidentes as diferenças na abordagem dos dois periódicos. No caso do *Jornal do Commercio* a notícia aparece no final da primeira página, na sétima coluna, sem a utilização de qualquer recurso gráfico que lhe desse destaque e chamasse a atenção do leitor para o assunto; é preciso que o leitor leia mais de seis colunas do jornal para chegar àquela notícia deslocada. Na *Gazeta de Notícias* o assunto vem na primeira coluna do editorial com todas as letras do título em caixa alta, onde se lê “ROUBO NO PAÇO DE S. CHRISTOVÃO”, como dizendo ao leitor que primeiramente ele precisa saber daquilo. Os jornais seguirão o mesmo *modus operandi* até descoberta das joias, com a *Gazeta de Notícias* dando maior destaque a suas publicações, na maioria das vezes com o título já citado e ocupando posições mais centrais no jornal; por outro lado o *Jornal do Commercio* com pequenas publicações que, caso se fizesse a leitura apenas dessa folha hoje, poder-se-ia ter a impressão de que não foi um caso de grande importância, não é este o sentimento que a folha transmite.

As diferenças como o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias* trataram o assunto do roubo à Casa Imperial ficam mais discrepantes após a localização das joias e a soltura dos envolvidos. Apesar das já citadas diferenças entre as publicações anteriores ao encontro das joias, ambas as folhas em um primeiro momento se prestaram a informar seu leitor acerca dos fatos sem qualquer tipo de crítica ou pilhéria dirigida à polícia ou ao Imperador. A publicação do *Jornal do Commercio* que trata da localização das joias e soltura

dos envolvidos ocorre na sexta coluna da primeira página do dia 28 de março, não ocupa uma posição central no editorial. Uma notícia considerada de tamanha importância, por exemplo, para a *Gazeta de Notícias*, encontrar-se-á em uma posição distante nos assuntos prioritários do editorial do *Jornal do Commercio*. Nessa publicação, apesar de informar a soltura dos indivíduos após a localização das joias na casa de Paiva, o jornal não tece um único juízo de valor sobre o caso, nem pró e nem contra. Somente no dia seguinte, em 29 de março é que o *Jornal do Commercio* fará um juízo sobre aquele acontecimento, dizendo não entender o motivo da soltura dos envolvidos e ressaltando sua posição de que os autores do roubo deveriam ser punidos, mas não cita nomes em sua crítica, não dialoga diretamente com quem entende ter feito um mau procedimento como fazia, por exemplo, a *Gazeta de Notícias* dialogando diretamente com o Chefe de Polícia, o Ministro da Justiça e outras autoridades em seus textos. Após essa publicação do dia 29 de março, o *Jornal do Commercio* não fará mais nenhum juízo sobre o caso, continuará apenas publicando informações sobre os acontecimentos seguintes até a completa extinção do assunto.

Quanto aos motivos que levaram a situação àquele desfecho fatídico, a *Gazeta de Notícias* se liga à linha defendida pelo *O Mequetrefe*, ou seja, as relações entre o Imperador e Paiva para a consecução das aventuras amorosas do monarca. Mas essa conclusão não é possível ver nos espaços dedicados às notícias, pois, a *Gazeta de Notícias* não fará nenhuma crítica direta à figura do Imperador em seu editorial, mas tratará da figura do monarca pelos meios mais sórdidos possíveis através do folhetim *As joias da Coroa*, de Raul Pompéia. É sobre essa obra que o capítulo 2 se debruça, com o fim de analisar como Raul Pompéia se apropriou do caso do roubo das joias imperiais para escrever aquele romance e que tipos de críticas vão aparecer na obra em oposição ao regime monárquico; se criticou apenas o roubo em si ou se o evento abriu precedentes para que Pompéia discutisse outras questões do seu meio social.

CAPÍTULO 2 - *As joias da Coroa: ficção e política no rodapé da Gazeta de Notícias*

Raul Pompéia: o roubo das joias e a oportunidade de fazer-se conhecido no mundo das letras

Raul Pompéia, apesar de ser carioca, residia na capital paulista desde o início de 1881, para onde se mudou para ingressar na Faculdade de Direito de São Paulo. Naquela cidade, Pompéia engajou-se na luta política, voltando-se para as principais questões sociais e políticas do país. No meio acadêmico ligou-se ao grupo de Valentim Magalhães e ambos passaram a capitanear o movimento abolicionista, arregimentando jovens estudantes para as fileiras da causa¹⁷³. Uma onda de ideias reformadoras havia tomado conta do ambiente acadêmico, resultando em empenhos expressivos por parte de muitos estudantes em nome das causas republicana e abolicionista. Pompéia uniu-se também à figura de Luiz Gama, ícone na luta contra a escravidão naqueles tempos. Foi em São Paulo também que Pompéia iniciou seus trabalhos na imprensa periódica, colaborando em várias revistas e jornais, como *A Comédia*, onde veiculava propagandas à causa republicana e em *O Bohemio*, onde colaborava como caricaturista sob o pseudônimo de Rapp. O jovem ativista e escritor, portanto, perseguia seus ideais, entre eles, o fim da monarquia e sua afirmação no mundo das letras¹⁷⁴.

A partir de 1882, Raul Pompéia passou a enviar contos para serem publicados nos jornais da Corte, notadamente na *Gazetinha* e na *Gazeta de Notícias*. Para a *Gazetinha*, nos meses iniciais daquele ano, Pompéia enviou dois contos, quais sejam: “*De madrugada*”¹⁷⁵,

¹⁷³ Cf. PEREIRA, 2000, *op. cit.*, p. 8.

¹⁷⁴ Sobre a chegada de Raul Pompéia a São Paulo, seu engajamento político e atuação na imprensa, conferir: PEREIRA, 2000, *Ibidem*, pp. 8-9; PONTES, Eloy. *A vida inquieta de Raul Pompéia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935, p. 65 e; VIANNA, Maria Aparecida Barbosa. *Crônicas de Raul Pompéia: um olhar sobre o jornalismo literário do século XIX*. 2008. 223 f. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2008, pp. 92-100. Segundo Sidnei Xavier dos Santos, foi em *A Comédia* que Pompéia publicou seu primeiro conto, “*Como nasceu, viveu e morreu minha inspiração*”, entre os dias 4 e 5 de abril de 1881. Cf. Cf. SANTOS, Sidnei Xavier dos. *As metamorfoses de Raul Pompéia: um estudo dos contos*. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011, p. 28.

¹⁷⁵ É um conto trágico, narrado em primeira pessoa, no qual o narrador conta a história de seu vizinho Ricardo, um sujeito “de uma alegria frenética”, quando em sociedade, mas que sozinho e trancado em seu gabinete “era um abstrato meditador e um meditador triste”. O cão de Ricardo, um perdigueiro malhado cujo nome era Top, fazia-lhe companhia nesses momentos de tristeza e parecia sentia a dor do dono. Segundo o narrador, um dia “*De madrugada*” andando pela praia, encontrou o cachorro próximo à água em movimentação frenética. Ao aproximar-se do animal, percebeu que ele tentava retirar do mar o cadáver do vizinho que jazia nas águas. In: “*De madrugada*”, *Gazetinha*, 09/02/1882, p. 2. Este conto também foi publicado em *O Mequetrefe* no ano de 1885. Cf. “*De madrugada*”, *O Mequetrefe*, 10/02/1885, p. 3.

publicado em 9 de fevereiro de 1882, e “*À tona d’água*”¹⁷⁶, publicado em 10 de março do mesmo ano; para a *Gazeta de Notícias* enviou um outro, intitulado “*A Clarinha das pedreiras*”¹⁷⁷, publicado em 18 de fevereiro de 1882. O jovem escritor procurava ampliar seu espaço dentro na imprensa, almejava fazer-se conhecido, inclusive, entre os maiores jornais do país, situados na cidade do Rio. No mês seguinte, já em 11 de março de 1882, a *Gazeta de Notícias* informava em sua “Parte Comercial” as várias embarcações que haviam chegado à Corte, vindas de diferentes pontos do país e do exterior. Entre as muitas embarcações e dentre as longas listas de passageiros, timidamente, entre tantos outros nomes estava o de Raul de A. Pompéia¹⁷⁸. O contato que havia começado com colaborações à distância foi encurtado com término das aulas na Faculdade de Direito de São Paulo. Em férias dos estudos, Pompéia dirigiu-se ao Rio de Janeiro, vinha para tentar se inserir de alguma forma no circuito de literatos e jornalistas que diariamente compunham os jornais da Corte.

O contexto em que Pompéia chegou ao Rio de Janeiro é para o leitor desta monografia já familiar. A cidade, em poucos dias, estaria tomada por uma grande polêmica, só falaria no roubo das joias imperiais, tratada no capítulo 1 deste trabalho. A imprensa, intrigada pelo desenrolar do caso, perguntar-se-ia sobre o que, afinal de contas, havia ocorrido nos corredores do palácio real. Tendo desembarcado no rio de Janeiro e, alguns dias depois, deparando-se com a enorme repercussão do roubo, Pompéia acabou decidindo publicar um novo trabalho na *Gazeta de Notícias* se apropriando daqueles fatos que até então haviam frequentado as colunas do noticiário, carregando-os, a partir de então, para o rodapé do jornal e transformando-os em ficção. Ainda em meio à grande polêmica causada pelo roubo no Paço e cercado de grandes dúvidas e críticas que pairavam sobre o caso, Raul Pompéia publicaria seu folhetim *As joias da Coroa* entre os dias 30 de março e 1 de maio de 1882. O jovem

¹⁷⁶ Neste conto, também trágico, Rosália, uma moça apaixonada, abandona a família em nome de um amor ‘proibido’. Durante a fuga, em uma canoa pelo mar, Rosália percebe nas mãos do companheiro uma faca ensanguentada e deduz que havia sido usada contra seu pai. Questionado, o homem responde: “Teu pai vinha matar-te, desgraçada!” e o conto conclui-se com a seguinte fala de Rosália: “Assassino, eu te amo!”. In: “*À tona d’água*”, *Gazetinha*, 10/03/1882, p. 3.

¹⁷⁷ “*Clarinha das pedreiras*” conta a história de Alexandre, um jovem que gostava de apreciar o por do sol a partir das pedreiras da Assunção, no Rio de Janeiro. No caminho, Alexandre observava uma rapariguinha que ficava à janela de um casebre, era Clarinha, com quem nunca conversara, mas que a considerava “sua estrela d’alva”. Após algum tempo, Alexandre notava que a rapariguinha não aparecia mais à janela. Em um dia de grande tempestade, por acaso, foi acolhido naquele casebre pelo morador do local. Então, Alexandre questionou uma senhora, que também residia ali, sobre o paradeiro daquela menina que ficava à janela; a mulher respondeu ao jovem que aquela garota, que ela e o marido encontraram sozinha, abandonada na pedreira, ainda criança, e que criaram com seu trabalho árduo, havia fugido com um homem, e que haviam recebido recado de que Clarinha não retornaria mais. Alexandre ficou abalado profundamente pela notícia de que não veria mais a imagem da moça à janela. In. “*A Clarinha das pedreiras*”, *Gazeta de Notícias*, 18/02/1882, p. 1.

¹⁷⁸ Cf. “Parte Comercial”, *Gazeta de Notícias*, 11/03/1882, p. 5.

escritor, provavelmente ansioso em dizer a que vinha na literatura, se apropriava de fato jornalístico para então criar um folhetim que causaria frisson na Corte, ao desenhar os bastidores da família real e as relações escusas entre o monarca e seus criados.

A publicação do romance na *Gazeta de Notícias* parecia trazer ventos promissores ao jovem escritor. Com seus 24 mil exemplares diários, a *Gazeta de Notícias* era um jornal de grande notoriedade do mundo das letras¹⁷⁹. Escrever para o jornal de Ferreira de Araújo naquele momento representava uma grande chance de se tornar conhecido nos círculos literários da cidade e quiçá do país. Certamente atento a essa visibilidade do jornal carioca é que Raul Pompéia se lança à publicação de tão audacioso trabalho, pois atingia frontalmente a monarquia como um todo.

Naquele período, na Corte, a *Gazeta de Notícias* tornava-se espaço para a integração de jovens escritores ao mundo das letras. Segundo Mello, a *Gazeta de Notícias* levou a literatura e os literatos para suas páginas, instituindo um jornalismo literário, que, inclusive, seria apropriado pela concorrência. Com boas remunerações, a *Gazeta de Notícias* passou a reunir o que tinha de melhor no mundo da literatura, tornando-se referência para aqueles que quisessem trilhar o mesmo caminho¹⁸⁰. Marlyse Meyer também aponta que no intuito de aumentar as assinaturas e vendas avulsas, Ferreira de Araújo dava especial atenção às vocações literárias, acolhendo jovens escritores de talento que quisessem colaborar com a folha¹⁸¹. Na Corte, Pompéia buscava um espaço para demonstrar suas habilidades jornalísticas e literárias, encontrou o terreno ideal para fazer seu trabalho, ao mesmo tempo em que expunha seus posicionamentos políticos. O romance de Pompéia só fazia aumentar as maledicências que atingiam em cheio o poder real naquele momento, causando danos irreparáveis à imagem da Monarquia.

¹⁷⁹ Segundo Tatiana Siciliano, “A *Gazeta de Notícias*, aliás, teve importante papel na modernização do jornalismo [...] foi pioneira na nova forma de fazer periodismo: ‘jornal barato, popular, fácil de fazer’. Vendida a 40 réis o exemplar, equivalente ao preço da passagem de bonde mais em conta, iniciou um sistema de vendas avulsas (antes os jornais só podiam ser comprados por assinatura). Nas vendas avulsas, o veículo e as notícias passam a ser anunciados pelo pregão dos meninos jornalheiros. O periódico também ajudou a profissionalização do campo jornalístico e foi um importante espaço para o emprego de jovens escritores.”. In: SICILIANO, Tatiana Oliveira. *O Rio de Janeiro de Artur Azevedo: cenas de um teatro urbano*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014, pp. 133-134. Marialva Barbosa afirma que, empregando os escritores mais estimados de seu tempo, a *Gazeta de Notícias* tinha como principal característica o destaque que dava à literatura, de um modo geral, e aos folhetins particularmente. In: BARBOSA, 2000, *op. cit.*, p. 43. De acordo com Leonardo Pereira, ao abrir suas páginas para jovens escritores, jornais como a *Gazeta de Notícias* ajudava na promoção do destaque social dos literatos, permitindo que poetas e romancistas quase desconhecidos levassem suas mensagens ao grande público. Isso, segundo o autor, popularizou a literatura, que foi tornando-se um dos principais atrativos dos jornais. In: PEREIRA, 2004, *op. cit.*, p. 41.

¹⁸⁰ Cf. MELLO, 2007, *op. cit.*, pp. 76 e 117.

¹⁸¹ In: MEYER, 1996, *op. cit.*, p. 294.

Com *As joias da Coroa*, romance que beirava o escandaloso, Pompéia desenhava, de certa forma, um “programa político” para alguns de seus escritos literários. Com um folheto repleto de críticas ao sistema monárquico, ele se apresentava aos leitores do maior jornal do Rio de Janeiro. Durante sua trajetória como escritor, Raul Pompéia ficou conhecido por seu republicanismo e pelas inúmeras críticas que fez à Monarquia, algumas delas expostas na *Gazeta de Notícias*, em seu romance, por conta do roubo das joias imperiais. Em seu histórico antimonarquista consta a publicação de seu primeiro artigo contra a escravidão, em 1880, intitulado “*A vergonha da bandeira*”. No texto de palavras fortes, Pompéia considerava que a escravidão era uma mancha profana na bandeira nacional e que tão antiga e funesta prática representava uma vergonha à nação. Em outra ocasião, por conta da campanha contra o Imposto do Vintém, Pompéia produziu e distribuiu ele próprio um pequeno folheto intitulado “*Grinalda depositada sobre o esquite do ministério de 5 de janeiro, por um Moço do Povo*”, em cujo texto sobrepunha-se o título “*Um réu perante o futuro*”. Neste folheto, Pompéia tecia críticas duríssimas ao ministério, chamando-o de bandido, acusando-o de ter cometido um crime, referindo-se à violenta repressão que a polícia perpetrara contra o povo desarmado, deixando feridos e mortos entre os manifestantes contrários à adoção do imposto. Dizia ainda que aquele ato havia abalado os sólidos alicerces que a monarquia possuía no íntimo do povo¹⁸².

Já no caso do polêmico roubo das joias imperiais, o autor aproveitava-se daquele evento e, através de uma sátira, esboçava algumas das visões que queria construir para a Monarquia, vista por ele como uma instituição corrompida e despreocupada com questões sociais cadentes. Sendo assim, o desafio neste capítulo que agora se inicia percorre dois caminhos importantes: em primeiro lugar, pretende-se aqui compreender como Pompéia assistiu, interpretou e transformou em literatura de rodapés de jornais o caso do roubo das joias; em segundo lugar, objetiva-se analisar como o autor, através da ficção, ou seja, do folheto *As joias da Coroa*, construiu críticas contundentes à monarquia e fez de seu romance um “mapa” de seus principais posicionamentos políticos.

¹⁸² Sobre *A vergonha da bandeira*, conferir: COUTINHO, Afrânio. *Raul Pompéia: Obras*. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, pp. 32-34. Sobre *Um réu perante o futuro*, conferir: PONTES, 1935, *op. cit.*, pp. 46-52.

O fazer literário como forma de fazer política

Na segunda metade do século XIX no Brasil o fazer literário não se separava completamente da ação social. Raul Pompéia, ao construir suas críticas sobre a monarquia em um suposto folhetim desprezioso de rodapé – recheado de cenas engraçadas e escandalosas -, não se furtava em pensar e interagir com a sociedade da qual fazia parte. Mais do que uma característica própria desse autor, era, em seu tempo, o que se esperava de um literato. A literatura era vista como campo ideal para se intervir pedagogicamente na política.

Segundo Ângela Alonso, a contestação ao estado de coisas do regime imperial foi bandeira comum de vários grupos que surgiram publicamente nos anos 1870, reunindo-se em associações e jornais e escrevendo obras de interpretação da sociedade brasileira. Esses grupos contestadores encontravam-se politicamente marginalizados em relação às instâncias de poder, sendo esta a principal causa da mobilização intelectual daquele período. A estratégia adotada foi a de falar diretamente ao público através da imprensa. A modernização técnica havia ajudado no processo de popularização e disseminação de jornais pela cidade e esses veículos de comunicação não se encontravam sob controle da elite imperial. Com a ampliação cada vez maior do público leitor, formou-se um espaço público no qual esse movimento intelectual divulgava suas ideias, podendo ser ouvido fora do parlamento. Essa nova mobilização girava em torno da contestação à monarquia, à tradição imperial e à escravidão. Seu eixo estruturante: a República¹⁸³.

Entre os grupos contestadores encontravam-se várias figuras pertencentes não só à política, mas também ao mundo das letras. A literatura, naquele período, também passaria por profundas transformações, tornando-se, cada vez mais, local de fala para muitos daqueles que se encontravam alijados das decisões operadas pelo poder imperial. O historiador Leonardo Pereira, por exemplo, discorre sobre como a realidade social passou a ser tema obrigatório para aqueles que se enveredassem no mundo da literatura, inclusive para jovens escritores que despontavam na corte no início dos anos 1880, como Raul Pompéia. Desde o início da década de 1870, no campo das letras, operaram-se transformações fundamentais, com aceno à necessidade de mudança no uso que se fazia da literatura. Naquelas últimas décadas, entendia-se que a literatura não poderia cumprir apenas um papel ornamental, contemplativo, mas que era preciso representar literariamente aquela sociedade em transformação. A chamada geração

¹⁸³ ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, pp. 263-269.

de 1870 voltava suas atenções às ruas, tirando daí os insumos necessários para seus escritos, representando a sociedade em suas fissuras e contradições, construindo uma literatura combativa, um espaço para reflexão do contexto social¹⁸⁴. Segundo Pereira, esses literatos entendiam que tinham uma posição especial na sociedade, distinta dos demais grupos (escravos, jornalheiros, domésticos, comerciantes, entre outros) e colocaram-se como responsáveis pelos rumos da nação. Entendiam que cabia a eles definir e executar um projeto para uma nova sociedade, transformando a opinião pública com o fim de abalar as estruturas daquele modelo social que consideravam ultrapassado. Ser literato naquele período era muito mais do que apenas escrever versos, a literatura era vista como campo privilegiado do fazer política e tinha uma missão muito bem definida por aqueles homens: educar os grupos nas ruas. Era imprescindível que aqueles que se aventurassem pelo mundo das letras trouxessem consigo essa consciência¹⁸⁵.

A “palavra de ordem da ‘geração modernista de 1870’ era condenar a sociedade ‘fossilizada’ do Império e pregar as grandes reformas redentoras: ‘a abolição’, ‘a república’, ‘a democracia’.”¹⁸⁶ Entrincheirados nas redações de jornais, muitas vezes atuando de forma anônima ou mediante o uso de pseudônimos, “esses intelectuais postavam-se como os lumes,

¹⁸⁴ A análise de Leonardo Pereira sobre um artigo de Machado de Assis publicado em 1878 deixa claro os rumos que aquela geração queria para a literatura. Naquele artigo Machado de Assis analisava a obra *O primo Basílio*, de Eça de Queiroz, também publicada em 1878. Machado considerava que a obra continha um exagerado e artificial realismo, apegando-se a mínimas e ignóbeis minúcias, sendo incapaz de oferecer respostas relevantes que fizessem frente aos desafios sociais. Para Machado, os detalhamentos pormenorizados não passavam de meros ornamentos. Ironicamente, o autor dizia que a nova poética atingiria a perfeição no dia em que revelasse ao público o número exato de fios da composição de um lenço de cambraia ou de um esfregão de cozinha. Cf. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do império*. In: Grinberg, Keila e Salles, Ricardo (orgs). *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 273-298. Em *As máscaras de Lélío*, Ana Flávia Cernic Ramos discorre sobre como o romance de Eça de Queiroz, após sua chegada ao Brasil em março de 1878, tornou-se o centro de uma grande discussão literária. Segundo a autora, as críticas centravam-se em torno da “questão do ‘papel social’ da literatura e a forma como o romance, gênero consagrado no século XIX poderia contribuir pra ‘instruir’ a burguesia. RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de estalo” de Machado de Assis*. 2010. 399 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Campinas, SP. 2010, p. 117. Já o historiador Sidney Chalhoub, em sua obra *Machado de Assis historiador*, mostra como Machado de Assis, em seu romance *Helena*, fez da literatura um eficaz meio de discussão das questões sociais. Chalhoub evidencia como Machado discorre largamente naquela obra sobre o paternalismo imperante em seu meio social, bem como sobre o problema da escravidão. Cf. CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 17-57. Ana Carolina Feracin da Silva, por seu turno, demonstra que esse comprometimento com as questões do entorno social não se restringiam somente às obras literárias daqueles homens. Muitos exerciam a atividade, também, de jornalistas e nas folhas não gostavam de desempenhar a atividade de noticiaristas. Para eles, o puro registro da matéria não valeria de nada se apenas descrevesse o mundo a sua volta, mais do que isso entendiam que era necessário transformá-lo. In: SILVA, Ana Carolina Feracin da. *Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895)*. 2001. 226 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, SP. 2001, p. 39.

¹⁸⁵ Cf. PEREIRA, 2004, *op. cit.*, pp. 30-42.

¹⁸⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação na Primeira República*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 97.

‘os representantes dos novos ideais de acordo com o espírito da época’, a indicar o único caminho seguro para a sobrevivência e o futuro do país”¹⁸⁷. Para Nicolau Sevcenko, a partir das intervenções desses grupos nos jornais, “cria-se assim uma ‘opinião pública’ urbana, sequiosa do juízo e da orientação dos homens de letras que preenchiam as redações”¹⁸⁸. As demandas desses grupos, recorrentemente expostas e discutidas na imprensa, vão ressignificando a rua, legitimando-a como um “espaço do uso público da razão” e verdadeiro lugar de representação popular que aos poucos passa a disputar com o próprio Parlamento o *locus* de se fazer política. Aqueles literatos eram vistos como celebridades, causavam grande frisson, sendo assediados nas ruas por outros escritores em início de carreira, por seus leitores ou mesmo pela gente humilde que sabia distingui-los pela grande fama que desfrutavam¹⁸⁹.

Ao desembarcar na Corte, Pompéia trazia consigo toda essa consciência difundida pela geração de 1870, era um adepto de tal movimento intelectual. As ideias republicanas e abolicionistas haviam chegado às academias de Direito, de São Paulo e Recife, e Pompéia havia se engajado nessa luta, e mais, entendia, também, que a literatura – e conseqüentemente a imprensa – eram lugares privilegiados para discutir política e outros temas sociais caros àqueles que tinham outros projetos para o Brasil. Em férias dos estudos, Pompéia vinha ao Rio de Janeiro fazer contato na grande imprensa da Corte, bem como com o mundo das letras onde atuavam homens já experientes e renomados como Machado de Assis e Artur Azevedo. Em pouco mais de uma semana toda a cidade estaria tomada pelo escândalo do roubo das joias, o que virou assunto irresistível nos jornais, ruas, cafês e casas de poder (Senado e Câmara). Se Pompéia procurava um tema sobre o qual discorrer, encontrou a melhor das oportunidades não só para falar de literatura, mas, sobretudo, para falar dos rumos da nação.

Com certeza Raul Pompéia já havia feito contato com alguns órgãos de imprensa onde pudesse publicar alguma colaboração com o objetivo de abrir caminho a uma possível carreira e reconhecimento no mundo das letras, quando ocorreu o roubo. O fato é que o escritor chegou nos jornais da Corte, escolheu um tema polêmico e, provavelmente, recebeu o desafio do dono do jornal de escrever no rodapé, o coração de vendas do jornal, o espaço de maior destaque nas folhas. Criado na França do XVIII e introduzido no Brasil do XIX, a publicação do folhetim estava ligada diretamente à prosperidade dos jornais, tratando-se de elemento favorável às vendas e, como considerou Marlyse Meyer, era o “filé mignon do

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 102.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 119.

¹⁸⁹ Cf. MELLO, 2007, *op. cit.*, pp. 27-29 e 65-68.

jornal”, grande atrativo para o público leitor¹⁹⁰. E o desafio foi cumprido. Seguindo alguns protocolos da narrativa folhetinesca, com cenas recheadas de aventura e suspense¹⁹¹, em 25 fascículos, Raul Pompéia recontou ficcionalmente o emaranhado roubo das joias da Coroa. Para aguçar a curiosidade do público, o autor partiu dos pontos obscuros do caso real, que nos jornais haviam ficado sem respostas, como o motivo da soltura dos envolvidos, a inércia da polícia, do Ministro da Justiça e, principalmente, do Imperador diante de caso tão explícito. O desafio nas páginas seguintes é mostrar como o literato se aproveitou dessas questões para elaborar suas críticas à Monarquia.

Sátira ao trono: *As joias da Coroa*

De acordo com Francisco da Silveira Bueno, a sátira é uma “composição poética, destinada a censurar ou ridicularizar defeitos ou vícios; qualquer escrito ou discurso picante ou maldizente; censura jocosa, com chiste; com sal”¹⁹². É justamente o que cria o jovem Raul Pompéia quando faz as notícias do editorial – e de outras colunas noticiosas - confluírem para o rodapé da folha: uma sátira, diria ainda, uma sátira perversa. Muitas questões sobre o roubo, veiculadas na imprensa, haviam ficado sem respostas, tais como: o que poderia ter levado Manuel de Paiva a cometer tão audacioso crime? Por que a justiça e a polícia o soltaram? O que se queria esconder com tais ações? Por que o Imperador não prosseguiu com o processo contra Paiva mesmo depois das joias terem sido encontradas enterradas no quintal de sua casa? Partindo dessas inquietações que o desfecho do caso deixou em toda a população, Pompéia compôs sua obra, censurando não somente as ações da justiça e da polícia, mas principalmente do Imperador. Em seu romance, Pompéia parece ter se esforçado em criar uma versão da história que respondesse a cada uma dessas questões. Se fez rir, também causou perplexidade, pois muitas das acusações que apareceram no folhetim causaram manchas indeléveis nas representações que se fazia da Monarquia.

A forma como Raul Pompéia tramou o enredo de seu folhetim mostra que ele estava umbilicalmente ligado às notícias veiculadas nos jornais e, por isso, teremos um Duque de Bragantina em clara referência ao Imperador. O Chefe de Polícia no romance é o senhor

¹⁹⁰ MEYER, 1996, *op. cit.*, pp. 33 e 59.

¹⁹¹ Segundo Marlyse Meyer, tais protocolos consistiam no engendramento de “um campo semântico intercambiável e de carga altamente pejorativa [...] conotando previsíveis e redundantes, sentimentalismo, pieguice, lágrimas, emoções baratas, suspense e reviravoltas, linguagem retórica e chapada, personagens e situações estereotipadas. No referido campo semântico [segundo a autora] também está acoplado o rocambolês, sinônimo de delirante aventura [...]”. In: *Ibidem*, p. 157.

¹⁹² BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário da língua portuguesa*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1983, p. 1031.

Louro de Trigueiro (referência ao Chefe de Polícia da Corte, Dr. Trigo de Loureiro), autoridade submissa que atende prontamente todas as ordens do Duque, ainda que contrárias à lei. A partir de Manuel de Paiva, Pompéia criou Manuel de Pavia, apenas invertendo as letras “i” e “v” do sobrenome original. Funcionário de confiança do Duque, Pavia é quem trama e executa o roubo das joias presumindo-se inimputável pelas relações espúrias que mantinha com o nobre. Do Conde d’Eu saiu o Marquês d’Etu, personagem hilário, que deve ter arrancado boas gargalhadas do público, mas que, na essência, comportava críticas fundamentais de Pompéia à Monarquia. À personagem que faz referência a imperatriz Tereza Cristina, Pompéia não deu nome, chamou-a apenas de senhora Duquesa, mas, por outro lado, deu-lhe o papel de heroína, atuando ativamente no desfecho do romance, na cena mais escandalosa da narrativa, evitando um crime imoral.

O folhetim intitulado *As joias da Coroa* surgiu na *Gazeta de Notícias* em 30 de março de 1882. Naquele momento, os trabalhos da polícia já haviam sido concluídos, as joias recuperadas e todos os suspeitos já estavam, para surpresa de muitos colaboradores da imprensa, em liberdade. É neste contexto que Raul Pompéia dá início à publicação de seu romance nos rodapés do jornal. O folhetim de Pompéia não trazia sua assinatura, nem pseudônimo, foi publicado de forma anônima¹⁹³. Uma hipótese, para a não assinatura, seria a preservação do autor, uma vez que o romance atacava veementemente a figura do Imperador, representando-o, ainda que humoristicamente, como um nobre impudico, deflorador de adolescentes e corrupto. Outra hipótese baseia-se no fato de que o jornal embaralhava jornalismo e ficção - uma vez que o caso ainda estava em discussão em vários jornais e sem respostas convincentes -, como as supostas cartas anônimas, comentadas no capítulo 1,

¹⁹³ Ângela Alonso, equivocadamente, atribuiu a Sérgio Góes de Paula a identificação da autoria do romance-folhetim. Alonso referia-se ao livro “*Um monarca da fuzarca*”, publicado por Góes de Paula no ano de 1993. Cf. ALONSO, 2002, *op. cit.*, p. 296. Em “*Um monarca da fuzarca*”, Góes de Paula afirma que o romance foi “publicado originalmente como folhetim na *Gazeta de Notícias*, entre 30 de março e 1º de maio de 1882, e posteriormente na *Revista da Academia Brasileira* nº 14 e 15 (1920) e no Clube do Livro, em 1960. Como não levava assinatura, este texto permaneceu anônimo até que seu autor fosse identificado por Capistrano de Abreu: Raul Pompéia, na época com 19 anos”. In: GÓES DE PAULA, 1993, *op.cit.*, p. 36. Em publicação do ano de 1962, o Clube do Livro afirmava: “[...] este romance de Raul Pompéia aparece em livro pela primeira vez” e que, surgidas as férias, Pompéia regressava ao Rio “onde, através de Capistrano de Abreu, inicia a sua atividade jornalística na ‘Gazeta de Notícias’.” In: POMPEIA, Raul. *As joias da Coroa*. São Paulo: Clube do Livro, 1962, pp. 5-15. Segundo Eloy Pontes, “vindo de S. Paulo para as férias Raul Pompéia encaminhou-se naturalmente à *Gazeta de Notícias*. Era a colmeia sugestiva. Levava-o pela mão Capistrano de Abreu, espécie de colaço, mais velho [...]”. Na ocasião, afirma Pontes, Capistrano de Abreu secretariava a *Gazeta de Notícias*. In: PONTES, *op. cit.*, pp. 88-89. Ainda, Brito Broca afirma o seguinte: “Em 1882, no período de férias passado no rio, Pompéia se aproxima de Ferreira de Araújo, que vinha modernizando a imprensa brasileira, na ‘Gazeta de Notícias’, e torna-se um dos colaboradores desse jornal. Fora Capistrano de Abreu, naturalmente, de quem já era amigo há alguns anos, que fizera essa aproximação”. In: BROCA, Brito. *Raul Pompeia*. São Paulo: Edições Melhoramentos, [19??], p. 20.

publicadas somente na *Gazeta de Notícias*, uma delas no dia anterior à estreia de *As joias da Coroa*. Segundo o autor da carta, lembremos, entre as joias encontradas faltava um pequeno diamante, no qual estaria a chave do enigma que revelaria uma história “muito interessante”¹⁹⁴ da ponte do Catete. Dessa forma, supõe-se que o jornal, misturando fatos jornalísticos e ficção, prendia a atenção do leitor atraindo-o para a leitura do folhetim que, de outra forma, abordaria o caso do roubo das joias.

Embora nos primeiros fascículos não fosse explicitada a autoria de Pompéia, já o título do romance indicava que aquela seção do jornal, dedicada à ficção e ao entretenimento, se ocuparia em pensar literariamente os fatos que tinham tomado conta da imprensa e das rodas de conversa no Rio de Janeiro. A obra foi publicada em quatorze capítulos divididos ao longo de vinte e cinco fascículos¹⁹⁵. Foram feitas treze publicações na primeira página do jornal, dez na segunda e duas na terceira. No folhetim, Raul Pompéia criou uma versão ficcionalizada do caso, dando contornos próprios com o fim claro de desenhar críticas pontuais ao sistema monárquico e a tudo que ele representava naquele momento.

O folhetim se inicia com a trama de um roubo. Tudo acontece na vasta Quinta de Santo Cristo onde havia um palácio e um povoado destinado à moradia de funcionários, pertencentes ao Duque de Bragantina (referência a D. Pedro II). Numa das casinhas da Quinta, Manuel de Pavia convence Inácio a ajudá-lo a subtrair as joias de dentro do palácio do Duque. Pavia é chamado no folhetim de “íntimo do duque”¹⁹⁶, pois é encarregado do aliciamento de mulheres, inclusive casadas, e garotas púberes para satisfazer os desejos libidinosos do fidalgo. Inácio é um criado do palácio responsável por cuidar dos aposentos do Duque onde eram, recorrentemente, guardadas as joias do senhor de Bragantina, e se junta ao plano do roubo. Pavia explica a Inácio que o Duque comparecerá a uma festa, acompanhado de sua esposa, a Duquesa de Bragantina, na qual aquela se apresentará com joias de inestimável valor, que após o evento serão enviadas ao palácio através de um funcionário e serão então depositadas em um armário nos aposentos do fidalgo.

Concomitantemente, ao plano do roubo, Manuel de Pavia, funcionário de confiança da casa, planeja, a pedido do Duque, comprar a honra de uma menina de quatorze anos,

¹⁹⁴ “Roubo no Paço”, *Gazeta de Notícias*, 29/03/1882, p. 1.

¹⁹⁵ A obra foi publicada entre a edição de nº 88 de 30 de março de 1882 até a edição nº 119 de 1 de maio de 1882.

¹⁹⁶ A expressão é usada largamente pelo autor, vindo sempre destacada em itálico, com o fim de afirmar a proximidade que existia entre o Imperador e Manuel de Paiva, segundo seu ponto de vista.

Conceição, que o nobre encontrou certa vez brincando em um parque. Pavia, que conhecia o avô da garota, Januário, trabalha para convencer a família de Conceição a cedê-la aos desejos do Duque, pagando-lhes, para isso, certa quantia em dinheiro. Conceição, nos planos de Pavia, seria levada à casa do mesmo e tratada com muitos mimos, vestida sedutoramente e colocada em um quarto luxuoso, para então ser visitada pelo Duque. Emília, mãe de Conceição, ao saber do plano de defloração da menina, ataca violentamente o sogro e se mostra disposta a fazer de tudo para impedir a conclusão do acordo.

Pavia, enquanto isso, certo de que tudo estava encaminhado, dá prosseguimento ao plano do roubo e vai até uma ourivesaria para combinar a venda das joias roubadas. O comprador diz que o plano é perfeito, mas que Pavia não havia pensado nas investigações da polícia. Ciente de seu prestígio junto ao Duque, Pavia, entretanto, nada teme e diz ter certeza de que a polícia faria vista-grossa sobre o caso e que se algo desse errado, ele poderia contar com a ajuda de sua própria vítima do roubo, ou seja, o Duque. Tudo isso, segundo ele, porque o nobre não só o estimava, como o temia. Três dias após esse contato, em cena similar às notícias do roubo veiculadas nos jornais, Pavia e Inácio entraram no Palácio e furtaram as joias, deixando para traz uma corda. Os leitores da *Gazeta de Notícias*, certamente atentos às descrições do noticiário, não teriam dificuldades em reconhecer a semelhança das histórias.

Inácio, por orientação de Pavia, no dia seguinte ao roubo vai até o quarto onde estavam guardadas as joias e, de forma dissimulada, desata a gritar pelos corredores e janelas que o palácio havia sido invadido por ladrões. O Chefe de Polícia, senhor Louro Trigueiro (referência a Trigo de Loureiro), comparece para fazer as primeiras averiguações. Na cena, também está o Marquês d’Etu (referência explícita ao Conde d’Eu), que entra em desespero ao saber que um anel de sua esposa havia sido roubado. O Marquês é apresentado como um homem desesperado e avaro, sendo possuidor de cortiços de aluguel e, por isso, chamado de “o príncipe dos cortiços”¹⁹⁷. Quando o Duque chega ao palácio e encontra uma grande confusão por conta do roubo, o Marquês d’Etu lança-se aos braços do fidalgo gritando que havia sido roubado. A cada palavra que o duque dizia o Marquês repetia insistentemente,

¹⁹⁷ Reforçando as afirmações populares de que o Conde d’Eu possuía cortiços, Pompéia a ele se referirá em várias ocasiões utilizando-se desse epíteto. Essa expressão, assim como a que se refere a Pavia, sempre aparecerá em itálico, dando um tom incisivo à provocação do autor.

“roubado!”¹⁹⁸. Enquanto o Marquês encontra-se em total desespero, o Duque, por seu lado, demonstra toda a calma e não se perturba com as informações que a polícia lhe dá.

Sem grande abalo sobre o crime, o Duque, por sua vez, tem seus pensamentos em outro lugar e ao invés de seguir para a cidade de Anatópolis (referência a Petrópolis) após a festa, decide ficar na Corte. O motivo era os planos escusos executados por Pavia: o defloramento de Conceição. Já o Chefe de Polícia, apesar de ter levantado alguns possíveis suspeitos sobre o roubo, não tomou nenhuma providência até a chegada do Duque ao Palácio, pois, queria primeiro entender-se com o fidalgo, saber o caminho a seguir. Impedindo que os trabalhos da polícia sobre o roubo seguissem adiante, o Duque faz do caso uma questão pessoal, privada, e toma para si a tarefa de resolver, à sua maneira, o crime.

Enquanto o Chefe de Polícia, o Marquês e outras pessoas que acompanhavam as investigações aguardavam em uma sala do palácio, o Duque se retira para seu gabinete onde recebe Manuel de Pavia, que havia chegado disfarçadamente, atendendo a um chamado de seu senhor. Primeiramente, o Duque pergunta a Pavia se o negócio com Conceição estava acertado, ao que o “íntimo” responde positivamente. Então o Duque questiona o funcionário sobre a história do roubo das joias e o acusa de saber de tudo, inclusive o local em que se guardavam as joias roubadas. Ao ver-se acuado, Pavia ameaça o Duque de revelar seus segredos libidinosos, caso ele o entregasse à polícia. Temeroso e acuado pelo funcionário, o Duque manda então que o Chefe de Polícia leve Pavia, Inácio e outro empregado, este último inocente, à cadeia.

Pavia, não acredita que está em maus lençóis, apesar da prisão, pois pensa que o encontro com Conceição fará com que o Duque se lembre dele e o agradeça pelo serviço prestado, decidindo, assim, libertá-lo. Enquanto isso, na mesma tarde, após as prisões, a Duquesa sai em visita aos moradores do povoado da Quinta. Retratada como uma senhora caridosa e que gostava de ajudar os que necessitavam, a Duquesa se mostra generosa e atenciosa com os funcionários das terras do Duque. Uma das casas visitadas é a de Emília, mãe de Conceição. A Duquesa a encontra em seu leito de morte. Emília, que sempre fora muito doente, havia piorado muito após ouvir a conversa do sogro com Pavia sobre o encontro de Conceição com o nobre. A mulher revela todo o plano para o defloramento da menina, arquitetado por Manuel de Pavia a pedido do Duque. Como um bom dramalhão

¹⁹⁸ In: “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 10/04/1882, p. 2.

folhetinesco, revela ainda que ela própria havia sofrido um abuso do Duque há alguns anos, tendo engravidado após o defloramento. Como reparação, Emília conta à Duquesa que teve um casamento arranjado por Pavia com o filho de Inácio, para esconder o caso. Portanto, Conceição era filha do Duque, fato que o fidalgo não sabia.

Revelado o segredo, de forma dramática, Emília morre nos braços da Duquesa. Esta, então, sai desesperada para a casa de Pavia e surpreende o marido no momento em que este se preparava para abusar da menina, que dormia profundamente devido ao sonífero que lhe haviam propositalmente ministrado. No dia seguinte ao ocorrido, o Duque recebeu o Chefe de Polícia em sua casa e este o informou que havia visitado Pavia na prisão e este confessou o crime, declarando que as joias estavam enterradas em lugar que ele indicaria. O Duque, prevenindo-se contra um possível escândalo, pede ao Chefe de Polícia que localize as joias e, após isso, liberte Pavia. O Duque temia que a permanência do funcionário na prisão desse lugar a rumores terríveis sobre si. Conforme combinado, Pavia, bem como os outros suspeitos, foram soltos. Por fim, o avaro Marquês d’Etu, tendo restituído a joia de sua esposa, foi visto muito alegre abraçando os inquilinos de seus cortiços.

O romance folhetim de Raul Pompéia, que não é espelho do real, nasce, por sua vez, em sintonia proposital com os eventos e notícias sobre o caso, publicadas e comentadas na imprensa à exaustão. As referências são óbvias: o audacioso roubo, a corda na janela para confundir a polícia, as prisões e solturas, o encontro das joias enterradas e a impunidade. A isso, Pompéia adiciona a história da menina prestes a ser deflorada, num exagero retórico que mais tarde renderia a esta obra o título de romancete imundo¹⁹⁹. Ainda adiciona à trama o personagem do Conde d’Eu, que não é citado nas notícias do jornal, mas sobre o qual autor queria falar. Sua intenção não era recriar literariamente a realidade, mas, literariamente, discuti-la. Além de uma grande oportunidade de se inserir no circuito das letras do país, o caso do roubo deu a Pompéia a oportunidade de discorrer sobre as contradições de seu tempo, seus anseios pessoais frente ao sistema monárquico, bem como sobre seus projetos de futuro para o país. A seguir, analisar-se-á de que forma Pompéia apropriou-se do caso do roubo para manifestar seu ponto de vista e que críticas à Monarquia apareceram a partir daí.

¹⁹⁹ Em feroz crítica, o *Carbonário* discorria sobre as práticas editoriais da *Gazeta de Notícias* dizendo que "*As joias da Coroa*, a *Philomena Borges* e outros romancetes imundos que [a *Gazeta de Notícias*] tem publicado [...] cujo o único fim é explorar o escândalo de algumas das nossas altas personagens, as *Balas de Estalo* e as *Notas a margem* que o digam", que a *Gazeta de Notícias* viveu e continuava a viver, apesar de sua apregoada opulência, de explorar escândalos. In: "Reaparecem os pasquins!", *Carbonario*, 29/05/1885, p. 2.

Favores que escravizam

Os personagens do romance de Raul Pompéia foram criados a partir de pessoas envolvidas diretamente, ou não, no caso do roubo. Aquele era um folhetim *à clef*, como definiu Mello²⁰⁰, identificando-se as pessoas às quais se referia a partir de uma chave de leitura. Para os leitores e ouvintes coevos a chave de leitura estava em seu próprio meio social. Poder-se-ia depreender as referências de Pompéia naquela obra a partir das notícias que circulavam pelos bondes, cafés, ruas e também na imprensa. Das opções citadas, ao pesquisador resta apenas a última, além da bibliografia que de alguma forma trata do caso. Somente confrontando tais fontes produzidas pela imprensa com o romance é possível perceber em quais circunstâncias o autor escreve, bem como as relações do meio com o que escreve. O personagem sobre o qual Pompéia deu mais destaque foi, sem dúvidas, o que se refere ao Imperador. Isso porque, afinal de contas, o Imperador era o símbolo máximo do império, sua síntese. Então, comecemos pela análise dessa figura naquela trama:

Ah, Ah! Ah, ah! É o que você pensa. Ninguém se arroja a uma empresa destas sem saber o terreno em que vai pisar. Eu sou um jogador que sempre conhece as cartas de que dispõe e as do seu adversário. É o que falava um homem habituado às dificuldades de todas as empresas *espinhosas*²⁰¹.

Essas são as linhas que abrem o primeiro fascículo do romance-folhetim; trata-se da fala de Pavia a Inácio, tramando o roubo. Já na primeira passagem de seu romance Pompéia deixa claro para seu leitor qual é o seu posicionamento a respeito dos desdobramentos do roubo na casa imperial que tanto causaram espanto na imprensa como vimos no primeiro capítulo. Na narrativa, o roubo e suas consequências tinham origem nas relações espúrias do Imperador com Manuel de Paiva, culminando na licenciosidade deste último para cometer o crime e supor que passaria incólume a qualquer sansão, caso fosse descoberto. E continua Pavia: “cá pra nós, provoço os céus e a terra a virem estremecer a minha influência neste paraíso de bambus”²⁰². A fala de Pavia, abrindo o romance, indicaria, entre outras coisas, a centralidade e culpa de Manuel de Paiva no caso do roubo real. Ao contrário do que havia ocorrido no desenrolar do caso - na medida em que a política e a justiça acabaram libertando o funcionário do Paço real e principal -, Pavia era tratado no romance como culpado. O

²⁰⁰ Segundo Mello, parodiando, poder-se-ia dizer que este [*As joias da Coroa*] é um folhetim *à clef*, onde os personagens, apesar dos nomes fictícios, são facilmente reconhecíveis. Assim, há um duque de Bragantina que reside na vasta Quinta de Santo Cristo. Tem ele como genro o marquês d’Etu e um criado alcoviteiro, o Manuel Pavia. O dr. Louro Trigueiro é o Chefe de Polícia e por aí vai”. In: MELLO, 2007, *op. cit.*, p. 47.

²⁰¹ “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 30/03/1882, p. 1.

²⁰² *Ibidem*.

Imperador, conclui por sua vez o autor, cuja imagem esteve por um longo período associada à ideia de ordem e justiça, aparecia no folhetim ao lado de um laçao que, por encomenda do rei, arranjava encontros extraconjugais, preferencialmente com adolescentes. Nessa apresentação do romance, Pompéia expõe as premissas que orientarão sua escrita. Verbaliza para o público que falará de uma corte corrupta governada por um rei lascivo e desleixado, assistido por um empregado mau-caráter e que tudo isso atenta contra os direitos dos súditos e do reino.

Já no capítulo dois, Januário e a esposa conversam sobre a entrega da menina, Conceição, aos cuidados de Pavia, na casa do qual seria visitada pelo Duque em determinada noite. O casal de velhos havia se convencido de que bastava vencer um escrúpulo para que desse desprendimento tirassem uma boa vantagem para eles e para o futuro da neta, pois, uma vez que, a partir daí, poderiam contar sempre com a importante “proteção” do Duque. Além do mais, Januário já se sentia de certa forma, em dívida com o Duque. O casamento arranjado de seu filho com Emília já havia lhe rendido dividendos, então, sentia-se por isso em dívida com o senhor de Bragantina. Januário ponderava no diálogo com a esposa: “a gratidão nos obriga, pois o nosso filho ter sido empregado do Duque, não se pode dizer que este tenha o dever de nos dar casa e alimento até o fim da vida. Os favores escravizam um pouco a gente”²⁰³.

Ou seja, nas palavras de Januário está presente uma crítica fundamental de Pompéia sobre o caráter de servilidade e apadrinhamento que predominava em uma sociedade baseada na concessão de títulos e cargos - principalmente os públicos -, que estava em pleno desacordo com os ideais republicanos. A geração de Pompéia sentia-se alienada do processo político e, principalmente, de ascensão social. Carreavam, assim, para a imprensa esses ideais republicanos; nutriam um sentimento agudo sobre a letargia daquela sociedade, atribuindo-a ao sistema político, ao escravismo e ao monarca. Pregavam o desenvolvimento com a introdução da mão-de-obra livre, a reforma eleitoral, a descentralização administrativa e a suspensão dos privilégios religiosos e sociais. Para aquela geração, a monarquia não passava de uma fase superada na marcha da história. Impedidos pelo sistema de ascenderem pelo talento reclamavam da ganância da Corte, a qual despendia os recursos oriundos dos impostos com seu fausto e a manutenção do clientelismo²⁰⁴. Nos anos 1880, muitos jovens, como Raul

²⁰³ “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 31/03/1882, p. 1.

²⁰⁴ Cf. MELLO, 2007, *op. cit.*, pp. 70-71.

Pompéia, que buscavam na literatura sua atividade principal sofriam na pele os entraves da política social vigente²⁰⁵.

Em *Machado de Assis Historiador*, Sidney Chalhoub analisou a política de produção de dependentes no funcionamento da sociedade imperial. A partir do romance *Helena*, publicado em 1876, Machado de Assis, segundo Chalhoub, desnudava o funcionamento desse mundo no qual as trocas de favores e a dependência política e social marcavam a trajetória dos indivíduos. Segundo Chalhoub, no cerne das ações da classe dominante verificava-se o emprego de uma política de produção de dependentes:

O pai de Helena enfatiza outra vez a ideia de que em sua vida, quanto mais trabalhara mais empobrecera, e depois narra como fora levado a abrir mão de lutar pela mulher e pela filha em função da proteção e da segurança que o conselheiro dispunha-se a proporcionar²⁰⁶.

Apesar de todos os esforços dispensados para cuidar de sua família, aquele homem foi, assim como Januário, obrigado a vencer um escrúpulo e consentir que sua esposa se relacionasse extraconjugalmente com um homem poderoso que, em troca, oferecia proteção, incluindo a econômica, para sua esposa e filha. O autor concluirá que,

as políticas de dominação vigentes na sociedade brasileira do século XIX poderiam ser apropriadamente descritas como paternalistas [...] que tal lógica de domínio estava presente tanto nas estratégias de subordinação de escravos quanto de pessoas livres dependentes, e que sua característica principal era a imagem da inviolabilidade da vontade senhorial. O mundo era representado como mera expansão dessa vontade, e o poder econômico, social e político parecia convergir sempre para o mesmo ponto, situado no topo de uma pirâmide imaginária. O paternalismo, como qualquer outra política de domínio, possuía uma tecnologia própria, pertinente ao poder exercido em seu nome: rituais de afirmação, práticas de dissimulação, estratégias para estigmatizar adversários sociais e políticos, eufemismos e, obviamente, um vocabulário sofisticado para sustentar todas essas atividades²⁰⁷.

A análise de Chalhoub mostra como esse tipo de relação estava ramificada em uma sociedade patriarcal, estruturada, entre outras coisas, na escravidão. A personagem Januário, ao dizer que os favores escravizavam, não deixava de fazer menção à forma como essa sociedade de favores e de produção de dependentes relacionava-se, entre outras coisas, à própria presença da escravidão e da lógica aristocrática que fundamentava aquela sociedade. Pompéia, em seu folhetim, verbaliza o mesmo descontentamento em relação à estrutura social

²⁰⁵ Cf. PEREIRA, 2004, *op. cit.*, p. 36.

²⁰⁶ CHALHOUB, 2003, *op. cit.*, pp. 43-44.

²⁰⁷ *Ibidem*, p. 58.

daqueles tempos, mas o faz concentrando forças a partir de figura mais expressiva, o Imperador.

Foi no capítulo 8, em 8 de abril de 1882, que Raul Pompéia ocupou-se de traçar um perfil da figura central de sua narrativa, referindo-se àquele que ocupa o principal posto na cena política do país. Pompéia relata não ter tido ainda a honra de apresentar a seus leitores “o milionário senhor da Quinta de Santo Cristo, o Sr. Duque de Bragantina. Agora que vamos encontrá-lo figurando ativamente nas meadas da nossa narrativa, apressamo-nos em fazer a necessária cerimônia”²⁰⁸. Segundo o autor,

Um outro parque de Santo Cristo, Anatópolis é a continuação da Quinta do duque de Bragantina. Quando há muito calor no palácio da Quinta, o duque de Bragantina passa a Bahia da Baranagua e vai buscar refrigério em Anatópolis. Anatópolis é uma cidade que deve ao duque os seus progressos; por isso ela toda pertence-lhe. O duque tem aí um palácio, mas a cidade é o seu jardim. Ao tombar do dia ou pela manhã, um homem aparece, em tempos de verão, a passear pelas arejadas ruas da cidade. [...] Vai caminhando pela rua satisfeito, dirigindo aos que o cercam gracejos e pilhérias, com a voz aflautinada que o caracteriza. Quando passa por alguma rapariguinha gentil que lhe sorri de uma janela, ele faz-lhe um cumprimento bem desenhado, vai dissertando sobre um assunto qualquer. Ou seja a explicação pela física da propriedade que tem a água de molhar, ou a *virtus dormitiva* do ópio [...] E os amigos que o compreendem, não o contrariam. Por alguns momentos de observação pode-se saber quem é o duque de Bragantina. A roda de amigos que o envolve, diz-nos que ele é rico e poderoso: o cumprimento galante à rapariguinha da janela indica-nos que ele é inclinado ao sexo das belas; a sua conversa mostra-nos, pelo objeto, que ele gosta das ciências; pela dissertação, que ele não cultiva; pelo ar de imposição com que fala, conhece-se que ele não admite obstáculos adiante de si²⁰⁹.

Primeiramente o autor tece alguns comentários sobre o local onde encontraremos seu personagem, a cidade de Anatópolis, clara paródia de Petrópolis. A família imperial possuía três palácios, o da cidade, o de São Cristóvão e o de Petrópolis. O primeiro foi construído no século XVIII e era utilizado nas cerimônias oficiais; o de São Cristóvão, ou de Santo Cristo, como no romance, foi herdado de D. João VI e D. Pedro I e era utilizado como residência e, finalmente, o de Petrópolis foi erigido no início do Segundo Reinado²¹⁰. “A partir de 1843, [o mordomo] Paulo Barbosa da Silva, habilmente assistido por Aureliano Coutinho [...], trabalhou arduamente [...] fundando uma cidade nas montanhas ao norte da cidade do Rio de

²⁰⁸ “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 08/04/1882, p. 2.

²⁰⁹ *Ibidem*.

²¹⁰ Cf. CARVALHO, 2007, *op. cit.*, p. 92.

Janeiro”²¹¹. “A nova cidade [Petrópolis] localizava-se na Fazenda do Córrego Seco”²¹², propriedade comprada por D. Pedro I em 1830. No ano “de 1843, todo um plano de ação foi por ele [Paulo Barbosa] apresentado, tendo sido aprovado oficialmente pelo jovem Imperador”²¹³. Assim, “o Imperador manteve um vínculo permanente com Petrópolis por toda a vida. A partir de 1847, todo ano ele e a família passavam os meses de verão sulino, de dezembro a abril, na cidade”²¹⁴. Portanto, é daí que vem a Anatópolis construída pela pena de Raul Pompéia.

A representação que Pompéia faz de Anatópolis, bem como de Santo Cristo, locais pertencentes ao Duque e nos quais a vida social se desenvolvia para servir ao soberano, tinha um propósito. Segundo Peter Burke, “um palácio é mais que a soma de suas partes. É um símbolo de seu proprietário, uma extensão de sua personalidade, um meio para sua autoapresentação”²¹⁵. Burke discorre sobre como essas estruturas reforçam eficazmente o poder do rei, atuando sobre os súditos no campo simbólico. Como um homem que viveu aquele regime, Pompéia sabia perfeitamente que seu rei, como qualquer outro, era feito de muitas partes: além do seu corpo físico, um conjunto de estruturas e rituais que lhe atestavam o poder. Ao apresentar seu personagem, o literato inicia a narrativa dizendo que é preciso fazer “a necessária cerimônia”. Ou seja, o que o autor acaba fazendo é um deboche de alguns desses símbolos, desqualificando essa estrutura que se forma em torno de uma única e poderosa figura.

José Murilo de Carvalho, por sua vez, observa que em Petrópolis, o Imperador parecia um cidadão comum, “vestido de casaca preta, chapéu alto, [...] passeava pela cidade, colhia flores nos jardins, ia a exposições no palácio de Cristal e frequentava as duchas.

²¹¹ BARMAN, 2012, *op. cit.*, p. 174.

²¹² *Ibidem*.

²¹³ SCHWARCZ, 1998, *op. cit.*, p. 232. A autora ainda destaca que “o próprio mordomo explicaria mais tarde sua intenção de construir um local onde Suas Majestades pudessem se proteger e refugiar das invasões das pestes ou de inimigos. E apesar da resistência de conservadores que não queriam quebrar a tradição dos verões imperais na Fazenda de Santa Cruz - bem mais próxima da cidade-corte -, d. Pedro II entrou de cabeça na sedutora e ousada empreitada. Eis que, assim, um sonho acalentado pelo pai torna-se realidade nas mãos do filho. E para coroar o acontecimento, o lugar foi batizado de Petrópolis, por sugestão de Paulo Barbosa, inspirado, por sua vez, na russa Petrogrado: “Lembrei-me de Petesburgo, cidade de Pedro, recorri ao grego, julguei que lhe caberia bem o nome”. Talvez tivesse ocorrido ao mordomo, ainda, a distante ideia de José Bonifácio, que já em 1823 propusera a edificação de uma nova capital para o império no interior do Brasil, a qual então deveria chamar-se Brasilea ou Petropole.” In: *Ibidem*.

²¹⁴ BARMAN, 2012, *op. cit.*, p. 175.

²¹⁵ BURKE, 2009, *op. cit.*, p. 24. Schwarcz também considera que “na construção simbólica da figura pública do Imperador d. Pedro II, a representação de seus suntuosos palácios é uma constante. Ao lado das reproduções do monarca e de sua família aparecem, frequentemente, desenhos e, mais tarde, fotos das residências do monarca. Longe de ser uma feliz combinação, na recorrência há um sentido.” In: SCHWARCZ, 1998, *op. cit.*, p. 207.

Segundo o autor, as crianças às vezes o cercavam²¹⁶ e sua “voz aflautinada” acabou se tornando outra característica tanto do rei quanto do duque no romance. O que se percebe é que Pompéia mobiliza vários termos e referências tradicionais à figura do Imperador – e que eram recorrentemente utilizados na imprensa –, principalmente na propaganda republicana, para promover sua dessacralização, apresentando-o como uma figura ultrapassada, ridícula, e mesmo assim detentor de um poder supremo²¹⁷.

Sobre a erudição, é sabido que o Imperador tinha um grande gosto pelos estudos. Assim como durante o período da guerra do Paraguai incorporou a figura do “voluntário número um”²¹⁸, no cotidiano, ficou conhecido por seu gosto pelos estudos, algo que era utilizado para destacar sua imagem como epítome, o cidadão modelo. Pompéia demonstra descontentamento com a posição de sábio que muitos áulicos atribuíam a D. Pedro II, criticando sua erudição em uma terra repleta de escravos e analfabetos, e, por fim, atribuindo-lhe um caráter banal²¹⁹.

A referência à inclinação ao sexo das belas, por sua vez, cumpre a finalidade de encadear logicamente o desfecho do romance e reafirmar insinuações como a publicada em *O Mequetrefe* que afirmava que o Imperador era “doido por um caldinho de franga”²²⁰. A não aceitação de obstáculos justificará a atitude do Duque que, apesar de toda a confusão que se instala por conta do roubo do palácio, tinham um objetivo e pretendia cumpri-lo: o encontro com Conceição ou, ainda, o cumprimento de seu desejo de que todos os envolvidos no roubo fossem soltos. Nessa caracterização do Duque, Pompéia de alguma forma sugere como

²¹⁶ CARVALHO, 2007, *op. cit.*, p. 95.

²¹⁷ Segundo Schwarcz, desde a década de 1870 o Rio de Janeiro contava com vários jornais satíricos, dos quais o Imperador sofria constantes ataques à sua imagem por meio de textos e charges, sendo representado em cenas e situações hilariantes. Faziam-se referências à suas pernas finas, sua voz estridentes, suas viagens, muitas vezes referindo-se a ele como “Pedro Caju” ou Pedro Banana”, com o fim de remover o caráter transcendente que o cargo lhe atribuía. In: SCHWARCZ, 1999, *op. cit.*, pp. 416-420.

²¹⁸ Segundo Carvalho, invadido o território brasileiro pelas forças paraguaias, o Imperador não hesitou em assumir os esforços de guerra. A primeira decisão que teve foi a de dirigir-se à frente de batalha, no Mato Grosso. Para isso solicitou licença ao Congresso, que considerou temerária a decisão do monarca. D. Pedro, por seu turno, exigiu a concessão da licença ou abdicaria o trono e partiria como o primeiro voluntário da pátria. A licença foi concedida e o Imperador assumiu a figura do voluntário número um, tomando as rédeas do conflito e incentivando o voluntariado para o reduzido quadro de soldados de que o Brasil dispunha até então. In: CARVALHO, 2007, *op. cit.*, pp. 110-111.

²¹⁹ De acordo com Mello, “de forma jocosa, ou vazada numa terminologia agressiva e contundente, fez-se na década de 1880 a dessacralização da figura do Imperador [...] Sua fama de sábio, filósofo, astrônomo, artista, poeta estudioso servia também de mote para deboches. Eram comuns – como nos carros carnavalescos – representá-lo de luneta observando as estrelas. Já era de praxe textos, aberta ou veladamente críticos, serem iniciados com os termos ‘nosso sapientíssimo e imperial senhor’ ou ‘o sábio universal, o memória prodigiosa, o fino político’. Segundo a autora, a *Revista Ilustrada* era uma das folhas que se ocupava à larga da fama de sábio às avessas de D. Pedro II. In: MELLO, 2007, *op. cit.*, p. 186.

²²⁰ “Croquis à brocha (Pedro de Alcantara)”, *O Mequetrefe*, 11/04/1882, p. 6.

ímpetus e questões pessoais se sobrepunham aos interesses nacionais no regime Monárquico. O personagem do Imperador, figura voluntariosa e repleta de desejo, fazia pouco caso da gravidade do roubo e se concentrava no desejo de encontrar Conceição, apesar de tudo.

Outro ponto importante que mostra a leitura que Pompéia fazia da monarquia está na passagem na qual o Duque e o Marquês d’Etu se encontram no palácio onde havia ocorrido o roubo. Na cena, a forma como o autor justapõe os dois personagens é muito expressiva, considerando o contexto político daquele período em que se projetava o que seria um futuro Terceiro Reinado. No folhetim, percebemos que o que o autor justapõe, em verdade, são perspectivas de futuro para o país. A calma e desprendimento do Duque contrastam com o descontrole emocional do Marquês. São personagens muito diferentes, descritos com muita comicidade, mas que carregam em seus aspectos críticas muito precisas do autor. Pompéia narra que ao chegar ao palácio o Duque encontrou o Marquês d’Etu em total desespero, afirmando repetida e desorientadamente que haviam roubado o anel de sua mulher. O Duque, por sua vez, tenta acalmar o Marquês d’Etu afirmando que o anel há de ser encontrado, mas é logo advertido pelo Chefe de Polícia de que não se trata apenas de um anel, mas de todas as joias da Coroa. Pompéia descreve aquela cena dizendo que, ao ouvir aquelas palavras do Dr. Trigueiro,

o fidalgo [duque] coçou o queixo com o indicador, mergulhando a mão nas alvas barbas brancas e [...] voltando-se para um laçao, que estava por trás dele, perguntou?
 - O cocheiro já entrou com o carro?
 - Como o Sr. Duque disse que queria subir a pé...
 - Já sei, já sei. Diga-me se ele já recolheu o carro.
 - Sim, senhor.
 - Previna-lhe então que não se esqueça de ver, porque está mancando aquele cavalo [disse o duque ao criado]²²¹.

Ao ser informado pelo Chefe de Polícia de que o caso era muito mais grave do que parecia, a primeira reação do Duque é voltar sua atenção para um criado, como se não tivesse ouvido tão drástica notícia daquela autoridade policial, e pedir que verificasse a pata de um

²²¹ “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 10/04/1882, p. 2. Pompéia também fará chacota da erudição do Imperador utilizando em várias falas de seu personagem o famoso “já sei, já sei”, que aquele costumava usar. Segundo Magalhães Júnior, “D. Pedro II tinha um cacoete, citado por muitos dos que o conheceram de perto e se ocuparam de sua figura. Leitor infatigável, assinante da ‘*Revue des Deux Mondes*’ e dos jornais europeus, grande inquisidor, sempre a fazer perguntas em todos os estabelecimentos que visitava no exterior, timbrava em querer mostrar-se o homem mais bem informado do nosso país. Quando lhe anunciavam qualquer novidade, atalhava logo: - ‘Já sei, já sei...’. Tal cacoete deu motivo a muitas irreverências por parte dos que não levavam a sério o saber enciclopédico e a fama com que os áulicos lhe adornavam a figura.” In: MAGALHÃES JÚNIOR, 1957, *op. cit.*, pp. 88-90.

cavalo que mancava. Na sequência do texto o autor revela o que pretendia destacar naquela passagem, dizendo que o Chefe de Polícia havia ficado perplexo pelo “pouco caso com que o duque tratava um negócio considerado grave pela polícia”²²². Após fazer suas recomendações sobre o cavalo ferido, o Duque convida o Chefe de Polícia e o Marquês para tratarem do assunto dentro do Paço. O autor finaliza essa passagem narrando que, dirigindo-se ao interior do palácio, “o duque caminhava em silêncio, olhando tranquilo para o arvoredo do parque, acompanhando com a vista as linhas caprichosas que as andorinhas traçavam no céu”²²³. Uma despreocupação total.

Dessa forma, Pompéia constrói, através do Duque, a imagem de um Imperador desinteressado, desleixado e desatento aos negócios do Estado, preocupado apenas com questões pessoais, o que seria um dos motivos para que o roubo ocorresse dentro dos seus aposentos²²⁴. O autor procura produzir uma argumentação que dê respostas àquele contexto imediato, mas, partindo da premissa de que o roubo tornou-se mote para diversas críticas à monarquia, percebe-se que o que Pompéia faz é reforçar essa imagem de desinteresse constantemente veiculada pelos opositores do regime desde a década anterior. Assim, o folhetim de Pompéia acabava fazendo coro com uma série de estereótipos e deboches construídos sobre o Imperador na imprensa, fosse ela republicana ou não. Entre os anos de 1871 e 1876, por exemplo, o Imperador havia feito duas viagens ao exterior. A primeira durou dez meses e a segunda um ano e meio. D. Isabel ficou na regência nas duas ocasiões. Tais viagens acabaram sendo vistas como descaso do monarca com o império e seus assuntos urgentes. Ausente em momentos de grande tensão, como os que marcaram o início da década de 1870, após o conturbado fim da Guerra do Paraguai, em meio às consequências da aprovação da Lei do Ventre Livre e outras questões, o Imperador foi acusado de descaso.

Segundo Mary del Priore, por ocasião da primeira viagem do Imperador ao exterior, em 1871, “a imprensa liberal semeava vendaval: ausentar-se não significa abrir mão da coroa? Que ele [o Imperador] levasse consigo seus ‘poderes majestáticos’ e deixasse governar os

²²² “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 10/04/1882, p. 2

²²³ *Ibidem*.

²²⁴ Roderick Barman considera que à época do roubo a monarquia consistia em uma instituição negligenciada e empobrecida, não podendo inspirar lealdade externa e nem bons serviços internos. O autor vê na indiferença do Imperador ao ambiente que o cercava o motivo para a ocorrência do roubo das joias e o escândalo que veio depois disso. Barman corrobora suas afirmações com uma carta da condessa de Barral enviada ao Imperador, na época do roubo, criticando-o pelo descuido e dizendo não saber como isso já não havia ocorrido em outras ocasiões, uma vez que o desleixo reinava em tudo no Palácio de São Cristóvão. In: BARMAN, 2012, *op. cit.*, pp. 440-441.

ministros”²²⁵. Roderick Barman relata que na segunda ocasião, em 1876, o Imperador solicitou a D. Isabel que durante sua ausência dirigisse-lhe telegramas apenas se fossem indispensáveis. Ele próprio, nos dezoito meses seguintes, não enviaria à princesa regente e a nenhum ministro qualquer correspondência para interar-se dos assuntos do governo. Para Barman, o Imperador estava deliberadamente soltando os arreios²²⁶. De acordo com os opositores, a nação era preterida diante dos interesses pessoais do monarca; seus grandes esforços eram estranhos aos importantes assuntos do país, estavam voltados para o cultivo da astronomia, filosofia, artes, línguas, entre outras.

Além de uma atuação mais voltada para os interesses pessoais, Pompéia ainda coloca na discussão o que os opositores chamavam de “exercício do poder pessoal” do Imperador, outro tema que se tornou clássico entre políticos e intelectuais a partir de finais dos anos 1860²²⁷. No romance, o autor coloca em evidência esse uso indevido do poder quando o Chefe de Polícia passa as primeiras informações sobre o roubo ao Duque de Bragança. Segundo o autor, o Chefe de Polícia relata que já tinha levantado alguns suspeitos, os quais não haviam sido interrogados por achar necessário primeiro entender-se com o Duque. Em resposta a esse cuidado do Dr. Trigueiro, o Duque diz: “[o senhor Chefe de Polícia] andou muito bem, aflautinou o fidalgo; seria uma imprudência de sua parte adiantar-se muito em um negócio que só a mim diz respeito”²²⁸. Louro de Trigueiro ousou replicar a observação do fidalgo dizendo: “perdão; ousou contestar o Chefe de Polícia, a V. Ex. e à lei”. Então o Duque vocifera:

- Ora! A lei, a lei. Está-me agora o senhor com a lei, como certo sujeitinho, que eu conheço, com a honra. Quer saber o que é a lei? *Dux prudens imperat*, disse não sei que escritor latino, creio Anabasis; *o capitão prudente manda*; também já vi um político traduzir: *O poder é o poder*. Pois isto é que é a lei. Quem pode, alisa-lhe a barriga. Cá pra nós; a lei nunca me preocupou. Não me fale muito, portanto, nessa senhora²²⁹.

²²⁵ DEL PRIORE, Mary. *O castelo de papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d’Eu*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013, p. 135.

²²⁶ Cf. BARMAN, 2012, *op. cit.*, p. 391.

²²⁷ Segundo Mello, a questão do poder pessoal do monarca ficou patente a partir de 1868, quando, diante de uma Câmara de maioria liberal, o Imperador indicou, unilateralmente, um conservador para o gabinete. Os parlamentares acusavam um golpe de Estado e, na imprensa o *Diário do Povo* falava em absolutismo e a *Revista Illustrada* que a Coroa era a chave de todos os poderes. Exercendo privativamente o seu poder Moderador, o monarca governava, reinava e administrava, segundo Mello, partindo sempre dele as decisões finais em qualquer assunto. Para Saldanha Marinho, “política do rei” seria a melhor expressão para definir o sistema político brasileiro naqueles tempos.

²²⁸ “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 20/04/1882, p. 1.

²²⁹ *Ibidem*. Sobre o tal “sujecinho com a hora”, o duque está se referindo a Manuel de Pavia. Quando viu-se acuado e acusado de ser o autor do roubo das joias, Pavia diz ao duque que vê-se forçado a deixar os serviços

Na cena, o que prevalece é a vontade do fidalgo, à qual a polícia se curva. O que se vê nas palavras do Duque é a opinião de Pompéia de que a polícia, nas investigações do caso do roubo, não fez outra coisa senão seguir ordens do Imperador, ignorando as disposições legais, crítica que também apareceu em jornais como a *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Commercio* e a *Revista Illustrada*²³⁰. Dessa forma, Pompéia denunciava a Monarquia como uma instituição falida moralmente e também corrupta, criticava o pedestal no qual se sustentava o monarca, colocando-se acima das leis da nação. Ao deixar o palácio, o Chefe de Polícia despediu-se do duque com a seguinte frase: “deixo tudo nas poderosas mãos de Vossa Excelência”²³¹.

Detendo privativamente o Poder Moderador, o Imperador era acusado de imiscuir-se em todo tipo de assunto, sendo dele sempre a última palavra nos negócios do Estado. Essa “onipresença” é criticada por José de Alencar em um artigo ao jornal *Dezesseis de Julho*, ainda em 1870, no qual Alencar dizia que “o governo pessoal se ostenta a todo instante”²³². Em 1879, a *Revista Illustrada* publicava que “S. M. é quem reina, governa e legisla em todos os Brasis”²³³; em 1883, que “o indiferente [D. Pedro II] não é talvez senão um filósofo. Nunca quis mal a ninguém, nem mesmo aos criminosos. Perdoa os seus ladrões. Exerce o poder pessoal”²³⁴. Era a esse poder irresistível que a revista entendia que a polícia obedecia cegamente²³⁵ no caso do roubo das joias, comentado também pelo médico francês Louis Couty que observou que no Brasil “tudo depende de uma vontade só e todos ficam a espera dela”²³⁶. Ou seja, Pompéia seguia a mesma linha e críticas que já há muito circulava e denunciava que até o trabalho de polícia (assim como o do cocheiro que certamente

secretos do duque por sua honra. O duque responde-lhe que ele deixará o serviço não por honra, mas para fugir por, exatamente, ser o autor do crime. Cf. “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 19/04/1882, p. 2.

²³⁰ Cf. “O Roubo no Paço”, *Gazeta de Notícias*, 29/03/1882, p. 1; *Revista Illustrada*, 01/04/1882, p. 7 e; “Roubo no Paço Imperial”, *Jornal do Commercio*, 29/03/1882, p. 1.

²³¹ “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 24/04/1882, p. 2.

²³² “*Ecce interum Crispinus*”, *Dezesseis de Julho*, 24/05/1870, p. 1. A frase citada pelo autor, *Ecce interum Crispinus*, é originária do Livro das Sátiras do poeta romano Décimo Júnio Juvenal. O jornal *Opinião Liberal*, na mesma semana, transcreveu o artigo de José de Alencar com o seguinte comentário: “O governo pessoal ou absoluto do Brasil, que é atualmente denunciado ao mundo até pelo próprio partido dominante, acaba de ser pintado da maneira a mais feliz e espirituosa pelo órgão legítimo desse partido, no artigo que em seguida transcrevemos. Não traçaríamos melhor, nem com mais fidelidade a constante e insofrível intervenção do sr. d. Pedro II em todos os negócios do que o ilustrado colega, com que ainda nos achamos de acordo. Nesta apreciação a *Opinião Liberal* apenas diverge do *Dezesseis de Julho*, em que ela chama o Imperador de d. Pedro II, enquanto o colega chama-o de Crispim.” In: “O imperial Crispim”, *Opinião Liberal*, 28/05/1870, p. 1. Sobre o Sistema Representativo ao qual José de Alencar se refere no artigo, conferir: ALENCAR, José de. *O sistema representativo*. Coleção Memória Brasileira, n. 3. Brasília: Senado Federal, 1996.

²³³ *Revista Illustrada*, 22/11/1879, p. 6.

²³⁴ “Crônicas Fluminenses”, *Revista Illustrada*, 26/05/1883, p. 2.

²³⁵ Cf. “Roubo, lama e mysterio!”, *Revista Illustrada*, 26/03/1882, p. 7.

²³⁶ In: MELLO, 2007, *op. cit.*, p. 161.

observaria e cuidaria da pata do cavalo ferido mesmo que o duque não o advertisse), não escapavam às vontades do Imperador. Segundo a descrição feita pelo romance, até mesmo uma investigação deveria ter o formato que sua majestade indicasse. No último fascículo do romance, após orientar todos os procedimentos que o Chefe de Polícia devia seguir, incluindo a soltura de Pavia, o cúmplice na tentativa do defloramento, o Duque conclui: “A polícia fui eu”²³⁷. Não seria possível ao autor ser mais claro na sentença sobre o caso do roubo imperial. Se na vida real tinha ficado em aberto uma série de questões sobre o caso, entre elas o motivo da soltura daqueles que indicaram o lugar onde as joias estavam escondidas, no romance o literato sentencia sobre as relações escusas do monarca com o criado.

No folhetim de Pompéia é por motivo muito simples que não se quer a atuação da polícia: o Duque havia se tornado refém da cumplicidade de Pavia. Se por um lado podia exercer seu poder arbitrariamente para atender aos seus interesses pessoais, por outro se encontrava em dívida com seu “íntimo”. Pavia sabia de sua condição e não hesitou em usá-la contra o Duque; acusado de ser o ladrão das joias e advertido pelo fidalgo de que a polícia se encontra por perto, Pavia rebate dizendo não ter medo da polícia e faz severas ameaças ao Duque, mostrando que não é o único em desvantagem naquela situação. O laçao assim se dirige ao duque:

- O Sr. duque entrega-me à polícia, mas eu entrego-o ao público. Contarei as suas vergonhas, partilhei-as, conheço-as todas como cúmplice, mas eu não tenho um nome; o Sr. duque não se acha no meu caso! Não terei escrúpulos por mim. Apontarei uma por uma as suas amantes; narrarei as casadas; darei conta das minhas incumbências; lançarei à rua os mistérios do meu ofício como quem faz um despejo. Cairei na lama, mas terei a satisfação de salpicar com o baque a sua coroa de duque²³⁸.

Manuel de Pavia concluía suas acusações dizendo que caso fosse apresentado à polícia apontaria as “misérias íntimas”²³⁹ do fidalgo e que contra a justiça que os duques compram oporia apenas uma força: sua língua.

O fato é que mesmo diante de tais acusações contra o Duque, Pavia acabou preso. O folhetim já andava pelo capítulo dez, sem que fosse possível ao leitor presumir qual seria o desfecho da trama: o Pavia do romance pagaria pelo seu crime? E o defloramento de Conceição? Com as acusações de Pavia o Duque desistiria da ideia do abuso contra a inocente

²³⁷ “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 01/05/1882, p. 2.

²³⁸ “O Roubo no Paço”, *Gazeta de Notícias*, 19/04/1882, p.2.

²³⁹ *Ibidem*.

criança? Afinal de contas, o fidalgo não poderia ser acusado do que não cometeu. Os cortes sequenciados alimentavam a tensão do público pelo desfecho do caso, a curiosidade era a carta na manga para que o leitor voltasse no dia seguinte, ainda mais se tratando de caso tão escandaloso envolvendo o Imperador. Para alívio dos leitores o defloramento de Conceição não aconteceu, foi evitado pela Duquesa. A mulher encarregada de salvar a honra da menina foi assim descrita pelo autor:

Por felicidade do duque, ele unira a sua existência à de uma generosa fidalga, que sabia amargar em silêncio todas as *brincadeiras* do esposo e distraía-se dos sofrimentos domésticos, entregando-se de corpo e alma à mais ativa prática da caridade para com os que necessitavam dela. [...] Esta santa senhora esforçava-se por contrabalançar com as suas virtudes os excessos do duque²⁴⁰.

Segundo Del Priore, a Imperatriz Tereza Cristina era uma figura alijada das agendas sociais e intelectuais do Imperador, permanecia sempre nos bastidores. No cenário político não tinha nenhuma expressividade e nunca praticou qualquer ato de governo. No entanto, era bem quista por muitos dos brasileiros, vista como uma pessoa piedosa, até mesmo pelos atos de caridade que praticava junto a pessoas necessitadas. Ainda, era vista como boa mãe e boa esposa, personificando a mulher ideal em uma sociedade dominada pelo universo masculino. Era considerada por alguns órgãos de imprensa, inclusive por muitos que atacavam a figura do Imperador, como um anjo, devido à imagem de bondade que se lhe atribuía²⁴¹.

A personagem desenhada por Pompéia também é caridosa e preocupada com os menos favorecidos. O seu tratamento com seus súditos tem caráter bem diferente daquele praticado pelo Duque. Por ocasião de uma dessas visitas beneficentes é que ficou sabendo do inescrupuloso plano do marido, através de Emília que faleceu em seus braços, implorando-lhe que salvasse a filha. A Duquesa, que ao contrário do marido não tinha compromisso com erros, correu ao local indicado por Emília. A garota já havia sido depositada no confortável aposento e à meia-noite o Duque, que apesar do tumulto causado pelo roubo não havia se livrado dessa ideia, entrou no quarto por uma porta do jardim que havia sido deixada aberta para esse propósito. Pompéia descreve a chegada do Duque da seguinte forma:

Vinha trêmulo de sensualidade. Penetrou no seu pomar de luxúria, medroso como um menino perdido no bosque. Os perfumes do ambiente embriagaram-no [...] À beira daquele abismo de juventude e sedução, o

²⁴⁰ “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 09/04/1882, p. 2.

²⁴¹ Cf. DEL PRIORE, Mary. *O príncipe maldito*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, p. 252 e; DEL PRIORE, Mary. *Condessa de Barral: a paixão do Imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp. 166-168.

duque cambaleava de vertigem. [...] Cada passo que dava era um arrependimento e uma vontade de fugir. A posição inocente da mocinha adormecida causava-lhe terror. Não era seu hábito, porém tanta candura fazia-lhe medo. Era pavorosa aquela virgindade. [...] O duque chegou até à cama. Inclinou-se para a frente, eriçado como uma hiena. Era terrível aquele velho, inflamado de voracidade. Todo ele estremecia como se houvesse lavas a ferverem-lhe no íntimo. A violência da respiração arquejante ouvia-se-lhe como o chiar interrompido da válvula de uma caldeira. As narinas abriam-se-lhe e baixavam, recolhendo todas as emoções cálidas que subiam do leito²⁴².

Essa passagem está no último fascículo do romance. Era o ponto culminante da trama. A personagem de D. Tereza Cristina assume papel central no desfecho deste outro crime. Apresentada até ali como resignada diante das aventuras do marido, ela aparece agora como uma mulher forte, que se impõe diante de ato tão cruel. O público já havia esperado três dias pelo final do romance²⁴³. O jornal sabia muito bem como explorar a curiosidade dos frequentes consumidores de folhetins. Mas Pompéia não deixou por menos, caprichou no exagero e tramou uma cena capaz de escandalizar qualquer leitor. O fidalgo, que não admitia obstáculos diante de si, foi flagrado pela esposa quando se preparava para consumir seus intentos. Naquela passagem, o Duque encontrava-se de joelhos a contemplar a garota adormecida e no momento que não podia mais se conter e levantava-se, sentiu um peso nos ombros e caiu novamente de joelhos. Então ouviu o seguinte:

- Não te levantes, ordenou uma voz meio contida, mas ferozmente enérgica. Aterrado, o Sr. de Bragantina levantou a cabeça. Era a duquesa.
 - Não se levante! Dizia ela nervosamente. Pede perdão a tua filha.
 - Minha filha! Gaguejou o duque, fulminado pela aparição da mulher.
 - Sim, tua filha, desgraçado! A mãe acaba de morrer miseravelmente viúva de um dos teus lacaios²⁴⁴.

A figura da Imperatriz, que já despertava admiração de muitos súditos, é alçada nessa situação à condição de salvadora. Talvez por essa boa aceitação que tinha entre os súditos, uma referência a D. Tereza Cristina fosse ideal para realçar uma engendrada desafeição à figura do Imperador. No romance, a força da Duquesa é direcionada para o bem, principalmente dos mais fracos, enquanto o Duque aproveita-se dessa fraqueza para o seu deleite. Pompéia faz referência a essa característica do Duque na seguinte passagem:

Contava mais vitórias do que Napoleão. E somente havia uma diferença entre o conquistador e ele. É que Napoleão triunfara da força e o duque

²⁴² “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 01/05/1882, p. 2.

²⁴³ O penúltimo fascículo havia saído no dia 28/04/1882 e este último só será veiculado em 01/05/1882.

²⁴⁴ *Ibidem*.

triumfara da fraqueza. Os principais feitos do general se haviam passado no campo das batalhas e os do duque no segredo das alcovas²⁴⁵.

Após essa abordagem da Duquesa, faltava ao leitor saber qual seria o destino do preso Manuel de Pavia. O Duque, ainda atordoado pelo flagrante que a esposa lhe dera, recebeu o Chefe de Polícia que trazia notícias da cadeia. O Dr. Trigueiro havia visitado Pavia na prisão e este dissera que as joias estavam enterradas em lugar que ele revelaria caso recebesse garantias de impunidade. O Duque, receoso das ameaças que Pavia havia feito, manda que o Chefe de Polícia solte-o em sete dias para que este vá desenterrar as joias. O Duque também decide que manterá Pavia em seu trabalho de sempre. Através de seus personagens Pompéia apresentava para seus leitores um rei pervertido e corrupto, atuando sobre uma polícia inepta, que resultaria em um caso inconcluso.

Se Raul Pompéia tecia, através do Imperador, diversas críticas ao modelo de organização social e política no qual o país estava assentado naquele momento, através da figura do Conde d'Eu o autor discorria sobre um futuro próximo, no qual, sendo D. Isabel a primeira na linha de sucessão, o seu marido seria inevitavelmente o próximo Imperador do Brasil. Luís Felipe Maria Gastão de Orleans, Conde d'Eu, era francês, nascido em Neuilly em abril de 1842, neto de Luís Felipe I, último rei da França, deposto pela Revolução de 1848. Veio ao Brasil em 1864 para casar-se com D. Isabel²⁴⁶. O que a representação de Pompéia mostra é uma preocupação com uma possível ascensão, principalmente, de Gastão ao poder. Assim o autor descreve seu personagem:

O marquês d'Eu era o proprietário de um belo palácio no pitoresco arrabalde das Bananeiras e de numerosas coleções de quartos para morada de pobres, às quais se dá geralmente o nome de *cortiços*. Se aludimos a estas propriedades do marquês é porque falar no filho do duque de Bragantina, sem tocar nos tais *cortiços*, fora deixar incompleto um retrato. O marquês d'Eu era apelidado o *príncipe dos cortiços* pela maledicência dos círculos aristocráticos. Em verdade a mofa do alcunha era justiceira²⁴⁷.

O Conde d'Eu, foi representado como um nobre possuidor e explorador de cortiços e muito avarento, daí seu descontrole ao saber que o anel de sua mulher havia sido roubado. Mas não era só nos círculos aristocráticos que se referiam a tal fama do príncipe, a oposição,

²⁴⁵ “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 25/04/1882, p. 1.

²⁴⁶ Cf. FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Do estrangeiro antipático e avarento ao velhinho simpático e veterano de guerra: representações e construções memoriais sobre o Conde d'Eu*. Revista Mosaico, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 3-20, p. 7. e; NACHTIGALL, Lucas Suzigan. *Mas, e depois?: o Terceiro Reinado nos horizontes de expectativa do final do império (1888-1893)*. 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Unesp, Assis, SP, 2015, pp. 22.

²⁴⁷ “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 10/04/1882, p. 2.

principalmente a republicana, a ele se referia da mesma forma. Pompéia utilizará o tal apelido insistentemente sempre que se referir ao Marquês, reafirmando sua fala nessa passagem de que não é possível falar no Marquês sem se referir aos tais cortiços. Segundo Magalhães Júnior,

Para o povo, era ele [conde d'Eu] um explorador de cortiços infectos, alugados a alto preço. Por mais que tentasse explicar que nada tinha que ver com aquilo, a propaganda republicanista renovava as acusações a cada desmentido. Sustentava o príncipe que era, apenas, dono dos terrenos, por ele arrendado a um português, que ali fizera o que bem entendera. Podia ter construído uma catedral, que não lhe daria renda, ou uma escola que educaria crianças, mas preferia fazer *cortiços*, sórdidas habitações coletivas, porque disso não estava, de modo algum, impedido, pelo contrato firmado com o príncipe consorte. Reiteradas as acusações, tinha-se o contrato em conta de simulação, o arrendatário como testa-de-ferro e o príncipe como o beneficiário maior da exploração tão vergonhosa como desumana. Isto, partindo de um homem que tinha um palácio – o Guanabara de hoje – e uma esposa com a dotação de 150 contos por ano, fora seus vencimentos de marechal do Exército!²⁴⁸

De acordo com Câmara Cascudo, não seria possível enumerar as invencionices que contribuíam para a impopularidade do Conde d'Eu; muitas calúnias eram lançadas para produzirem efeitos políticos e os jornalistas republicanos utilizavam-se delas para a composição de suas agendas diurnas de ataques. Câmara Cascudo relata que o Conde arrendou alguns terrenos seus nos quais foram construídas casas para os operários de uma pedreira e a partir daí passou a ser acusado de possuir e explorar financeiramente os tais cortiços. O autor ainda relata que todas essas acusações desapreciam no momento de se produzir provas, sendo que os jornais jamais identificaram os tais cortiços em suas reportagens²⁴⁹.

Para Pompéia, pouco importava se essas afirmações eram verdadeiras ou não. O que ficava evidente em seu folhetim era a preocupação com uma possível subida do casal de príncipes ao poder. Segundo Maria Luiza Mesquita, na década de 1880 a questão da sucessão ao trono tornou-se um dos principais assuntos na imprensa. Em uma cultura paternalista, o campo da política via a mulher atuando apenas na cena privada. Muitos dos que apoiavam um

²⁴⁸ MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Artur Azevedo e sua época*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1966, p. 188.

²⁴⁹ CASCUDO. Luís da Câmara – *O Conde d'Eu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

possível terceiro reinado, chegaram a sugerir que a princesa abdicasse em nome do Príncipe Pedro Augusto, filho da já falecida D. Leopoldina.²⁵⁰

O grande destaque que o Marquês d’Etu ganhou na trama de Pompéia faz muito mais sentido quando olhamos para a condição de D. Isabel naquele meio. Cada vez mais o país tomava ciência de que se aproximava o fim do reinado de D. Pedro II e uma possibilidade que despontava no horizonte era o governo de uma Princesa despreparada para os assuntos da nação e submissa ao marido, segundo opositores. Muitos consideravam que diante de um possível governo, a herdeira ficaria submetida ao marido. Outro fator era a religiosidade de D. Isabel. Após a morte de sua irmã, D. Leopoldina e devido a inúmeros problemas para conceber, D. Isabel apegou-se fervorosamente à religião²⁵¹. Se o assunto ganha destaque na década de 1880, como afirmou Mesquita, em verdade era recorrente desde a década anterior. “E o que é realmente o sr. conde d’Eu, senão o futuro Imperador do Brasil?”²⁵², perguntava o *Opinião Liberal* ainda em 1870. Segundo Lage, “num país em que o Imperador dispunha de um formidável poder [o Moderador] a eventualidade do coroamento da Princesa Isabel era temida justamente por causa do marido”²⁵³. A impopularidade de Gastão não era novidade, a aversão ao príncipe consorte chegava ao extremo nos planos de alguns republicanos como Silva Jardim que “pregava abertamente a derrubada do Antigo Regime no Brasil [...] Não se esquecia de incluir o fuzilamento do conde D’Eu, o francês”²⁵⁴. Segundo Barman, “todos acreditavam que seria ele e não ela quem governaria o país após a morte de D. Pedro II”²⁵⁵.

²⁵⁰ MESQUISA, Maria Luiza de Carvalho. *O Terceiro Reinado: Isabel de Bragança, a imperatriz que não foi*. Vassouras: Rio de Janeiro. 2009. 186 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Severino Sombra, Vassouras, RJ, 2009, pp. 9-10.

²⁵¹ Segundo Del Priore, após o retorno do Imperador de sua primeira viagem, e tendo a regente entregado seu cargo, foi visível “a aproximação de Isabel com a Igreja católica. Desde que Leopoldina morrera, aliviava-se na bondade divina – ‘A fé é a única consolação para semelhante perda’. A Imaculada Conceição e o Sagrado Coração de Jesus eram os aliados preferidos para promessas e milagres. Isabel levava uma vida em que o consolo da religião vinha compensar a desolação de não ter progeneritura [...] Isabel abraçou uma Igreja que se opunha à modernidade. Que negava as descobertas de Darwin, cuja teoria era considerada o ‘dedo de Satã’. Seu chefe, o papa Pio IX, afirmava que ‘seria condenável pretender que a Igreja se reconciliasse com o mundo moderno’.” In: DEL PRIORE, 2013, *op. cit.*, p. 143.

²⁵² “É ponta ou cabeça?”, *Opinião Liberal*, 19/03/1870, p. 4.

²⁵³ LAGE, Nelson, 1982 *apud* VAS, Braz Batista. *O final de uma guerra e suas questões logísticas: o conde d’Eu na Guerra do Paraguai (1869-1870)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 184.

²⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 12.

²⁵⁵ BARMAN, Roderick - *A princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. Editora da UNESP, São Paulo, 2005, página 156. Segundo Nachtigall, “embora fosse a legítima herdeira constitucional ao trono brasileiro, a princesa encontrava nos setores políticos fortíssima oposição à sua presunção ao trono. Seu marido encontrava resistência ainda maior, e o casal era alvo de severas críticas.” In: NACHTIGALL, 2015, *op. cit.*, p. 58.

Em todas as passagens nas quais se refere ao Marquês d’Etu, Pompéia o faz mediante muita comicidade, sempre em tom galhofeiro, como no momento da chegada do Duque ao palácio quando a confusão causada pelo roubo já estava instalada. O Marquês foi o primeiro a chegar, já havia conversado longamente com o Chefe de Polícia e até tentado identificar algum suspeito, olhando pela janela do palácio, entre as pessoas que se aglomeravam do lado de fora espantadas com as notícias do caso. Segundo Pompéia, ao ver o Duque chegando ao palácio o Marquês d’Etu correu em direção a ele e lançou-se em seus braços gritando:

- Roubado! Roubado!
- O *príncipe dos cortiços* esqueceu-se de saudar a duquesa e de apertar a mão ao duque.
- Roubado! Exclamava, com os lábios esticados e o peito arquejante.
- Bom dia, marquês, disse-lhe friamente o duque.
- Roubado! Repetiu inconscientemente o marquês.
- O que explica a sua agradável presença em nossa casa? ... Então ...
- ... Roubado! Insistia o *príncipe*.
- Acalme-se, marquês – aconselhou pausadamente o Sr. de Santo Cristo, conversemos em primeiro lugar. Depois...
- Fui roubado! [repetiu novamente o marquês]
- [...]
- Oh! Sr. Dr. Louro! Explique-me o motivo porque o vejo aqui hoje, que negócio de roubo é este?
- “ – Roubaram-me! Interrompeu, fora de si o marquês d’Etu.
- [...]
- Sr. duque, começou o Chefe de Polícia.
- Roubaram-me, cortou o marquês, roubaram o anel da minha mulher!
- Conte, Dr. Louro, pediu o duque.
- Dr. Trigueiro, conte, repetiu o marquês.
- Dr. Louro, estou curioso. [duque]
- Dr. Trigueiro, estou desesperado. [marquês d’Etu]²⁵⁶.

O Duque, mais uma vez, pede que o Marquês se acalme, que não de encontrar o anel de sua esposa. Então o Marquês emenda: “um anel de quinhentos mil réis! Gemeu prolongadamente o marquês”²⁵⁷. O Marquês é um tipo afoito, desconfiado e que sempre está pensando em algum ganho. A cena é ridícula, o homem não suportava a ideia de perder aquele valor. Pompéia leva ao extremo a afirmação de avareza do Conde d’Eu que circulava naquele meio social; relata que após as prisões dos suspeitos, quando o caso parecia se encaminhar para um desfecho satisfatório para as vítimas e para o público,

²⁵⁶ “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 10/04/1882, p. 2.

²⁵⁷ *Ibidem*.

Antes de se separarem o marquês e o Chefe de Polícia, o *príncipe dos cortiços* que não estava mais tranquilizado, apesar da certeza que o duque lhe dera de que haviam de ser achadas as joias, disse ao funcionário em despedida:

- Vejam lá! Vejam lá! A época não está boa, eu levando os alugueis²⁵⁸.

Após ter reavido o anel de sua esposa, Pompéia relata que o Marquês “andou muito contente abraçando os inquilinos dos cortiços feito maluco”²⁵⁹.

A partir dessas referências, a afirmação de Pompéia é de que o Príncipe não seria uma boa opção para o país, não teria condições morais e emocionais para assumir o governo em uma possível ascensão de sua esposa. Para Pompéia, provavelmente, a possibilidade de um Terceiro Reinado levava para um horizonte distante a viabilidade de implementar as transformações sociais que seu grupo pretendia. O autor personificava no Marquês o que poderia vir a ser um governo sob o comando do Conde d’Eu, ou seja, um desastre, com decisões imprudentes e temerárias. Em suma, sinalizava a necessidade de um novo rumo para a nação, alijado dos entraves que julgava vir do sistema monárquico. Sem referir-se diretamente em seu romance, o literato parecia indicar o que seria a melhor opção para o futuro do país: a República.

Raul Pompéia chega à Corte e tem uma oportunidade ímpar de demonstrar aos donos de jornais que reunia as habilidades necessárias para chamar a atenção do grande público, para atrair assinantes e para fazer vender jornal. A partir do seu folhetim, Pompéia ainda acenava que se filiava aos ideias da literatura gestados nos anos 1870²⁶⁰, desenhando para seu público uma instituição corrompida internamente e, cujas ações, privilegiavam a corrupção do topo ao mais simples dos súditos. A mensagem do autor parece ser no sentido de que não há um poder essencialmente supremo, sacro, transcendente; o que há é um poder concedido que também pode ser retirado; que o Estado não pode existir para servir ao rei e este não pode servir-se indiscriminadamente do aparato do poder, não reconhecendo a atribuição de cada instituição, intervindo arbitrariamente, ou pelo menos imoralmente, em favor de suas questões pessoais. Pompéia apropria-se do caso do roubo e adiciona a ele boas pitadas de humor, mas o seu texto também tinha um propósito muito maior que era o de discutir os problemas do seu

²⁵⁸ “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 24/04/1882, p. 2.

²⁵⁹ “As joias da Coroa”, *Gazeta de Notícias*, 01/05/1882, p. 2.

²⁶⁰ Segundo Pereira, os escritores da chamada geração de 1870 “atribuíam à literatura a tarefa de enfrentar as grandes questões do momento. Delas, nenhuma se mostrava mais importante do que a necessidade de superar uma herança de atraso que consideravam empecilho para a construção de uma nação moderna e civilizada. Tal necessidade resultou, por um lado, o combate empreendido pela maior parte deles à escravidão e à monarquia, vistas como incompatível com o futuro que projetavam para a nação.” In: PEREIRA, 2009, *op. cit.*, pp. 300-301.

tempo. Escrever aquele romance era a prova de fogo para a ascensão à grande imprensa da Corte e aos círculos literários e o autor não desperdiçou a oportunidade. Demonstrou habilidade com a escrita, caprichou no exagerou, atraiu o público para o jornal, mas, acima de tudo, fez um raio-x da sua sociedade, a partir de seu ponto de vista, falando a língua de muitos grupos que pululavam pelas ruas a exigir mudanças profundas no campo social. Pompéia fez sim obra de ficção, mas, acima de tudo, fez política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido para o desenvolvimento do presente estudo foi a leitura completa de todas as notícias que saíram na imprensa a respeito do roubo das joias imperiais e o estabelecimento do diálogo entre esse conteúdo com a obra literária *As joias da Coroa*, de Raul Pompéia. Entre os jornais que compõe o corpus documental dessa pesquisa estão o *Diário do Brazil*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Commercio*, *O Mequetrefe* e a *Revista Illustrada*. O que o cotejamento dessas fontes mostrou foi a pluralidade de visões sobre o caso e as ações destinadas a intervir naquela realidade social, com atuações combativas à Monarquia por parte da *Gazeta de Notícias*, *O Mequetrefe* e *Revista Illustrada*. No estabelecimento de fronteiras tênues, até mesmo o folhetim ficcional acabou se apropriando da história para criticar a instituição monárquica. Se, por um lado, alguns jornais criticaram a Monarquia, por outro, alguns saíram em defesa dos trabalhos da polícia e do Imperador, entre eles o *Diário do Brazil*. Já o *Jornal do Commercio* optou por uma linha mais informativa e, teoricamente, menos opinativa. Em seu trabalho sobre o roubo das joias imperiais, Ricardo Japiassu Simões concluiu que “a imprensa como que bradava em voz uníssona, tanto no noticiário, quanto nas obras de arte literária: Dom Pedro II não serve para governar”²⁶¹, argumentando, dessa forma, que a imprensa havia “cumprido seu papel”, demonstrando o descontentamento dos brasileiros junto à Monarquia, enquanto, “por meio da conscientização até agressiva, conquistava mais adeptos às causas republicana e abolicionista”²⁶². Simões apresenta uma imprensa coesa, homogênea quanto à questão, portanto, uníssona na reprovação do caso do roubo das joias imperiais e no descontentamento geral quanto à figura do Imperador. Isso ocorre talvez pelo fato de que tal pesquisa feita por Simões não contemple a leitura direta das fontes jornalísticas que se ocuparam do caso. Seu trabalho tem como principal fonte o livro de Sérgio Góes de Paula, *Um monarca da fuzarca*²⁶³, que faz uma breve introdução a respeito dos acontecimentos havidos por conta do roubo das joias da Coroa e publica na íntegra a peça de Artur Azevedo, *Um roubo no Olimpo*, o romance de Raul Pompéia, *As joias da Coroa*, e parcialmente o romance de José do Patrocínio, *A Ponte do Catete*.

²⁶¹ SIMÕES, Ricardo Japiassu. *O escândalo do roubo das joias: o Imperador e a Condessa de Barral em folhetins cariocas*. 2001. 245. f. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade São Paulo. São Paulo, 2001, p. 237.

²⁶² *Ibidem*, p. 239.

²⁶³ GÓES DE PAULA, Sérgio. *Um monarca da fuzarca: três versões para um escândalo na Corte*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

No entanto, o que essa monografia pode constatar é que não havia homogeneidade na fonte jornalística sobre o assunto, pois, como analisado, encontramos sim grupos que se apropriaram do caso para tecer duras críticas à instituição monárquica, mas, por outro lado, também nos deparamos com o posicionamento de jornais como o *Diario do Brazil*, para o qual todos os atos praticados pela polícia não mereciam outra coisa que não fosse elogios. Quanto à figura do Imperador, naquele caso, para o *Diario do Brazil* foram descabidos os ataques veiculados na imprensa a devassar sua vida pessoal²⁶⁴. De outra forma, uma análise apenas das notícias veiculadas no *Jornal do Commercio* dariam ao pesquisador a impressão de tratar-se de um caso limitado aos assuntos da polícia, pela forma contida com que o periódico tratou das notícias do roubo das joias imperiais. O que o posicionamento do *Jornal do Commercio* indica ao pesquisador é a importância da leitura de múltiplas fontes para se ter uma noção mais ampliada do panorama de determinado evento e de determinadas opiniões pretensamente “neutras”. Nessa pesquisa encontramos apenas esses dois jornais a não dirigir crítica às autoridades, o *Diario do Brazil* e o *Jornal do Commercio*, tendo este último se limitado à veiculação dos boletins policiais. Mas, uma hipótese que, a partir daí, pode ser levantada, é a de que a análise de outras fontes que noticiaram o caso, jornais e revistas, pode ainda revelar outras folhas que adotaram posicionamentos similares.

No caso da imprensa ilustrada, encontramos nas páginas editoriais ataques mais diretos à figura do Imperador, principalmente por parte de revistas como *O Mequetrefe*. Em seu décimo sexto número, a folha deixava clara para sua razão de existir, declarando: “armamo-nos contra todos os excessos [...] combatemos, por exemplo, o poder pessoal, que é um excesso da monarquia constitucional [...]”²⁶⁵. Apesar de fazer apenas três publicações sobre o roubo das joias, como apontado no capítulo 1 desta monografia, suas declarações quanto ao resultado das investigações policiais foram incisivas, no sentido de afirmar os relacionamentos escusos entre Manuel de Paiva e o Imperador, o que, segundo o jornal, resultou na inexistência de culpados pelo crime. Já a *Revista Illustrada*, usando de linguagem menos agressiva que *O Mequetrefe*, também apontou condescendência da Coroa com o inepto desfecho do crime, através de charges bem-humoradas, desenhando para seus leitores os acontecimentos que ocupavam as páginas dos grandes jornais. Em textos curtos e humorísticos, a revista indicou a ação de um polícia submissa aos desmandos de um poder

²⁶⁴ Cf. “A última palavra sobre o crime no paço imperial”, publicação na qual afirma ser lastimosa a tendência que certos órgãos tinham para converter tudo em escândalo e que ninguém tinha o direito de devassar a vida privada do Imperador. In: “A última palavra sobre o crime no paço imperial”, *Diario do Brazil*, 02/04/1882, p. 2.

²⁶⁵ *O Mequetrefe*, 15/04/1875, p. 2.

misterioso, que apontava vir da Casa Imperial. Ambas as folhas apostavam, portanto, no humor como forma de intervenção política. Segundo Tânia Regina de Luca,

As publicações ilustradas de cunho satírico [...] proliferaram rapidamente. Elas não pouparam os poderosos do momento e nem mesmo o Imperador, alvo constante dos chistes; passavam em revista costumes e hábitos em charges sensíveis e mordazes que compõe um registro social do mais significativo²⁶⁶.

O que isso demonstra é como o humor, a princípio desprezioso, se configurava como uma importante arma de intervenção social, portanto, fonte primordial à pesquisa histórica.

Já na *Gazeta de Notícias*, encontraremos os maiores empenhos na apropriação dos desdobramentos do roubo imperial. Um primeiro indicativo é o destaque que o jornal dá ao caso em suas publicações. As notícias sobre o roubo, em sua maioria, vinham na primeira página, muitas na primeira coluna, espaço editorial, com título em caixa alta, chamando a atenção de seu leitor, antes de mais nada, para aquele acontecimento. Segundo de Luca, “é muito diverso o peso do que figura [...] na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. Estas, por sua vez, também são atravessadas por hierarquias”²⁶⁷. Naquele dia 19 de março de 1882, ao abrir as páginas da *Gazeta de Notícias*, o leitor deparou-se primeiramente com aquela chamada: ROUBO NO PAÇO DE S. CRISTÓVÃO. Isso fazia toda a diferença, pois a folha, ao contrário do *Jornal do Commercio*, potencializava o drama, causava emoções no público e, a partir daí, atraía-o para o consumo, aumentava suas vendas.

A *Gazeta de Notícias*, com seu surgimento na segunda metade dos anos 1880, já havia promovido a popularização do consumo de jornais pelo barateamento do preço e o emprego do método de vendas avulsas. Ainda, para atrair leitores para a sua folha, “passa a empregar os escritores mais estimados do tempo, que dando a sua colaboração à *Gazeta* a tornaram querida em todo o país”²⁶⁸. O folhetim, espaço de publicação de romances, contos e crônicas, passou a ser um dos grandes atrativos do jornal. O sucesso daquela seção do jornal

²⁶⁶ DE LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 111-153, p. 135.

²⁶⁷ *Ibidem*, p. 140. Uma crítica da *Gazeta da Tarde* a um edital de venda de escravos publicado pelo *Jornal do Commercio* é expressiva quanto à importância que tinham as publicações que saíam na primeira página dos jornais. Assim protestava a *Gazeta da Tarde*: “É singular, mas o edital ai está publicado no *Jornal do Commercio* e, para mais solenidade, não vem inserido na terceira página como os outros editais, mas na primeira página [...]”. In: “Os bastidores da política”, *Gazeta da Tarde*, 03/04/1882, p. 1.

²⁶⁸ BARBOSA, 2000, *op. cit.*, p. 43.

fazia com que a folha adotasse em seus espaços de notícia o tom dos folhetins, como vimos no caso das notícias veiculadas sobre o roubo das joias imperiais. Após a localização das joias e libertação dos envolvidos, o jornal adota um tom galhofeiro, ridiculariza a polícia, ironizando o fato de a localização das peças ter sido uma vitória para o Chefe de Polícia, conseguida com o uso de “roupas que não são de seu uso diário”, barbas postiças, enterrado na lama e de enxada em punho e, ainda, que Colombo gritou um dia: “terra!”, Aristóteles (sic): “Eureka!”. Completando o quadro, o Chefe de Polícia teria se limitado modestamente a dizer “cá estão!”, no momento em que localizou as joias enterradas no quinta de Manuel de Paiva²⁶⁹.

Ainda, no editorial, a *Gazeta de Notícias* embaralhava notícias jornalísticas e ficção com a publicação de duas cartas anônimas que não tiveram lugar em outros jornais. A folha informava que a primeira carta foi entregue por portador que tinha um ar misterioso, portanto, afirmando que lá esteve uma pessoa para deixar a carta, uma forma de dar credibilidade ao que dizia. Na carta, o suposto autor dizia ser o mesmo que havia enviado outra correspondência, também anônima, ao Chefe de Polícia informando sobre o paradeiro das joias, como noticiado pela *Gazeta de Notícias* em publicações dos dias 28 e 29 de março de 1882. O remetente anônimo, que supostamente havia colaborado para a localização das joias, dizia ter, agora, outras informações que desvendaria o misterioso caso, discorrendo sobre uma pedra de brilhante que faltava às joias recuperadas e afirmando que ali estava “a chave do enigma”²⁷⁰. Na segunda carta, o autor declarava que trataria de tema que fazia “suar os mais altos topetes”²⁷¹, retificando sua afirmação anterior, afirmando que não faltava uma, mas três pedras de brilhante e que do local onde foram encontradas as joias roubadas haveria de sair muito mais coisas. Como discorrido no capítulo 1 dessa monografia, as informações das cartas, publicadas exclusivamente na *Gazeta de Notícias*, estavam em desacordo com as afirmações que a própria folha havia dado sobre a localização das joias roubadas²⁷². Ficção ou realidade? Seriam as cartas mais um deboche do jornal sobre o caso?

As informações que a *Gazeta de Notícias* e demais folhas publicaram sobre o caso não forneceram respostas consideradas suficientes sobre questões que inquietavam os leitores, pois, o caso era de fato um mistério que ninguém conseguia entender. Mas fornecer respostas

²⁶⁹ Cf. “Roubo no Paço de S. Cristóvão”, *Gazeta de Notícias*, 28/03/1882. p. 1.

²⁷⁰ Cf. *Gazeta de Notícias*, 29/03/1882. p. 1.

²⁷¹ Cf. *Gazeta de Notícias*, 30/03/1882. p. 1.

²⁷² Cf. páginas 32 e 33 do capítulo 1.

não parecia ser uma preocupação da *Gazeta de Notícias*, uma vez que, as tais cartas anônimas aumentavam as dúvidas e a curiosidade do público e o drama da Casa Imperial. Instigado pelo jornal, o leitor tinha vários motivos para comprar o próximo número, pois, as notícias sobre o roubo ainda circulavam na folha; as pilhérias com autoridades como o Chefe de Polícia faziam as delícias do público. Afinal, será que falariam do Imperador? E ainda, será que aquele remetente das cartas anônimas de fato explicaria os meandros do intrincado caso? O leitor que esperava encontrar respostas no editorial ou nas cartas anônimas publicadas pela *Gazeta de Notícias* acabou, na verdade, se deparando no dia seguinte com o romance *As joias da Coroa*, no rodapé da primeira página. Se as cartas eram verdadeiras ou mera propaganda para o folhetim que estava prestes a se iniciar é ainda uma pergunta importante. O jovem literato que, em férias, vinha de São Paulo procurar espaço nos grandes jornais da Corte, apropriou-se dos fatos jornalísticos para construir um romance de ficção, transbordando as fronteiras entre jornalismo e literatura, brincando com as expectativas do leitor. A *Gazeta de Notícias*, em suas críticas, deixou uma série de perguntas sobre o caso, lacunas que as conclusões e os procedimentos da polícia não encerravam. O escandaloso folhetim que surgia, então, poderia, satiricamente, servir a vários propósitos: vender jornal a partir de um caso que dava audiência e reforçar as críticas que a folha, de maneira mais amena, já havia levantado sobre o roubo.

A literatura, que a princípio poderia ser tomado como produção de cunho meramente ficcional, destinada ao entretenimento, em verdade, revela uma importante fonte para análise do seu tempo e meio de produção. Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira asseveram que ao se adotar a literatura como fonte de pesquisa, é preciso

inserir-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo. Em suma, é preciso desnudar o rei, tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício. Para historiadores a literatura é, enfim, *testemunho histórico*²⁷³.

A percepção que se tem é que *As joias da Coroa* tornou-se um meio para o debate. Raul Pompéia, através da literatura, entrava, mesmo que de forma jocosa e ficcionalizada, na discussão sobre os meandros do caso do roubo das joias. Dessa forma, acenava para seu leitor, assim como *O Mequetrefe* e a *Revista Illustrada* faziam, que, se o crime acabou sem prisão,

²⁷³ CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, 1998, *op. cit.*, p. 7.

foi pela vontade soberana de alguém, provavelmente do Imperador. Por outro lado, em sua trama, permeada de exageros, como a garota prestes a ser deflorada e que é salva no último instante, Pompéia desenhava uma espécie de “programa político”, no qual deixava transparecer suas visões sobre a Monarquia e os rumos que vislumbrava para o país se aquele regime político permanecesse. O Conde d’Eu, que não aparece em nenhuma das notícias veiculadas a respeito do roubo das joias nos jornais pesquisados, ganha vida no romance de Pompéia, o que nos deixa ver o temor do romancista em relação à possibilidade de um Terceiro Reinado, tendo como Imperador o então Príncipe consorte.

Uma consideração fulcral que se apreende com as análises desenvolvidas nesse trabalho é a importância de se ler os folhetins do rodapé em articulação com o restante do conteúdo do jornal. Para Chalhoub, “ler essas histórias nos veículos originais é observar a interlocução delas com as colunas em seu entorno e periódicos adjacentes, perceber a densidade das alusões às questões de seu tempo”²⁷⁴. Esse tipo de abordagem amplia o modo de se olhar para os romances e contos que surgiam na imprensa, mostrando ao pesquisador que a literatura era muito mais do que uma simples forma de entretenimento, era, também, uma forma de agir sobre o meio, produzindo efeitos no disputado jogo do poder. Em trabalho no qual analisa o romance *Filomena Borges* de Aluísio Azevedo, Lucas de Castro Lamonica afirma que

o jornal é meio, fonte e modelo de Aluísio Azevedo ao compor *Filomena Borges*. Defenderemos que, através da obra, o autor debate o seu contexto social e o cotidiano carioca, posicionando-se politicamente em articulação com o periódico que serve ao romance de suporte e matriz²⁷⁵.

A análise de *As joias da Coroa* neste trabalho evidencia como o jornal não é apenas suporte para a veiculação do folhetim, mas também fonte, de onde se podia extrair personagens, temas, mas principalmente os embates acerca de questões sociais e políticas caras ao Segundo Reinado. Por outra lado, evidencia-se como a literatura estava engajada,

²⁷⁴ CHALHOUB, Sidney. “Prefácio”. In: SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010, p. 17.

²⁷⁵ LAMONICA, 2015, *op. cit.*, p. 7. O estudo de Lamonica é baseado no romance *Filomena Borges* de Aluísio Azevedo, publicado em folhetim na *Gazeta de Notícias* entre 18 de dezembro de 1883 e 13 de janeiro de 1884. Segundo Lamonica, “esse romance foi constituído em íntima relação com a imprensa. Ao invés de seguir o caminho convencional, de obra literária que usa o jornal como veículo de publicação, *Filomena Borges* surgiu a partir do jornal; a imprensa foi mais para esse romance que um suporte – foi matriz da qual ele tirou recursos de conteúdo e forma”. In: *Ibidem*. p. VII. Para outros trabalhos que analisam a obra literária em seu suporte original de publicação, conferir: MEGID, Daniele Maria. *À roda de Brás Cubas: literatura, ciência e personagens femininas em Machado de Assis*. São Paulo: Nankin/Fapesp, 2014 e; SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

através de literatos militantes como o jovem Raul Pompéia, na discussão das questões sociais do seu tempo, apontando que, “sem dúvida tudo pode ser matéria de romance, e a melhor de todas, a perene, é o homem”²⁷⁶.

²⁷⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 386.

REFERÊNCIAS

Fontes

Carbonário

Corsario

Dezesseis de Julho

Diario do Brazil

Gazeta da Tarde

Gazeta de Notícias

Gazetinha

Jornal do Commercio

O Binóculo

O Globo

O Liberal

O Mequetrefe

Opinião Liberal

Revista Illustrada

Bibliografia

ALENCAR, José de. *O sistema representativo*. Coleção Memória Brasileira, n. 3. Brasília: Senado Federal, 1996.

ALONSO, Almudena Mejías; COELHO, Alicia Arias. *La prensa del siglo XIX como medio de difusión de la literatura hispanoamericana*. Revista General de Información y Documentación, v. 8, 1998, pp. 241-257.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Ângelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2009.

_____. *Poeta do lápis: a trajetória de Ângelo Agostini no Brasil imperial – São Paulo e Rio de Janeiro – 1864-1888*. 2005. 361 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2005.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BARMAN, Roderick. *A princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora da UNESP, São Paulo, 2005.

_____. *Imperador Cidadão*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BORBA, Lilian do Rocio. *Escrita e comportamento social: Dom Obá II nas páginas dos jornais cariocas do século XIX*. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 447-472, jul/dez. 2015.

BROCA, Brito. *Raul Pompeia*. São Paulo: Edições Melhoramentos, [19??].

BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário da língua portuguesa*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1983.

BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CAPELOTTI, João Paulo; LOBO, Judá Leão. *Humor e Liberdade de imprensa em O Mequetrefe*. *Revista Direito de Práxis*, vol. 5, n. 9, 2014, pp. 176-206.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASCUDO. Luís da Câmara – *O Conde d'Eu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

CHALHOUB, S.; PEREIRA, L. A. M. *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. “Prefácio”. In: SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010, p. 17.

CHARTIER, Roger. *A Verdade entre a Ficção e a História*. In: SALOMON, Marlon (org.). *História, Verdade e Tempo*. Chapecó: Argos, 2011.

COUTINHO, Afrânio. *Raul Pompéia: Obras*. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DE LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 111-153.

DEL PRIORE, Mary. *Condessa de Barral: a paixão do imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

_____. *O castelo de papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d'Eu*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

_____. *O príncipe maldito*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Do estrangeiro antipático e avarento ao velhinho simpático e veterano de guerra: representações e construções memoriais sobre o Conde d'Eu*. Revista Mosaico, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 3-20.

GÓES DE PAULA, Sérgio. *Um monarca da fuzarca: três versões para um escândalo na Corte*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

LAGO, Cláudia; ROMANCINI, Richard. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.

LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política*. 2015. 177. f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Artur Azevedo e sua época*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1966.

_____. *O império em chinelos*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira S/A, 1957.

MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa em tempos de império*. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MEGID, Daniele Maria. *À roda de Brás Cubas: literatura, ciência e personagens femininas em Machado de Assis*. São Paulo: Nankin/Fapesp, 2014.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

MESQUISA, Maria Luiza de Carvalho. *O Terceiro Reinado: Isabel de Bragança, a imperatriz que não foi*. Vassouras: Rio de Janeiro. 2009. 186 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Severino Sombra, Vassouras, RJ, 2009.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOREL, Marco. *Os primeiros passos da palavra impressa*. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

NACHTIGALL, Lucas Suzigan. *Mas, e depois?: o Terceiro Reinado nos horizontes de expectativa do final do império (1888-1893)*. 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Unesp, Assis, SP, 2015.

OLIVEIRA, Gilberto Maringoni de. *Ângelo Agostini ou impressões de uma viagem da Corte à Capital Federal (1864-1910)*. 2006. 335 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do império*. In: Grinberg, Keila e Salles, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Barricadas na Academia: literatura e abolicionismo na produção do jovem Coelho Netto*, In: Tempo, Rio de Janeiro, nº 10, 2000, pp. 01-22.

_____. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. *Centenário do traço: o humor político de Ângelo Agostini na Revista Ilustrada (1876-1888)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. 2010.

POMPÉIA, Raul. *As joias da Coroa*. São Paulo: Clube do Livro, 1962.

PONTES, Eloy. *A vida inquieta de Raul Pompéia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de estalo” de Machado de Assis*. 2010. 399 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Campinas, SP, 2010.

RAMOS, Paula da Silva. *O Jornal do Commercio e as representações sobre a Argentina na crise do Brasil Império (1870-1889)*. Faces da História, Assis – SP. V. 2, n. 1, p. 143-158, jan/jun., 2015.

RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e Espaço Público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.

SANTOS, Sidnei Xavier dos. *As metamorfoses de Raul Pompéia*: um estudo dos contos. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação na Primeira República. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SICILIANO, Tatiana Oliveira. *O Rio de Janeiro de Artur Azevedo*: cenas de um teatro urbano. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. *Entre a pena e a espada*: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895). 2001. 226 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, SP, 2001.

SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos*: ciência e literatura em Machado de Assis. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

SIMÕES, Ricardo Japiassu. *O escândalo do roubo das joias*: o Imperador e a Condessa de Barral em folhetins cariocas. 2001. 245. f. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade São Paulo. São Paulo, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

_____. *História da literatura brasileira*: seus fundamentos econômicos. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

THOMPSON, E. P. *Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. 2ª. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

VAS, Braz Batista. *O final de uma guerra e suas questões logísticas*: o conde d'Eu na Guerra do Paraguai (1869-1870). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

VIANNA, Maria Aparecida Barbosa. *Crônicas de Raul Pompéia*: um olhar sobre o jornalismo literário do século XIX. 2008. 223 f. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2008.